

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

JANETE ALVES FERREIRA RODRIGUES

**MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E HISTÓRIA PÚBLICA: A CRIAÇÃO DA
SALA MEMORIAL SIGISMUNDO GDANIEC EM QUEDAS DO
IGUAÇU - PR**

**CAMPO MOURÃO – PR
2026**

JANETE ALVES FERREIRA RODRIGUES

**MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E HISTÓRIA PÚBLICA: A CRIAÇÃO DA
SALA MEMORIAL SIGISMUNDO GDANIEC EM QUEDAS DO
IGUAÇU - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Memórias e Espaços de Formação

Área de Concentração: História Pública

Orientador: Dr. Astor Weber

**CAMPO MOURÃO – PR
2026**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rodrigues, Janete Alves Ferreira
Memória, Patrimônio e História Pública: A Criação da
Sala Memorial Sigismundo Gdaniec em Quedas do Iguaçu
- PR / Janete Alves Ferreira Rodrigues. -- Campo
Mourão-PR, 2026.
180 f.: il.

Orientador: Astor Weber.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado em História Pública) -- Universidade
Estadual do Paraná, 2026.

1. História Pública. 2. Sala Memorial. 3.
Sigismundo Gdaniec. 4. Patrimônio Cultural. 5.
Educação. I - Weber, Astor (orient). II - Título.

JANETE ALVES FERREIRA RODRIGUES

**MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E HISTÓRIA PÚBLICA: A CRIAÇÃO DA SALA
MEMORIAL SIGISMUNDO GDANIEC EM QUEDAS DO IGUAÇU - PR**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Astor Weber (Orientador) - Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR - Campo Mourão - PR.

Dr. Jorge Pagliarini Júnior - Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR - Campo Mourão - PR.

Dr. José Carlos dos Santos - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Cascavel - PR

Data de Aprovação

24 / 04 / 2026

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todos que, mesmo diante dos desafios, continuam a buscar sentido e esperança. A caminhada pode ser árdua, mas nunca impossível. Esta trajetória não apenas me reapproximou da vida, mas também reafirmou minha crença no poder transformador do conhecimento, capaz de superar as mais insólitas barreiras que se apresentam ao longo do caminho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida neste vasto universo e pelo caminho que me conduziu até a história do Monsenhor Sigismundo Gdaniec. Expresso minha gratidão à Professora Sônia Aguiar Barreto, por ter reavivado o gosto pela pesquisa e por me incentivar nesta trajetória.

Estendo meus agradecimentos ao senhor diretor José Carlos e a toda equipe do Colégio Estadual Padre Sigismundo, pela acolhida generosa e pelo apoio essencial à realização desta pesquisa, pela oferta de espaço, pelos recursos disponibilizados, pelos incentivos e pela confiança depositada em meu trabalho.

Sou imensamente grata à equipe da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão, que me acolheu com tanto carinho ao longo dessa jornada. Ao meu orientador, Professor Dr. Astor Weber, deixo um agradecimento especial pela orientação atenta, pelas valiosas contribuições acadêmicas e pelo incentivo contínuo ao meu desenvolvimento intelectual.

Agradeço, ainda, aos membros da banca examinadora, Dr. José Carlos dos Santos e Dr. Jorge Pagliarini Júnior, pelas leituras criteriosas e pelas sugestões pertinentes, que contribuíram significativamente para o amadurecimento deste estudo.

Aos professores do Mestrado em História Pública, deixo minha sincera gratidão por cada aula inspiradora, por cada provocação teórica e pelas contribuições fundamentais à minha formação crítica.

Estendo esse agradecimento também àqueles que, ao longo da vida, contribuíram de alguma forma com a minha trajetória educacional.

Registro minha gratidão ao senhor Vinicius Bruni, à senhora Luciana Casagrande, ao senhor Cauê Donato e à dedicada equipe da COSEM, pelo compartilhamento de conhecimentos, pelas orientações técnicas e pela disponibilidade em visitar e apoiar a Sala Memorial Sigismundo Gdaniec.

Agradeço igualmente ao prefeito Rafael Moura, bem como ao presidente da Câmara de Vereadores de Quedas do Iguaçu, senhor Rodolfo Revers e toda sua equipe, pelo reconhecimento institucional e pelo apoio às ações desenvolvidas.

Agradeço com carinho à minha família, especialmente à minha mãe, por seu amor incondicional, paciência e suporte em todos os momentos.

Por fim, deixo meu agradecimento aos colegas do mestrado e a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa, seja por meio de estudos

compartilhados, novas oportunidades, gestos de amizade ou palavras de encorajamento, que foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

“[...] Bons projetos saem do papel após anos de reflexão de uma pessoa, e com o tempo, outras pessoas se conectam e fazem acontecer.”

(Vinício Costa Bruni)

RESUMO

RODRIGUES, Janete Alves Ferreira. **Memória, Patrimônio e História Pública: A Criação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec em Quedas do Iguaçu**, Pr. 180 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2026.

A presente dissertação, inserida no campo da História Pública, tem como objetivo analisar e operacionalizar a criação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, no município de Quedas do Iguaçu (PR), como espaço de preservação da memória, valorização do patrimônio cultural e formação cidadã. A pesquisa orienta-se pela seguinte questão: como proteger, organizar e ativar pedagogicamente um acervo escolar de modo a transformá-lo em instrumento de construção da memória coletiva e de participação social? Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, caráter exploratório e descritivo, que articula revisão bibliográfica, análise documental e práticas de intervenção no contexto escolar. O estudo contextualiza historicamente a formação regional, analisa a trajetória de Sigismundo Gdaniec e examina o papel da escola na produção de memória e identidade. Como resultado, evidencia-se que a criação da Sala Memorial constitui uma prática efetiva de mediação entre conhecimento acadêmico e comunidade, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e para a ressignificação das memórias locais. Além disso, apresenta-se uma cartilha orientadora para a implementação de espaços memoriais em contextos educativos.

Palavras-chave: História Pública, Sala Memorial. Sigismundo Gdaniec. Patrimônio Cultural. Educação.

ABSTRACT

This dissertation, situated within the field of Public History, aims to analyze and operationalize the creation of the Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, in the municipality of Quedas do Iguaçu, as a space for the preservation of memory, the appreciation of cultural heritage, and civic education. The research is guided by the following question: how can a school collection be protected, organized, and pedagogically activated in order to transform it into an instrument for the construction of collective memory and social participation? Methodologically, this is an applied research study with a qualitative approach and an exploratory and descriptive character, combining bibliographic review, documentary analysis, and intervention practices within the school context. The study historically contextualizes regional formation, analyzes the trajectory of Sigismundo Gdaniec, and examines the role of the school in the production of memory and identity. As a result, it is demonstrated that the creation of the Memorial Room constitutes an effective practice of mediation between academic knowledge and the community, contributing to the preservation of cultural heritage and to the re-signification of local memories. Furthermore, the dissertation presents a guiding handbook for the implementation of memorial spaces in educational contexts.

Keywords: Memorial Room. Sigismundo Gdaniec. Cultural Heritage. Heritage Education.

LISTAS DE FIGURAS;

Figura 1- Propaganda da região em 1937	47
Figura 2- Recorte do noticiário LUD, 30 de agosto de 1937	48
Figura 3- Página Instagram da Sala Memorial	92
Figura 4 - Recorte do Diário Oficial	97
Figura 5- Projeto Espaço Memorial (2013)	104
Figura 6- Desenho desenvolvido para o material didático.	117
Figura 7- Uma ilustração de Museu	121
Figura 8- ETAPA 1 – Definição da proposta e do foco da memória:	132
Figura 9- ETAPA 2 – Mobilização e apoio institucional	133
Figura 10- ETAPA 3 – Levantamento e diagnóstico do acervo.	134
Figura 11- ETAPA 4 – Organização e conservação inicial	134
Figura 12- ETAPA 5 – Catalogação e registro (Livro Tombo)	135
Figura 13- ETAPA 6 – Definição do espaço físico	136
Figura 14- ETAPA 7 – Curadoria e narrativa expositiva	136
Figura 15- ETAPA 8 – Educação patrimonial e mediação.	137
Figura 16- ETAPA 9 – Comunicação e divulgação	138

LISTAS DE IMAGENS

Imagem 1- Fotografias da Região na década de 1930.	43
Imagem 2- Fotografia A: Chegada dos imigrantes na região - Fotografia B: Cotidiano da época	44
Imagem 3- Fotografia A: Cotidiano das famílias Polonesas na região Rio das Cobras - Fotografia B: As primeiras casas na região do Rio das Cobras.	45
Imagem 4- Fotografia A: Praça Central na década de 1940 - Fotografia B: Praça Central na década de 1950 - Fotografia C: Praça Central atualmente.	54
Imagem 5- Inauguração da Igreja Matriz	61
Imagem 6- Igreja Matriz em 2025	62
Imagem 7- Ficha de Inventário	66
Imagem 8- <i>Colégio em 1968</i>	75
Imagem 9- Colégio em 2025	76
Imagem 10- Trabalho de Gabinete.	85
Imagem 11- Visita dos familiares de Sigismundo Gdaniec	93
Imagem 12- Aprovação da Lei nº 1589/2025	96
Imagem 13- Reunião na Câmara de Vereadores	100
Imagem 14- Visita ao Clube dos Poloneses	101
Imagem 15- Recepção no Projeto Gente	102
Imagem 16- Grupo de Alunos Monitores da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec.	108
Imagem 17- Foto com o Prefeito Rafael Moura na 5 Expoquedas	110
Imagem 18- O conjunto de materiais enviado para as escolas..	112
Imagem 19- Vista geral da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec	118

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 –Tradução da notícia apresentada na Figura: 1	48
Quadro 2 –Tradução da notícia apresentada na Figura 2	49
Quadro 3 –Transcrição da Figura 14 - Ficha de Inventário (Tradução original)	67
Quadro 4 –Questionamentos enviado pela COSEM	91
Quadro 5 –Roteiro de Visita da equipe técnica COSEM	97
Quadro 6 –Roteiro de como foi desenvolvida a Sala memorial Sigismundo Gdaniec	130
Quadro 7 –Equipamentos básicos para a montagem de um espaço ou sala memorial	139

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da Mesorregião Centro-Sul	26
Mapa 2 - Mesorregião Centro-Sul Divisão Política – Administrativa	26

LISTAS DE APÊNDICES

Apêndice 1- Modelo desenvolvida para esta Pesquisa	158
Apêndice 2- Modelo desenvolvida para esta Pesquisa	160
Apêndice 3- Livro tombo	162

LISTAS DE ANEXOS

Anexo 1- TERMO DE DOAÇÃO	178
Anexo 2 - FICHA DE CONTROLE INTERNO	179

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - A PRESENÇA POLONESA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO CENTRO-OESTE PARANAENSE	23
1.1 Formação histórica e configuração territorial de Quedas do Iguaçu-PR	23
1.1.1 Transformações econômicas e reorganização regional	24
1.2 Processos históricos de ocupação e formação regional	28
1.2.1 Povos indígenas, territorialidade e ocupação colonial	28
1.2.2 Imigração europeia e colonização dirigida no Paraná	29
1.3 Colonização dirigida e presença polonesa na formação de Quedas do Iguaçu	34
1.3.1 A Colônia Jagoda e a organização do espaço colonial	36
1.3.2 Cotidiano, trabalho e sociabilidade dos imigrantes	42
1.3.3 Memória, patrimônio e História Pública na preservação das experiências migratórias	43
1.4 A história da Colônia Jagoda	52
CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: A DENOMINAÇÃO DA SALA MEMORIAL SIGISMUNDO GDANIEC	57
2.1 Religiosidade, imigração e formação da Colônia Jagoda	57
2.2 Escolarização e formação social em Campo Novo	64
2.2.1 Cultura escolar e institucionalização do ensino	65
2.2.2 Expansão educacional e consolidação do Colégio Estadual Padre Sigismundo	69
2.3 Memória escolar e criação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec	73
2.4 Monsenhor Sigismundo Gdaniec: trajetória, missão e legado	76
2.4.1 Formação religiosa e trajetória missionária	77
2.4.2 A atuação pastoral e educacional em Quedas do Iguaçu	78
CAPÍTULO 3 - A IMPLEMENTAÇÃO DA SALA MEMORIAL SIGISMUNDO GDANIEC: PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS	82
3.1 Organização do Acervo e Construção do Livro Tombo	87

3.2 Formação do Projeto e Articulações Institucionais	88
3.3 Visitas Técnicas, Familiares e Institucionais	92
3.4. Ações Educativas e Formação Patrimonial	105
3.4.1 O evento memorial de maio de 2025	105
3.4.2 Participação em eventos regionais e expansão institucional	107
3.4.3 Formação de estudantes-monitores e educação patrimonial	107
3.4.4 A Lei Aldir Blanc e a produção de materiais didáticos	110
3.4.5 Exposições públicas e valorização da memória coletiva	113
3.5 Formação Museológica e Perspectivas de Consolidação da Sala Memorial	114
3.6 Considerações finais do capítulo	119
CAPÍTULO 4 - CARTILHA PRÁTICA	121
4.1 Percursos dos museus no Paraná	122
4.2 A Sala Memorial Sigismundo Gdaniec como espaço de memória escolar	127
4.3 A cartilha como instrumento de História Pública e educação patrimonial	128
4.4 Roteiro metodológico para criação de espaços de memória	129
4.5 Etapas práticas para implementação de espaços memoriais	131
FONTES	148
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICES	157
ANEXOS	177

INTRODUÇÃO

A reflexão atribuída a Stefan Wyszyński — “Quando se apaga a memória humana, as pedras começam a falar” — ecoa de maneira significativa nesta pesquisa ao evidenciar o papel dos vestígios materiais na preservação das experiências humanas. Quando as testemunhas silenciam e as lembranças se tornam difusas, documentos, objetos e lugares passam a constituir importantes suportes da memória. Foi nesse horizonte interpretativo que se fortaleceu minha aproximação com o acervo relacionado ao Monsenhor Sigismundo Gdaniec, cuja trajetória está intimamente vinculada à história de Quedas do Iguaçu.

A definição do objeto de pesquisa também está relacionada à minha trajetória no Colégio Estadual Padre Sigismundo, instituição da qual fiz parte inicialmente como estudante e, posteriormente, como professora. Essa experiência, aliada à formação em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), favoreceu a articulação entre vivência profissional, pesquisa histórica e intervenção social, orientando a construção desta investigação.

Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo geral compreender de que maneira a preservação, a organização e a ativação pedagógica de um acervo escolar podem contribuir para a construção da memória coletiva e para a formação cidadã no contexto local. Ao tomar o acervo de Monsenhor Sigismundo Gdaniec como objeto de análise, busca-se evidenciar o potencial dos espaços de memória escolar como instrumentos de valorização do patrimônio cultural, de fortalecimento das identidades comunitárias e de ampliação das práticas educativas.

Para alcançar esse propósito, a investigação busca contextualizar historicamente a formação do município de Quedas do Iguaçu, com ênfase nos processos de colonização, migração e constituição sociocultural da região; analisar a trajetória de Monsenhor Sigismundo Gdaniec e sua relação com a formação educacional e cultural do município, compreendendo a escola como espaço de produção de memória e identidade coletiva; descrever e analisar o processo de criação, organização e ativação pedagógica da Sala Memorial, considerando as práticas desenvolvidas, os sujeitos envolvidos e os impactos produzidos no contexto escolar e comunitário; e sistematizar, em formato de cartilha, procedimentos metodológicos e técnicos para a criação de espaços de memória, tomando como referência a experiência desenvolvida ao longo da pesquisa.

A investigação concentra-se, portanto, na trajetória de Monsenhor Sigismundo Gdaniec e em sua relação com o Colégio Estadual Padre Sigismundo, utilizando o acervo

institucional como fonte para a compreensão dos processos de construção da memória, preservação do patrimônio e formação das identidades locais. Ao articular pesquisa histórica, educação patrimonial e História Pública, o estudo busca contribuir para o debate sobre o papel dos espaços de memória escolar na valorização das experiências comunitárias e na produção de conhecimentos socialmente significativos.

O acervo material e imaterial existente na instituição é composto, em grande parte, por documentos oficiais, manuscritos, fotografias, registros administrativos e objetos que testemunham a trajetória do Padre Sigismundo, revelando aspectos do desenvolvimento educacional do município e da própria formação histórica e social da região. Tal formação insere-se no contexto mais amplo dos processos de ocupação e ocidentalização das terras paranaenses, intensificados com a chegada dos imigrantes europeus, especialmente os poloneses, cuja presença contribuiu decisivamente para a consolidação de estruturas religiosas, educacionais e comunitárias. Conforme analisam Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andreazza, na obra *Cultura e Educação no Paraná*, a dinâmica da colonização no estado não se restringiu à ocupação territorial, mas implicou a implementação de modelos culturais, religiosos e institucionais que redefiniram o espaço social e simbólico da região. Nesse contexto, os registros históricos vinculados à atuação de Sigismundo Gdaniec constituem vestígios materiais desse processo mais amplo de organização social e difusão de valores culturais.

Entretanto, apesar de sua relevância histórica e simbólica, até 2024, esse acervo permanecia armazenado em uma sala do Colégio Estadual Padre Sigismundo, exposto à ação do tempo e à ausência de procedimentos museológicos e arquivísticos adequados, o que comprometia a sua conservação física e seu potencial pedagógico e cultural. Embora houvesse um espaço destinado à guarda dos itens, grande parte do material encontrava-se acondicionada em caixas, sem catalogação sistemática ou critérios técnicos de organização, dificultando o acesso, a pesquisa e sua efetiva utilização em práticas educativas e ações culturais.

A relevância deste estudo reside na possibilidade concreta de contribuir para a preservação, organização e valorização desse importante acervo, por meio da articulação entre práticas museológicas e os princípios da História Pública. A proposta não se limita à conservação física dos documentos; busca, sobretudo, consolidar um espaço voltado à pesquisa e às visitas públicas, promovendo o diálogo entre o passado e o presente e ampliando o acesso à memória local. Assim, espera-se que a criação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec se consolide como um espaço de aprendizagem e formação cultural para

a população, fortalecendo os vínculos entre memória, cultura e cidadania. Nessa perspectiva, conforme reflexão atribuída ao cardeal e arcebispo polonês Stefan Wyszyński (1901–1981), a memória, especialmente quando se encontra fragilizada, fragmentada ou relegada ao esquecimento coletivo, evidencia o papel insubstituível dos vestígios materiais na preservação e reconstrução do passado.

A proposta dialoga com a noção de lugares de memória formulada por Pierre Nora, compreendendo a Sala Memorial como espaço de preservação e mediação de referências históricas e culturais da comunidade.

A construção e a organização do Espaço Memorial Sigismundo Gdaniec não se restringem somente à valorização desse espaço de memória, mas também à preservação material dos bens culturais que envolvem, sobretudo, a manutenção e a ativação da herança simbólica e afetiva de Quedas do Iguaçu-PR. Esses espaços – museus, centros de documentação, salas de memória, entre outros – podem ser usados para promover a aprendizagem crítica e reflexão coletiva, fundamentais para o fortalecimento da cidadania e da transmissão intergeracional da cultura. Nesse sentido, a criação desses espaços pode ser compreendida como estratégia de fortalecimento da consciência histórica e da participação cidadã.

A preservação do patrimônio cultural configura-se como um pilar essencial na construção coletiva. Ao reconhecer e valorizar seus bens materiais e imateriais, o grupo reafirma suas raízes e assegura a continuidade de suas tradições diante das constantes transformações contemporâneas. Como destaca Gonçalves (2003), a noção de patrimônio muitas vezes se confunde com a de propriedade, sendo que, em muitas culturas, os bens materiais não são entendidos apenas como objetos utilitários, mas como extensões dos sujeitos que os produzem, carregando significados sociais, afetivos e até mesmo mágico-religiosos.

Nesse cenário, a criação de espaços de memória em ambientes escolares, comunitários ou religiosos, como é o caso da Sala de Memória dedicada a Sigismundo Gdaniec, assume um papel importante na valorização da história local, na formação da consciência coletiva e na democratização do acesso ao patrimônio cultural, visto que preserva os vestígios materiais do passado e constrói narrativas de pertencimento, reconhecimento e resistência, promovendo o encontro entre a memória e a experiência vivida. Preservar o passado é uma ação voltada ao que já foi, mas, sobretudo, uma escolha de como queremos lembrar, existir e conviver no presente.

A criação de uma Sala de Memória insere-se nesse horizonte como uma prática concreta de História Pública, ao propor que a memória e o patrimônio cultural sejam construídos em diálogo com a localidade e não apenas por especialistas ou instituições formais, dado que representa uma abordagem descentralizada e colaborativa, na qual múltiplas vozes participam ativamente da construção das narrativas sobre o passado. Conforme destaca Ricardo Santhiago (2014), a História Pública no Brasil consolida-se como um campo voltado à escuta e à participação social, promovendo a interação entre o conhecimento acadêmico e os saberes locais. Nessa perspectiva, a sala memorial configura-se como um espaço de mediação entre pesquisadores, fontes documentais e a população, favorecendo a valorização de experiências de sujeitos históricos que, em determinados contextos, foram pouco contemplados pelas narrativas oficiais. A criação desse espaço, portanto, não se limita à preservação de documentos ou à exposição de objetos; trata-se também de uma iniciativa com dimensão social e educativa, alinhada aos princípios da História Pública, ao valorizar as memórias locais e estimular a circulação de narrativas diversas.

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, uma vez que busca, além da compreensão teórica do objeto de estudo, promover uma intervenção concreta por meio da criação da Sala Memorial e da elaboração de um produto educacional. Quanto aos objetivos, apresenta caráter exploratório e descritivo, ao investigar o contexto histórico e institucional relacionado ao acervo e sistematizar os processos de organização, preservação e ativação pedagógica dos materiais que o constituem.

A abordagem é qualitativa, pois privilegia a interpretação de fontes documentais, registros institucionais e narrativas relacionadas à memória e ao patrimônio cultural, compreendendo-os como construções sociais e simbólicas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa articula revisão bibliográfica nos campos da História Pública, da educação patrimonial e da museologia social, com procedimentos de investigação empírica, tais como análise documental, observação das práticas institucionais e desenvolvimento de ações extensionistas junto à comunidade escolar.

Tal abordagem justifica-se pela natureza do objeto investigado, que demanda a integração entre teoria e prática, bem como pela necessidade de compreender e intervir nos processos de construção da memória coletiva em contextos locais.

Assim, ao conjugar teoria e prática, memória e ação educativa, esta dissertação busca demonstrar que a preservação do patrimônio cultural, quando orientada por princípios

participativos e formativos, pode constituir-se em instrumento de fortalecimento e ampliação do acesso à história local, reafirmando a memória como dimensão essencial da vida social.

É nesse contexto que emerge a necessidade de situar geograficamente e historicamente esse espaço de memória. Essa compreensão será aprofundada no primeiro capítulo, “*A presença Polonesa no Processo de Colonização do Centro-Oeste paranaense*”, no qual abordaremos parte da história, que moldou a criação de Quedas do Iguaçu, no Centro-Oeste do Paraná. Esse capítulo apresenta a região não apenas como cenário de ocupação, mas também o protagonismo das famílias de imigrantes poloneses na constituição da Colônia Jagoda. Destaca-se a atuação da Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense e o papel estratégico da ferrovia e dos rios na formação do município.

No segundo capítulo, intitulado “*História e Educação: a denominação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec*”, analisa-se a trajetória do Colégio Estadual Padre Sigismundo, evidenciando seu papel como uma instituição que ultrapassa a função estritamente pedagógica, assumindo também a responsabilidade de preservar, produzir e divulgar a memória coletiva de Quedas do Iguaçu. A partir do exame de documentos históricos e registros institucionais, evidencia-se como a escola se consolidou como espaço simbólico de resistência, integração comunitária e afirmação cultural. Essa leitura dialoga com as reflexões de Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andreazza, na obra *Cultura e Educação no Paraná*, na qual as autoras demonstram que a escola, no contexto paranaense, constituiu-se como instrumento central de organização social e difusão de valores culturais associados ao projeto de modernização do estado. Sob essa perspectiva, o Colégio Estadual Padre Sigismundo pode ser compreendido como parte desse movimento histórico mais amplo, no qual educação e cultura se entrelaçam na formação do tecido social regional. A escola emerge, assim, como espaço de produção de memória e de elaboração de pertencimento, especialmente em um município marcado por dinâmicas migratórias.

Assim, a figura de Sigismundo Gdaniec, enfermeiro, padre, padioleiro de guerra e agente social, ganha centralidade, sendo para parte do grupo expressão de um projeto formativo que articula fé, cuidado, disciplina e ação social. Sua atuação na formação histórica do município reforça a compreensão da escola como espaço ampliado de educação, tal como analisado por Etelvina: uma esfera privilegiada de construção cultural, no qual se inscrevem tanto práticas pedagógicas quanto memórias coletivas.

No terceiro capítulo “*A Implementação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec: Práticas, Experiências e Aprendizados*” apresenta os bastidores da criação da Sala Memorial

Sigismundo Gdaniec, revelando não apenas o processo de organização e curadoria do acervo, mas o surgimento de um espaço vivo de memória e pertencimento.

Entre práticas arquivísticas e afetivas, visitas institucionais, articulações políticas e intercâmbios culturais, o capítulo documenta o envolvimento da escola, da sociedade local e de departamentos públicos na consolidação da sala Memorial.

Por fim, no quarto capítulo, intitulado “*Cartilha prática*”, apresenta um desdobramento aplicado da experiência analisada. Estruturado em formato didático e acessível, o capítulo sistematiza procedimentos, orientações e etapas fundamentais para a criação e organização de espaços memoriais em contextos escolares, comunitários e institucionais. A cartilha resulta da articulação entre os referenciais teóricos discutidos ao longo da pesquisa e as práticas efetivamente desenvolvidas no processo de implantação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, dialogando com os princípios da História Pública, da museologia social e da educação patrimonial.

Dessa forma, o leitor é convidado a refletir sobre o papel dos centros e salas de memória não apenas como instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural, mas como espaços formativos, de fortalecimento da consciência histórica, de participação social e de resistência ao esquecimento, reafirmando a memória como prática viva, coletiva e socialmente comprometida. É nesse horizonte teórico e prático que se insere a presente investigação, ao articular preservação, educação e participação social na construção da memória local.

CAPÍTULO 1

A PRESENÇA POLONESA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO CENTRO-OESTE PARANAENSE

1.1 Formação histórica e configuração territorial de Quedas do Iguaçu-PR

Os processos históricos estão diretamente relacionados aos espaços em que se desenvolvem. Os territórios, além de constituírem espaços físicos de ocupação humana, também representam lugares de construção de identidades e referências culturais, pois compreender a formação histórica de uma localidade implica analisar as relações sociais, econômicas e culturais que moldaram suas referências coletivas ao longo do tempo. O estudo do município de Quedas do Iguaçu permite compreender sua constituição e os elementos históricos que fundamentam as práticas de preservação desenvolvidas no ambiente escolar. É nesse contexto que se insere a problemática desta pesquisa: compreender como organizar, preservar e utilizar pedagogicamente um acervo escolar, de modo que ele não seja uma simples forma de armazenamento documental e sim uma contribuição para a construção da memória coletiva e para a formação cidadã.

Concebida como um espaço fundamentado em documentos, objetos e registros históricos, esta pesquisa busca reunir e interpretar elementos relacionados à trajetória de Sigismundo Gdaniec e do Colégio Estadual Padre Sigismundo, articulando história institucional e contexto histórico regional. Dessa forma, a sala constitui-se como um espaço de preservação documental e de mediação pedagógica, contribuindo para o fortalecimento das referências históricas e culturais da comunidade escolar.

A Sala Memorial pode ser compreendida como um espaço de História Pública e educação patrimonial, uma vez que promove o acesso da comunidade escolar às experiências históricas locais, valorizando documentos, narrativas e objetos que integram o coletivo. Para Pierre Nora (1993), os lugares de memória emergem quando as práticas tradicionais de transmissão da memória enfraquecem, tornando necessária a criação de espaços institucionais voltados à preservação das referências históricas coletivas. Ou seja, ao proteger um acervo, independentemente de seu contexto histórico, preservamos não apenas sua materialidade, mas também sua função educativa, cultural e social, garantindo a transmissão de conhecimentos, memórias e valores às gerações presentes e futuras.

A inserção da Sala Memorial no município de Quedas do Iguaçu adquire relevância, pois está diretamente vinculada ao espaço geográfico, histórico e social. Localizado na mesorregião Centro-Sul do Paraná, no Terceiro Planalto Paranaense, o município apresenta uma trajetória marcada pela migração e reorganização econômica, elementos que contribuem para compreender a constituição das instituições sociais.

É importante destacar que a região Centro-Sul paranaense se caracteriza pela diversidade cultural, pelas diferentes formas de posse e pela complexidade de seu contexto histórico. Sendo assim, municípios como Guarapuava e Laranjeiras do Sul desempenharam importante papel na organização regional, servindo como referências administrativas, comerciais e educacionais para localidades que posteriormente se emanciparam, como Quedas do Iguaçu. A constituição desses lugares esteve associada aos fluxos migratórios, às políticas de colonização e às disputas pela posse da terra.

Conforme apresenta Sérgio Odilon Nadalin em sua obra *Paraná: Ocupação do Território, Populações e Migrações* (2017), o desenvolvimento paranaense esteve diretamente relacionado aos movimentos migratórios e às dinâmicas populacionais que contribuíram para a formação econômica, social e cultural do estado. A partir dessa perspectiva, é possível observar que esse processo também gerou diversas consequências para a sociedade e para o meio ambiente. Além de alterar as formas de organização social, também esteve associado a disputas pelo uso e pela posse da terra, deixando marcas que ainda podem ser observadas no espaço geográfico. A intensificação das atividades agrícolas e o avanço da colonização promoveram mudanças significativas no espaço natural, principalmente por meio da remoção da cobertura vegetal original para a implantação de áreas produtivas. Ao mesmo tempo, o aumento da população impulsionou o surgimento de novas localidades, a construção de vias de circulação e a expansão das atividades comerciais. Embora essas transformações tenham favorecido o desenvolvimento econômico e a integração regional, também contribuíram para a redução de áreas naturais e para a redefinição das relações entre as comunidades humanas e o ambiente em que estavam inseridas.

1.1.1 Transformações econômicas e reorganização regional

As transformações históricas também influenciaram os modos de vida da população local, as relações de pertencimento e as formas de organização comunitária. Parte dessas

experiências permanece registrada nas práticas culturais e nas memórias coletivas da comunidade local.

Visando situar o recorte territorial desta pesquisa, elaborou-se um quadro síntese, com base em dados do IBGE e do Governo do Estado do Paraná, apresentando a caracterização da região Centro-Sul do Paraná, espaço no qual se localiza o município de Quedas do Iguaçu e onde se desenvolve a proposta da Sala Memorial.

Quadro 1 - A região em estudo.

Mesorregião	Microrregião	Nº de Municípios	Municípios correspondentes a região
<i><u>Centro-sul Paranaense</u></i>	Pitanga	6	Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Palmital, Pitanga, Santa Maria do Oeste.
	<i><u>Guarapuava</u></i>	18	Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, <i><u>Guarapuava</u></i> , Inácio Martins, <i><u>Laranjeiras do Sul</u></i> , Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, <i><u>Quedas do Iguaçu</u></i> , Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo, Virmond.
	Palmas	5	Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha, Palmas

FONTE: Desenvolvido pela autora com base em dados do IBGE e dos informativos do Governo do Estado do Paraná.

A seguir, apresenta-se a representação da Mesorregião¹ Centro-Sul do Paraná, destacando sua posição geográfica no contexto estadual e evidenciando o espaço no qual se insere o município de Quedas do Iguaçu.

Mapa 1 - Localização da Mesorregião Centro-Sul

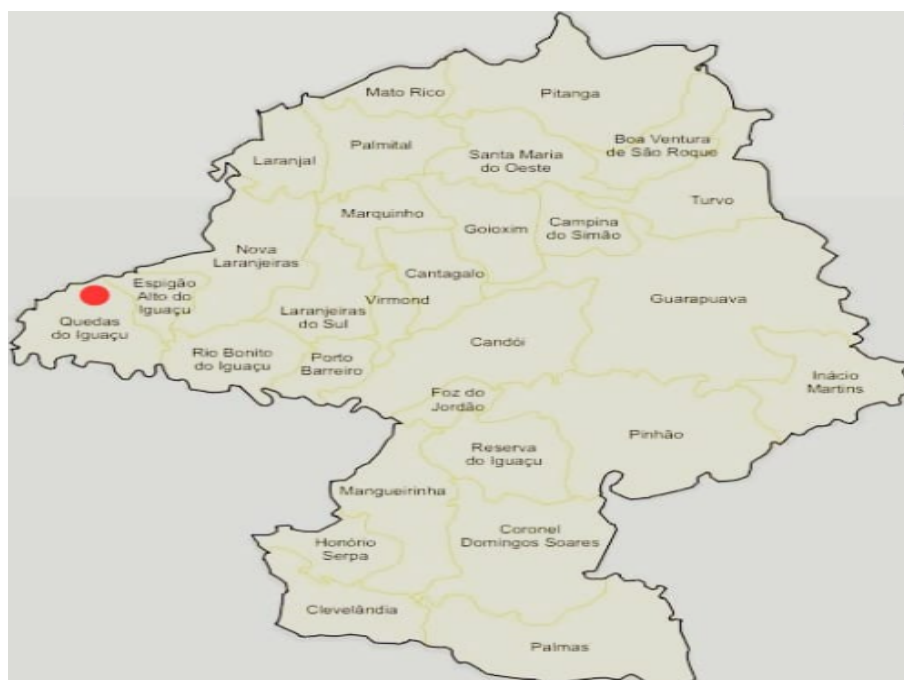
¹ A macrorregião corresponde à divisão territorial mais ampla, reunindo extensas áreas com características econômicas, sociais e geográficas gerais. A mesorregião agrupa municípios que apresentam semelhanças socioeconômicas e geográficas, constituindo espaços com relativa homogeneidade regional. Já a microrregião reúne municípios que mantêm relações mais intensas de ordem econômica, social e administrativa, caracterizando uma maior integração territorial.



FONTE: IPARDES, Curitiba, 2004.

No Mapa 2, o município de Quedas do Iguaçu aparece destacado por um círculo em vermelho, recurso gráfico que evidencia, de maneira objetiva, a área de análise deste estudo. O mapa evidencia a localização do município no contexto regional do Centro-Sul paranaense.

Mapa 2 - Mesorregião Centro-Sul Divisão Política – Administrativa



FONTE: IPARDES, Curitiba, 2004.

A Mesorregião Centro-Sul do Paraná, conforme descreve o IPARDES (2004), ocupa posição estratégica ao estabelecer conexões com outras regiões do estado, como o Sudoeste, o

Oeste e o Norte Central. Essa condição contribui para a constituição de uma dinâmica regional marcada pela diversidade econômica, cultural e social.

A geografia física do município também exerceu influência significativa em sua ocupação, pois a presença de florestas ombrófilas mistas, áreas de campos naturais e solos férteis favoreceu o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias. Gregory (2010, p. 26) destaca que o espaço resulta das interações humanas e das práticas sociais construídas historicamente. Sob essa perspectiva, as famílias migrantes que se estabeleceram na região contribuíram para a constituição das referências culturais locais, trazendo diferentes costumes, saberes e formas de organização social. Essas experiências participaram diretamente no processo histórico e cultural do município, pois foi evidente na frente de colonização promovida pela empresa privada, responsáveis pela atração das famílias em busca de oportunidades econômicas e acesso à terra. Esse movimento contribuiu para o crescimento populacional, para a reorganização territorial e para a consolidação das estruturas sociais e econômicas do município.

Durante as primeiras décadas a extração madeireira constituiu a principal atividade econômica regional. A exploração madeireira impulsionou a expansão urbana e a consolidação econômica regional. Ao mesmo tempo, a exploração intensiva dos recursos naturais provocou alterações significativas na paisagem e impactos ambientais decorrentes do avanço da atividade econômica sobre as áreas florestais.

Na década de 1970 com a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Osório ocorreram importantes transformações econômicas e sociais, intensificando os fluxos migratórios e promovendo alterações urbanas no município. Esse processo de exploração florestal, embora associado ao desenvolvimento econômico regional, provocou profundas alterações ambientais, especialmente pela redução das áreas de mata nativa e pela intensificação do desmatamento das florestas de araucária, fenômeno recorrente nos projetos de colonização agrícola do Sul do Brasil.

A partir dos anos 2000, o município passou por uma reorganização econômica, diversificando suas atividades industriais, especialmente no setor têxtil. Pequenas e médias indústrias de confecção passaram a desempenhar papel relevante na economia local, contribuindo para a geração de empregos e para a reorganização produtiva do município.

Conforme propõe Corrêa (2000), os processos de reestruturação regional envolvem mudanças nas bases econômicas e sociais dos territórios, exigindo adaptações às novas dinâmicas produtivas. As transformações econômicas ocorridas no município produziram

impactos que ultrapassaram a esfera produtiva, alcançando também os setores sociais e educacionais.

A reorganização das atividades econômicas passou a exigir mão de obra qualificada e novas formas de formação profissional, ampliando o papel das instituições escolares no desenvolvimento regional. A ampliação da oferta educacional respondeu às demandas de qualificação profissional decorrentes das transformações econômicas locais, especialmente relacionadas ao setor têxtil. Esta oferta educacional evidencia a relação entre as transformações econômicas locais e as demandas por formação profissional, reforçando o papel da escola na preservação das referências históricas e culturais da comunidade.

1.2 Processos históricos de ocupação e formação regional

A formação histórica de Quedas do Iguaçu implica analisar os processos de ocupação, migração, disputas fundiárias e reorganização administrativa que marcaram a constituição do espaço paranaense ao longo dos séculos XIX e XX. À narrativa cronológica, trata-se de entender como diferentes agentes sociais: Estado, companhias colonizadoras, populações indígenas, migrantes e trabalhadores rurais, participaram da construção de relações de poder, pertencimento e identidade regional.

1.2.1 Povos indígenas, territorialidade e ocupação colonial

Ao analisarmos o passado histórico do estado do Paraná, é necessário relembrar que, antes da chegada dos europeus, o território era ocupado por diferentes povos indígenas, entre eles os Guarani, Kaingang, Xetá e Xokleng. Nos séculos XVI e XVII grande parte do estado teve grupos vinculados à colonização espanhola, que criaram a província do Guairá e outra pequena faixa litorânea era de domínio português, denominada de Capitania de Santana. No litoral paranaense foi descoberto ouro em 1640, o que motivou o deslocamento de moradores da Capitania de São Vicente para essa região. Com o Tratado de Madri em 1750 as terras passaram oficialmente a pertencer somente à coroa portuguesa. No entanto, essas incursões não se traduziram, naquele momento, em processos efetivos de colonização.

Pode-se dizer que, entre o século XVII e o início do século XIX, começaram a surgir os primeiros indícios de uma colonização luso-brasileira mais efetiva no litoral do Paraná, na

região de Curitiba e no Planalto de Ponta Grossa, marcada pela vinda de escravizados negros para trabalhar nas fazendas locais.

Outro fato importante a destacar-se, é que até o final do século XVIII, o território entre a Vila de Guarapuava e a Colônia Militar de Foz do Iguaçu era classificado como "sertão", uma região ainda inexplorada pelos imigrantes e habitada por populações indígenas, especialmente os Kaingang. Esses povos mantinham um profundo conhecimento sobre os ecossistemas locais, como as florestas de araucária e as planícies aluviais, explorando de maneira sustentável os recursos naturais.

Entretanto, com a chegada dos europeus e o avanço das fronteiras agrícolas, essa relação simbiótica foi alterada. Para Schons (2013) a criação de aldeamentos indígenas forçados, a exploração dos recursos naturais e a expansão sistemática das terras por colonos europeus levaram a intensos conflitos. O avanço da colonização provocou profundas alterações territoriais e culturais nas populações indígenas, modificando formas tradicionais de ocupação, circulação e uso da terra.

1.2.2 Imigração europeia e colonização dirigida no Paraná

Segundo Wachowicz (1995), diferentes grupos migratórios europeus ocuparam a região ao longo do século XIX, assumindo características distintas em cada estado. Nesse contexto mais amplo dos fluxos migratórios para o Sul do Brasil, conforme analisado nos *Relatórios de Viagem às Terras de Jagoda* (2006)², o processo de imigração polonesa é apresentado como elemento central para a compreensão da ocupação e da organização social da região.

Tal movimento teve início no final do século XIX, especialmente a partir de 1871, em meio a intensas transformações sociopolíticas na Europa. Fatores estruturais como a pobreza, a escassez de terras cultiváveis e a repressão política, agravados pela inexistência da Polônia como Estado soberano, então dividida entre o Império Russo, a Áustria-Hungria e a Prússia, impulsionaram o deslocamento de milhares de poloneses para as Américas. Paralelamente, o Brasil, em transição para o trabalho livre, via na imigração europeia uma oportunidade de ocupar áreas rurais, consolidar a presença estatal e fortalecer a produção agrícola, sobretudo nas províncias meridionais.

²Estes relatórios referem-se a documentos e arquivos, analisados pelo padre Jozef e por Eradi Dutra no ano de 2006.

Consolidada desde o final do século XIX, a presença polonesa no Paraná exerceu influência decisiva nas áreas interioranas ao longo do século XX. Inicialmente concentrados na Região Metropolitana de Curitiba e em colônias vizinhas, os imigrantes poloneses e seus descendentes atuaram ativamente na expansão da fronteira agrícola, contribuindo significativamente para a colonização e o desenvolvimento de novas regiões do estado.

Para Nivaldo Kruger (2004), diversos fatores contribuíram para a expansão do espaço paranaense, entre eles a exploração da erva-mate, a pecuária extensiva, a chegada de imigrantes europeus e a expansão da agricultura. Tais elementos desempenharam papel crucial na reconfiguração do espaço e no desenvolvimento econômico do estado, alterando de maneira significativa a distribuição populacional e o uso da terra. O Paraná se destacou como um dos principais destinos desses fluxos migratórios, oferecendo terras em regime de colonato e condições favoráveis à fixação.

Para Nadalin (2017), o Paraná, a partir da segunda metade do século XIX, passou a vivenciar uma nova conjuntura social e legislativa com a intensificação da imigração europeia, incentivada por políticas estatais, em um contexto marcado pelas transformações no mundo do trabalho e pela gradual desarticulação do regime escravocrata. Essas políticas de imigração incluíam o custeio das viagens transatlânticas, a concessão de terras e a oferta de empréstimos para a aquisição de ferramentas agrícolas, medidas fundamentais para o estabelecimento dos imigrantes nas áreas colonizadas.

O processo de colonização do Sul do Brasil articulou interesses estatais, econômicos e migratórios, promovendo a expansão agrícola e a ocupação de áreas consideradas estratégicas pelo governo paranaense. Com isso, a região da Colônia Jagoda passou a receber imigrantes que contavam com diferentes formas de apoio para sua fixação. Entre essas medidas, destacavam-se o custeio parcial das despesas até a chegada às colônias, a hospedagem das famílias em instalações vinculadas à companhia colonizadora e o auxílio comunitário para a construção das moradias. A partir da análise de relatórios da colonizadora, observa-se ainda que o governo polonês também contribuía com o financiamento de determinadas despesas do grupo após sua fixação no território, incluindo ações voltadas à manutenção³ dos vínculos culturais de origem e à participação em eventos no exterior.

A adaptação dos imigrantes poloneses foi favorecida pelos conhecimentos agrícolas adquiridos na Europa Central, os quais lhes possibilitaram contribuir de modo decisivo para a

³ Os recursos são destinados a projetos educacionais, bolsas de estudo e infraestrutura cultural, por meio de editais, incluindo programas de apoio ao ensino da língua polonesa, como o “Bon Kolbego” e o “Bon Pierwszaka”, além de investimentos em instituições culturais e intercâmbios. Segundo a Fundação Pomoc Polakom na Wschodzie, essas ações ainda são mantidas pelo governo polonês, visando à preservação da identidade cultural de seus descendentes no exterior.

consolidação de um núcleo economicamente viável. Contudo, a presença no estado foi além da esfera produtiva: marcou também, de forma profunda, o tecido social e cultural. A presença do grupo ultrapassa a dimensão econômica da colonização, pois insere-se igualmente na construção simbólica da memória regional. Embora essas práticas culturais tenham contribuído para a preservação da identidade étnica dos grupos imigrantes, também passaram por adaptações e ressignificações no contexto brasileiro, especialmente em razão do contato com outros grupos sociais e das transformações econômicas regionais.

Ao analisar a obra da professora Alcioly Terezinha, intitulada “*Subsídios para a história de Guarapuava (2013)*”, verificamos que os Campos Gerais, onde Guarapuava⁴ está inserida, foram inicialmente colonizadas em 1770 e abrangiam uma vasta extensão de 175.000 km², com destaque para sua vegetação de campos limpos intercalados por florestas subtropicais. O crescimento do município foi impulsionado pela criação da Comarca de Guarapuava em 2 de maio de 1853, com o Dr. José Antônio Araújo de Vasconcellos como seu primeiro juiz de direito. A presença de uma comarca foi um marco significativo, pois trouxe estrutura judiciária e maior autonomia política ao município.

Outro município cuja história se entrelaça tanto com a de Guarapuava quanto com a de Quedas do Iguaçu, cidade analisada neste estudo, é Laranjeiras do Sul, localizado igualmente na região Centro-Sul do estado. Até 1946, Laranjeiras do Sul fazia parte do território de Guarapuava, o que revela sua origem como extensão administrativa da antiga comarca.

A trajetória histórica de Laranjeiras do Sul remonta ao final do século XIX, quando surgiu como um pequeno povoado situado às margens da estrada que ligava os campos de Guarapuava às fronteiras com o Paraguai e a Argentina. Esse ponto de apoio e descanso para tropeiros e viajantes tornou-se estratégico para a posse do Oeste Paranaense, região que até então era caracterizada por extensas áreas de “sertão”, habitadas majoritariamente por povos indígenas, especialmente os Kaingang. Como destaca Schons (2013), os trajetos dos tropeiros foram fundamentais para o surgimento de núcleos urbanos no sul do Brasil, ao mesmo tempo em que os deslocamentos forçados e as disputas por terra impuseram rupturas drásticas às formas tradicionais de vida indígena.

Em 1898, houve a criação do Distrito Policial em Laranjeiras, impulsionando a estruturação da ordem pública em uma região ainda predominantemente rural e esparsamente

⁴ Guarapuava é um município cujo nome tem origem no tupi-guarani, sendo formado pelas palavras “guará” (lobo) e “puava” (bravo), em referência à fauna e à força característica da região. Essa denominação reflete a interação entre os habitantes nativos e os primeiros colonizadores, além de simbolizar a relação histórica do homem com o território. (Informação: Prefeitura Municipal de Guarapuava. *História do Município – origem do nome*. Disponível em: <https://www.guarapuava.pr.gov.br>. Acesso em: fev. 2025.)

habitada. Essa colônia desempenhou um papel estratégico ao viabilizar a construção da linha telegráfica ligando Guarapuava a Foz do Iguaçu, consolidando a presença do Estado na região e facilitando a comunicação. Isso evidencia como o Estado brasileiro utilizou mecanismos administrativos e infraestruturais para consolidar sua presença em regiões consideradas estratégicas, especialmente em áreas de fronteira. Dessa forma, a institucionalização política e jurídica da região esteve diretamente vinculada aos interesses de integração territorial e exploração econômica. Em 1911, foi criado o Distrito Judiciário de Laranjeiras, incorporado em 1943 ao recém-criado Território Federal do Iguaçu, concebido pelo governo de Getúlio Vargas como parte de uma estratégia para reforçar a soberania brasileira em áreas fronteiriças. A reorganização administrativa do Território Federal do Iguaçu evidenciou o interesse estratégico do governo Vargas em fortalecer o controle político das áreas de fronteira.

Com a extinção do Território Federal do Iguaçu em 1946, a cidade de Iguaçu perdeu seu status de capital, retornando à condição de distrito vinculado ao município de Guarapuava. No mesmo ano, a forte mobilização de lideranças locais resultou na elevação do distrito à condição de município, inicialmente batizado de Iguaçu e renomeado para Laranjeiras do Sul em 1947.

Essas reorganizações administrativas demonstram como o crescimento populacional e econômico da região impulsionou a redefinição dos limites político-territoriais, fortalecendo novas centralidades urbanas no interior paranaense. Em 1967, com a promulgação da Lei Estadual nº 5.668, ocorreu o desmembramento de Laranjeiras do Sul, dando origem a novos municípios, entre eles Quedas do Iguaçu, anteriormente conhecido como distrito de Campo Novo⁵. Essa emancipação representou um marco na história local, garantindo maior autonomia política e administrativa, além de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região (Plano Diretor do município 2019).

Ao analisar a história fundiária da região atualmente conhecida como Quedas do Iguaçu⁶, é necessário relembrar os acontecimentos do final do século XIX, período caracterizado por intensos processos de territorialização e pela expansão das fronteiras

⁵ A denominação *Campo Novo*, conforme indicam os relatórios da colonizadora, relaciona-se às características físicas e sociais do território então em formação.

Era comum que as companhias colonizadoras atribuíssem nomes provisórios às áreas sob sua gestão, tomando como referência aspectos da paisagem ou da dinâmica de ocupação, com o propósito de conferir valor simbólico ao novo núcleo de povoamento. Essa prática reforçava a ideia de um “campo” recentemente aberto, tanto no sentido agrícola quanto no sentido humano e buscava legitimar e atrair moradores para o incipiente povoado. (Witold, 1937)

⁶ De acordo com o Plano Diretor do município (2019) e as informações disponíveis no site oficial da Prefeitura, o nome *Quedas do Iguaçu* associa-se diretamente ao elemento geográfico mais expressivo da região no período de sua denominação: as imponentes quedas d’água do rio Iguaçu. Essas formações naturais marcaram profundamente a paisagem local e consolidaram-se como símbolo de referência toponímica do território, embora tenham desaparecido posteriormente em razão do alagamento provocado pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Osório.

internas do Brasil⁷. A concessão das terras de “Rio das Cobras”, de caráter estratégico nos âmbitos logístico e político, tinha como objetivo promover a integração e facilitando o escoamento da produção agrícola e madeireira. Posteriormente, já sob o regime republicano, a posse dessas terras⁸ foi reforçada pelo Decreto nº 305, de 7 de abril de 1890, que regulamentou benefícios concedidos à construção da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, incluindo a cessão de terras devolutas à empresa responsável pelo empreendimento. A medida evidenciava a continuidade das estratégias adotadas pelo Estado brasileiro para promover a integração territorial, a expansão da infraestrutura de transportes e a ocupação de regiões consideradas pouco povoadas ou economicamente periféricas, como a área estudada.

Conforme Monteiro (2002, p. 10), em 1913, o governo do Paraná autorizou a regularização e a compra de terras excedentes, o que formalizou a propriedade e consolidou a concentração fundiária na região. A aquisição dos direitos da Fazenda Pinhão Ralo pela Companhia Agrícola e Industrial do Iguaçu resultou na unificação das terras sob uma única titularidade, reforçando a formação de grandes propriedades privadas e a organização de caráter empresarial.

De acordo com a análise desenvolvida por Roos (2010), a região abordada neste estudo encontra-se dentro da chamada *faixa de fronteira*, delimitada pela Constituição Federal de 1934 como uma extensão de cem quilômetros a partir das fronteiras internacionais do país. Essa determinação legal transformou amplas porções do território em áreas de domínio da União, redefinindo os limites da propriedade e da posse na região.

Com isso, glebas como Rio das Cobras e Pinhão Ralo, até então ocupadas e exploradas por particulares, passaram a integrar juridicamente uma zona de sobreposição entre o interesse público federal e o domínio privado. Essa condição ambígua, em que coexistiam títulos contestados, posse tradicional e autoridade estatal, lançou as bases para uma série de disputas que marcariam profundamente a história local.

Nas décadas seguintes, a tensão entre o direito formal e o uso efetivo da terra tornou-se cada vez mais evidente. Com o tempo, a chegada de novas empresas, a expansão das atividades agrícolas e a intervenção de órgãos públicos transformaram profundamente a

⁷ Em 9 de novembro de 1889, poucos dias antes da Proclamação da República, o imperador Dom Pedro II, por meio do Decreto nº 10.432, concedeu à Companhia de Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande uma extensa faixa de terras denominada “Rio das Cobras”.

⁸ A Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601) estabeleceu a compra como principal forma de acesso às terras públicas, restringindo a aquisição gratuita de terras devolutas. Entretanto, o Estado manteve mecanismos específicos de concessão e cessão de terras para empreendimentos considerados estratégicos, especialmente projetos ferroviários e colonizadores. No Paraná, tais políticas contribuíram para a expansão das fronteiras agrícolas, a ocupação do interior e a integração de regiões que, até o final do século XIX, permaneciam pouco povoadas e com limitada presença estatal.

dinâmica local, provocando mudanças significativas e, muitas vezes, gerando conflitos e desafios entre os diferentes grupos sociais.

Como observa José de Souza Martins, “a colonização paranaense, embora frequentemente narrada sob o signo do “progresso” e da modernização, também se constituiu como um processo de exclusão e reconfiguração social” (Martins, 1998).

No contexto do Centro-Oeste paranaense, a expansão das companhias colonizadoras redefiniu formas tradicionais de posse da terra, afetando populações caboclas e grupos que já utilizavam o território antes da institucionalização dos projetos de colonização. Conforme Haesbaert (2004), o território deve ser compreendido não apenas como delimitação física ou jurídica, mas como espaço atravessado por relações de poder, pertencimento e disputas simbólicas. Nesse sentido, a formação histórica de Quedas do Iguaçu revela múltiplas territorialidades produzidas a partir dos conflitos fundiários, das migrações e das estratégias de ocupação estatal. Essa complexa trajetória fundiária, entrelaçada entre leis, posse e luta pela sobrevivência, deixou marcas profundas na formação histórica da região, encerrando um ciclo e preparando o terreno para novos capítulos na construção social do oeste paranaense.

A colonização contribuiu para a formação das referências históricas e culturais que atualmente compõem a memória coletiva regional.

Sob essa perspectiva, iniciativas de preservação e difusão da história local como a Sala Memorial Sigismundo Gdaniec aproximam-se dos pressupostos da História Pública, ao promoverem a participação da comunidade na valorização de suas experiências históricas e na construção coletiva das narrativas sobre o passado regional.

1.3 Colonização dirigida e presença polonesa na formação de Quedas do Iguaçu

Conforme indicam os documentos e relatórios da colonizadora, foi a partir da década de 1930 que o território hoje conhecido como Quedas do Iguaçu⁹ - inicialmente denominado Colônia Jagoda e, posteriormente, Campo Novo - passou a vivenciar um processo mais intenso e organizado de colonização. Famílias provenientes principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina deslocaram-se para o interior do Paraná no contexto do

⁹ A atual denominação do município de Quedas do Iguaçu passou por diferentes etapas históricas. Inicialmente, a região foi conhecida como Colônia Jagoda, núcleo de colonização organizado entre as décadas de 1930 e 1940 pela Companhia Mercantil Paranaense S/A para receber imigrantes, especialmente poloneses. Posteriormente, o povoado foi elevado à categoria de distrito com a denominação de Campo Novo, pela Lei Municipal n.º 19, de 28 de novembro de 1955, subordinado ao município de Laranjeiras do Sul. Em 1967, Campo Novo tornou-se município autônomo e, por meio da Lei Estadual n.º 6.126, de 14 de julho de 1970, recebeu a denominação definitiva de Quedas do Iguaçu, em referência às quedas d'água existentes na região do Rio Iguaçu.

avanço das frentes de colonização agrícola. Esses grupos introduziram práticas culturais, formas de organização social e modos de produção que contribuíram para a configuração social e territorial da região. Naquele tempo, a área ainda pertencia ao município de Guarapuava e era conhecida como Alto Iguaçu, uma região de vastas matas, rios caudalosos e promessas de terras férteis. Foi nesse cenário que se formaram os primeiros núcleos de povoamento, compostos por imigrantes e descendentes de poloneses e ucranianos, cuja presença deixou marcas profundas na cultura, na religiosidade e nas tradições do grupo.

Ao longo do tempo, novas famílias e diferentes grupos étnicos passaram a integrar esse movimento, incorporando suas experiências, práticas e saberes ao cotidiano da região. Em diálogo com as reflexões de Canciani (2011) sobre as práticas culturais, o encontro entre esses grupos contribuiu para a constituição de um “*mosaico cultural*” significativo, resultante das trocas, apropriações e ressignificações que marcaram a dinâmica social local.

Segundo Wojnar e Dutra (2018, p. 8), a colonização oficial dessas terras foi formalizada durante o governo do interventor federal Manoel Ribas, no contexto do Estado Novo. Com apoio do governo estadual, Ribas autorizou e incentivou a criação da Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense S.A., articulando um projeto que tinha como objetivo promover a ocupação de áreas classificadas pelo poder público como “vazios demográficos”. Tal iniciativa atendia aos interesses políticos de expansão regional do Estado, desconsiderando, contudo, a presença de populações indígenas e caboclas já estabelecidas na região. Conforme apontam diversos estudos sobre a colonização no Sul do Brasil, esses discursos legitimavam intervenções fundiárias e reforçavam projetos de expansão econômica do território.

Essa narrativa, frequentemente associada ao discurso do progresso e da modernização, requer, entretanto, uma análise mais crítica. Embora o avanço das companhias colonizadoras tenha contribuído para a implantação de infraestrutura, para a organização fundiária e para o crescimento econômico regional, essa fase também esteve marcado por deslocamentos populacionais, pela redefinição de usos tradicionais da terra e pelo silenciamento de outras formas de posse preexistentes.

Nesse sentido, a colonização deve ser compreendida não apenas como expansão produtiva, mas como uma reorganização das relações de poder sobre o espaço, na qual diferentes grupos sociais disputaram reconhecimento, permanência e legitimidade territorial.

1.3.1 A Colônia Jagoda e a organização do espaço colonial

De acordo com os registros oficiais e com as análises desenvolvidas por Eradi Dutra e Jozef Wojnar (2018, p. 10), a organização da região contou com o respaldo diplomático e financeiro do governo polonês, o que revela a confluência de interesses internacionais nas estratégias de desenvolvimento regional adotadas naquele período. A cooperação entre o Estado do Paraná e agentes ligados à imigração polonesa evidencia como a colonização ultrapassava os limites da política interna, assumindo também dimensões econômicas e diplomáticas.

A Companhia Colonizadora, com sede em Curitiba, deu início à execução de um ambicioso projeto de expansão em uma vasta área situada na margem direita do rio Iguaçu, defronte à foz do rio Chopim, avançando em direção ao norte do “sertão paranaense” na área, conhecida como “Rio das Cobras”¹⁰.

A direção técnica do projeto esteve sob a responsabilidade do engenheiro civil Witold Mathias Paul, de origem polonesa, cuja atuação foi decisiva tanto no planejamento geográfico da colônia quanto na organização estrutural dos assentamentos. Sua presença evidenciava o protagonismo de agentes imigrantes na configuração institucional da região, refletindo a influência da colonização europeia nos âmbitos político, econômico, cultural e social do município.

O *Memorial Descritivo da Colônia Jagoda*, emitido em 9 de fevereiro de 1938, documento central do empreendimento de colonização, especificava com precisão os limites das terras destinadas à ocupação.

[...] Ao norte, a área confinava com a propriedade Catanduvas, pertencente à Companhia Brasileira de Aviação e Comércio. A leste, a divisa seguia o curso sinuoso do rio das Cobras, que separava a colônia da Fazenda Pinhal Ralo até desaguar no rio Iguaçu. Pelo sul, o próprio rio Iguaçu servia de fronteira natural, enquanto, a oeste, os limites se estabeleciam com a propriedade Andrada, pertencente à *Brazil Development & Colonization Company*, demarcada por uma linha seca que se estendia do Iguaçu até a divisa norte. (Colônia Jagoda, 1938).

Como observa João Pacheco de Oliveira (2006), a riqueza de detalhes presente nos documentos de delimitação regional elaborados em projetos de colonização vai além de uma preocupação estritamente técnica ou cartográfica. Sobretudo, de um esforço voltado à

¹⁰ A área totalizava 63.004 hectares e foi adquirida em 22 de novembro de 1935 da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande pelo valor de 504.000 contos de réis. Embora a conversão exata desse montante para valores atuais seja inviável em razão das sucessivas mudanças monetárias e das variações inflacionárias ocorridas ao longo do século XX, o valor registrado evidencia a expressiva dimensão econômica da transação, considerada uma das mais significativas operações fundiárias da região naquele período.

formalização jurídica da posse da terra em contextos historicamente marcados por múltiplas camadas de titularidade, lacunas legais e situações de insegurança fundiária.

Um aspecto particularmente relevante do *Memorial Descritivo* de fevereiro de 1938, registrado no Cartório de Registro de Imóveis do município de Guarapuava, refere-se à ênfase atribuída à rede hidrográfica da região como elemento estruturante da delimitação e caracterização da propriedade. Ressaltava-se a abundância de rios perenes, arroios e ribeirões, característica considerada essencial para a instalação de empreendimentos industriais. O memorial destacava o potencial agroindustrial da colônia, enfatizando a disponibilidade hídrica e a viabilidade de diferentes atividades produtivas. Além disso, experimentos com o cultivo de linho indicavam viabilidade para a implantação de uma fábrica de tecidos, assim como outras unidades de beneficiamento de produtos agrícolas in natura. Essa perspectiva evidencia como o projeto de colonização ia além da simples expansão agrícola: visava à formação de um polo agroindustrial moderno, orientado por princípios técnicos e econômicos alinhados ao ideário do “progresso”. A valorização dos recursos naturais, especialmente da água, como fator de dinamização econômica, revela também uma concepção territorial funcionalista, em que o uso da terra e dos bens naturais era planejado segundo critérios de produtividade e rentabilidade.

A Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense S.A., ao dar início ao projeto de povoamento na região do Rio das Cobras¹¹, organizou a divisão fundiária por meio de lotes planejados, estruturados para atender às demandas agrícolas e à ocupação territorial da colônia. Essa divisão obedecia a um planejamento técnico cuidadosamente delineado, que previa que cada lote tivesse acesso direto a uma estrada vicinal e a um curso d’água, como sangas, ribeirões ou rios. Tal configuração não apenas facilitava a logística agrícola e o transporte da produção, como também assegurava o suprimento hídrico necessário para o sustento das famílias e das lavouras. (Colônia Jagoda, 1938).

Outro aspecto relevante do projeto era a possibilidade de aquisição de mais de um lote por uma mesma família, desde que houvesse o compromisso de residência imediata e uso produtivo da terra, conforme estabelecido no memorial descritivo da Colônia Jagoda (1938). Essa medida visava desestimular a especulação fundiária e garantir que o território fosse

¹¹ Conforme relatos da população e a análise na obra de Lídia Albino (2004), o nome *Rio das Cobras* consolidou-se tanto pelas características ambientais da região quanto pelas narrativas de indígenas, tropeiros e caboclos, que descreviam encontros frequentes com serpentes de grande porte ao longo do curso d’água. Já presente em mapas e descrições antigas, o rio recebeu essa denominação devido à expressiva presença desses animais nas matas densas que o cercavam, prática comum à época, quando sertanistas e populações locais atribuíam nomes a lugares com base em elementos marcantes da paisagem. Esses relatos, inicialmente transmitidos pela oralidade, acabaram fixando-se na cartografia e nos primeiros registros oficiais. Ressalta-se que, dadas as características biológicas da região, o encontro com serpentes de grande porte ao longo do rio permanece frequente ainda nos dias atuais.

ocupado efetivamente, promovendo uma colonização ordenada, de base familiar, voltada à agricultura de subsistência e, progressivamente, à produção voltada ao mercado. Embora a infraestrutura estivesse tecnicamente apta para receber os primeiros colonos já em 1936, a colonização só teve início oficial em 1938, revelando um descompasso entre o planejamento e sua efetiva execução. A formalização jurídica da aquisição da área ocorreu apenas alguns anos depois, com a lavratura da escritura pública¹². Tal demora reflete os trâmites burocráticos e jurídicos complexos que caracterizavam a regularização fundiária em áreas de fronteira agrícola, como observa José de Souza Martins (1998), ao analisar os entraves históricos que marcam a institucionalização da posse da terra no interior brasileiro.

A área destinada ao empreendimento colonizador na região era composta por matas densas, zonas de pinhais e solos férteis, particularmente adequados ao cultivo de cereais como milho, trigo e feijão, conforme descrito no Memorial Descritivo da Colônia Jagoda (1938). Essa combinação de fatores naturais conferia à região um alto potencial produtivo, tanto para a agricultura quanto para a extração vegetal. A abundância de madeiras nobres, em especial, impulsionou a atividade madeireira, que se consolidou como uma das primeiras frentes econômicas da colônia, abrindo caminhos para a infraestrutura e o comércio local¹³.

Como observa Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004), a exploração intensiva dos recursos naturais em áreas recém-colonizadas refletia uma lógica desenvolvimentista de caráter funcionalista, na qual a natureza era compreendida como um “estoque de recursos” disponível para ser convertido em valor econômico por meio da ação técnica e do trabalho humano. Essa concepção, amplamente difundida no contexto da colonização dirigida, orientava a apropriação sistemática do território e a transformação da paisagem em função da produtividade e do crescimento econômico.

No entanto, as origens no território que hoje constitui o município de Quedas do Iguaçu remontam a um período anterior à instalação oficial da colônia. De acordo com Ilizeu Camargo¹⁴, já em março de 1911 havia a presença de sertanejos e posseiros na localidade, formando um pequeno núcleo populacional que sobrevivia por meio da agricultura de subsistência e da extração da erva-mate, atividade que se destacava como a principal base econômica da região naquele período.

¹² A escritura foi lavrada em 25 de março de 1944, no Segundo Tabelionato de Notas da cidade de São Paulo, sendo posteriormente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava em 6 de maio do mesmo ano, sob o nº 1.742.

¹³ (COMPANHIA COLONIZADORA E MERCANTIL PARANAENSE S.A. *Memorial descritivo da Colônia Jagoda*, 1938).

¹⁴ A informação também é corroborada por Ilizeu Camargo em *História dos Pioneiros de Espigão Alto do Iguaçu* (2017), obra que reúne registros e memórias sobre os primeiros processos de ocupação e povoamento da região.

A seguir, apresenta-se um relato registrado pelo escritor Antonio Monteiro, no qual um morador da década de 1930 compartilha suas impressões sobre a trajetória vivida na região. A narrativa, preservada na pesquisa de Monteiro, oferece importantes contribuições para a compreensão da ocupação e das transformações ocorridas no contexto local, evidenciando o papel desempenhado pelos primeiros moradores no desenvolvimento da área.

[...] Quando a minha família se estabeleceu na área, aqui já havia três casas construídas: o moinho, a casa de um senhor (*o qual o entrevistado não lembrou o nome*) e o casarão da colonizadora. A área era tão intocada que chegava a impossibilitar a visualização do céu, devido à enorme quantidade de pinheiros e sua altura impressionante. Se isso parece poético hoje, naquele tempo era mais uma dificuldade, já que a grande quantidade de árvores inviabilizava o cultivo do solo — que era a finalidade da vinda da família. [...] Esta região era coberta de pinheiros de tal forma que nem se podia enxergar o céu. (Monteiro, 2009. Pág. 78. *Trechos da entrevista de um imigrante.*)

O depoimento evidencia as dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores diante da mata densa, da limitação de infraestrutura e das exigências do trabalho agrícola na fase inicial da colonização.

Nos anos seguintes, conforme relatório elaborado pelo vice-cônsul polonês Mieczysław Bohdan Lepecki, em abril de 1939, atualmente arquivado no Archiwum Akt Nowych (Arquivo dos Atos Novos), em Varsóvia, 79 famílias já haviam adquirido lotes na Colônia Jagoda. Entretanto, apenas 39 residiam efetivamente no local, enquanto outras 40 ainda concluíam os preparativos para a mudança definitiva ao longo daquele ano. A maior parte desses colonos era oriunda de processos de colonização secundária, destacando-se famílias provenientes do Rio Grande do Sul, especialmente das colônias Guarani, Boa Vista e Erechim, além de migrantes oriundos de outras regiões do Paraná, do Espírito Santo e até mesmo do Peru.

Contudo, devido ao fato de as terras estarem situadas em faixa de fronteira, condição estabelecida pela Constituição Federal de 1934 e diante do regime ditatorial vigente à época no Brasil, o governo impôs diversas restrições à Companhia Colonizadora Paranaense. Isso impediu a concretização do plano original de trazer colonos diretamente da Europa. Dessa forma, a maioria dos lotes foi ocupada por descendentes de poloneses já residentes no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul e poucos imigrantes vieram diretamente da Polônia ou de outros países europeus. A seguir temos outro relato extraído da obra de Antônio Monteiro.

[...] A minha família chegou no mês de abril de 1939. Encontramos a colônia bem organizada, prosperando, o que era uma maravilha. Lembro-me ainda que já havia várias famílias, e, a cada dia, vinha gente de todos os lados: do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do próprio Paraná — a maioria de origem polonesa. [...] Os levantamentos gerais topográficos já estavam concluídos; ruas e lotes urbanos, já

demarcados; chácaras de dois alqueires em torno da casa grande de administração. Com terras férteis e clima saudável, a região oferecia uma situação de euforia e prosperidade para o futuro. Apesar de ser um interior longínquo, desenvolviam-se as atividades conforme o programa. E nós também, sendo imigrantes vindos da Polônia, sem conhecer o idioma nem a situação aqui existente, achamos o clima favorável para a sobrevivência em novas condições.

Passados os primeiros meses, tudo era alegria — até que, em setembro de 1939, chegou a notícia de que os nazistas haviam invadido a Polônia. As consequências foram imediatas: a falta de combustível paralisou o caminhão da companhia; não chegavam mais caminhões, e a nossa produção agrícola não tinha escoamento. Em sinal de protesto e desânimo, os colonos jogavam seus produtos na rua, pois não havia como vendê-los.

E assim se passaram seis anos, até que, em novembro de 1944, veio a notícia de que o grupo Votorantim, de São Paulo, estava comprando toda a colônia. Diziam que, com isso, tudo iria melhorar, pois a firma era muito rica, construiria muitas fábricas, melhoraria as estradas e realizaria diversas outras melhorias. A Votorantim realmente comprou a colônia, reacendendo a esperança em todos nós.

Passaram-se mais alguns meses, até que chegou a notícia, no dia 10 de maio de 1945, de que a guerra havia acabado. Mais uma vez, a esperança nos era devolvida, e o povo estava em festa. Reapareceram os combustíveis, os veículos voltaram a rodar pelas estradas, e o povo começou a vir novamente para cá, com a mesma esperança da colonização de antes da guerra [...] (Monteiro, 2009. p. 69).

Este outro depoimento registrado por Antonio Monteiro evidencia as expectativas, dificuldades e transformações vivenciadas pelos imigrantes durante a colonização da Colônia Jagoda. A narrativa demonstra que, em seus primeiros anos, a região era percebida como um espaço promissor, caracterizado pela organização, pela fertilidade das terras e pelas perspectivas de prosperidade econômica. Contudo, os impactos da Segunda Guerra Mundial alteraram significativamente a dinâmica da colônia, comprometendo o abastecimento, a circulação de mercadorias e as próprias condições de sobrevivência dos colonos.

Ao mesmo tempo, o relato evidencia que a chegada do grupo Votorantim e o término da guerra reacenderam as expectativas de desenvolvimento regional e de continuidade da ocupação. Dessa forma, a narrativa possibilita compreender não apenas os desafios enfrentados pelos imigrantes, mas também os sentimentos de esperança, adaptação e permanência que marcaram a consolidação dos primeiros núcleos populacionais da região que, posteriormente, daria origem ao município de Quedas do Iguaçu.

A análise do material descritivo referente à Colônia Jagoda, preservado no acervo da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, em Quedas do Iguaçu, permite reconstruir parte significativa da trajetória dos primeiros colonos que se estabeleceram na região.

A Companhia Colonizadora assumiu então o papel de intermediária na comercialização da produção local, escoando-a para centros urbanos como Laranjeiras do Sul e Guarapuava. Buscando preservar uma imagem estética comum e inspirada nas tradições europeias, incentivou-se a construção de casas em estilo chalé, cuja arquitetura simples e acolhedora marcou a paisagem das primeiras vilas.

A chegada de técnicos especializados em áreas como saúde, industrialização da madeira e prestação de serviços contribuiu para a consolidação da urbanização da colônia. Pouco a pouco, ergueram-se estruturas fundamentais para a vida comunitária: farmácia, granja, armazém, matadouro, escola e serraria. Aproximadamente oitenta famílias residiam na região, enfrentando as adversidades impostas pela mata densa e as espécies de vegetação, como o taquaruçu, a putinga e o juncal, dificultavam a abertura de caminhos e exigiam grande esforço coletivo para tornar o território habitável. (Witold, 1940).

De acordo com o Relatório de Witold (1940), as áreas situadas próximas ao Rio Iguaçu apresentavam temperaturas ligeiramente mais elevadas em relação às porções mais altas da colônia. A umidade proveniente do rio contribuía para a redução das variações térmicas e para a atenuação das geadas, criando condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades agrícolas. Essas características reforçavam o potencial produtivo da região e sua atratividade para o processo de colonização.

Tal característica reforçava a aptidão da região para o cultivo de diversas espécies vegetais. Embora os relatos e registros da década de 1940 fossem baseados em observações empíricas dos agentes colonizadores, análises posteriores, como as de Aziz Ab'Sáber (2003), permitem compreender, em perspectiva, por que regiões como o Vale do Iguaçu, marcadas pela abundância hídrica, solos férteis e cobertura florestal, foram consideradas altamente favoráveis à produção agrícola. Segundo o autor, as potencialidades naturais de um território são determinantes na configuração do uso do solo, especialmente em contextos de expansão da fronteira agrícola e de projetos de colonização dirigida, como os implementados no sul do Brasil ao longo do século XX. Essa abordagem permite compreender como a leitura do espaço natural, ainda que empírica, foi incorporada à lógica colonizadora, orientando escolhas estratégicas sobre assentamento humano e atividades produtivas.

Conforme registram Wojnar e Dutra (2018, p. 22), durante as expedições realizadas pela Companhia Colonizadora, as quedas d'água do Salto Osório já se destacavam como importante referência geográfica da região. Além de sua relevância na paisagem, o local apresentava potencial energético que, décadas mais tarde, seria explorado com a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Osório. A construção do empreendimento promoveu significativas transformações territoriais e socioeconômicas, ampliando a ocupação regional, atraindo novos contingentes populacionais e reforçando o papel do Rio Iguaçu como eixo estruturador do desenvolvimento local. Dessa forma, elementos naturais inicialmente observados no contexto

da colonização passaram a integrar novas dinâmicas de uso e organização do território ao longo do século XX.

1.3.2 Cotidiano, trabalho e sociabilidade dos imigrantes

Conforme observa Zdzisław Malczewski (2008), na *Revista de Reflexão Brasil-Polônia*, a experiência agrícola diversificada e a forte organização comunitária dos imigrantes poloneses foram elementos decisivos para o desenvolvimento socioeconômico da região. Em Quedas do Iguaçu, a presença polonesa manifesta-se até hoje na estrutura comunitária, na religiosidade e nas manifestações culturais, expressas em festas típicas, danças folclóricas e celebrações que preservam as tradições dos primeiros colonos.

Entretanto, a consolidação regional não se restringiu à herança polonesa. A região recebeu também famílias oriundas do Rio Grande do Sul, muitas delas descendentes de italianos e alemães, que desempenharam papel igualmente significativo. Embora a convivência entre diferentes grupos tenha produzido importantes trocas culturais, a ocupação também envolveu disputas por terra, dificuldades de adaptação e profundas transformações ambientais.

As imagens a seguir registram atividades relacionadas à derrubada da mata, à extração e ao transporte de madeira, evidenciando o intenso trabalho empregado pelos imigrantes poloneses na transformação da paisagem natural em espaço de moradia e produção. Os registros também permitem observar a utilização de recursos locais, da força animal e do trabalho manual, elementos fundamentais nas etapas iniciais da colonização, marcadas pela escassez de infraestrutura e pela necessidade de adaptação às condições ambientais da região.

Imagem 1-Fotografias da Região na década de 1930.

Fotografia A**Fotografia B**

FONTE: Arquivo disponível na Sala Memorial Sigismundo.

No conjunto, as imagens evidenciam a intensidade da exploração florestal vinculada à abertura de áreas agrícolas, caminhos e estruturas habitacionais. O trabalho exigia elevado esforço físico e significativa organização coletiva, configurando uma dinâmica produtiva fundamentada na cooperação entre os colonos e na utilização dos recursos técnicos disponíveis naquele período. Foi nesse contexto que se consolidaram os primeiros núcleos coloniais, gradualmente integrados ao sistema econômico regional.

As fotografias apresentadas constituem importantes fontes históricas para a compreensão do processo de ocupação do interior paranaense na década de 1930. Conforme destaca Kossoy (2001), a fotografia deve ser entendida como um documento histórico capaz de revelar aspectos das práticas sociais e das relações estabelecidas em determinado contexto.

As imagens preservadas pela Sala Memorial constituem importantes fontes para a compreensão das experiências de colonização e das transformações territoriais que marcaram a região. Nesse contexto, a Sala Memorial desempenha um papel fundamental na preservação documental e na valorização do patrimônio histórico, atuando como espaço de mediação entre memória, comunidade e conhecimento histórico. Ao salvaguardar e difundir esses registros, possibilita que as experiências do passado sejam constantemente reinterpretadas, fortalecendo os vínculos da comunidade com sua própria trajetória histórica.

1.3.3 Memória, patrimônio e História Pública na preservação das experiências migratórias

Na sequência, será analisada a imagem 2 com as fotografias A e B, que documentam a chegada dos primeiros imigrantes à região do Rio das Cobras, acontecimento que marcou o início da consolidação de um núcleo, posteriormente integrado à formação histórica do atual

município de Quedas do Iguaçu. Esses registros visuais constituem relevantes fontes históricas para a compreensão das etapas iniciais de instalação da localidade, bem como das dinâmicas de territorialização que estruturaram o povoamento regional.

Além de seu valor documental, as imagens permitem refletir sobre as experiências migratórias, as estratégias de adaptação dos colonos e as formas de apropriação do espaço, evidenciando aspectos fundamentais da constituição social e regional. Nesse sentido, os registros fotográficos assumem papel significativo no âmbito da memória e do patrimônio, contribuindo para a preservação das trajetórias históricas vinculadas à formação regional.

Imagem 2-Fotografia A: Chegada dos imigrantes na região - Fotografia B: Cotidiano da época
Fotografia A



FONTE: Arquivo Pe. José – década de 1930.

As fotografias retratam aspectos das experiências migratórias e do processo de ocupação da região nas primeiras décadas da colonização. Os registros evidenciam a chegada das famílias imigrantes, o uso de carroças e veículos para o transporte de pessoas, animais e pertences, bem como as condições ainda precárias das vias de circulação abertas em meio à vegetação nativa. As imagens revelam os desafios enfrentados pelos colonos durante a instalação dos núcleos de povoamento, marcados pela necessidade de adaptação às condições ambientais, pela construção das primeiras moradias e pela organização das atividades produtivas.

Além de documentarem as dificuldades materiais do período, as fotografias permitem compreender a importância do trabalho coletivo na estruturação das comunidades.

A cooperação entre as famílias foi fundamental para a abertura de caminhos, implantação das lavouras e criação de instituições sociais, religiosas e educacionais que contribuíram para a consolidação dos núcleos coloniais. Os registros também evidenciam a coexistência entre práticas tradicionais e os primeiros sinais de modernização, representados

pela presença de veículos motorizados ao lado de formas de transporte e trabalho ainda fortemente dependentes da força humana e animal.

As figuras humanas, as vestimentas e as estruturas habitacionais observadas nas imagens constituem importantes indícios das condições de vida dos imigrantes e dos processos de adaptação cultural vivenciados no novo território. Nesse contexto, as fotografias ultrapassam sua dimensão ilustrativa e assumem o papel de documentos históricos capazes de revelar aspectos da formação social, econômica e cultural da região, preservando memórias fundamentais para a compreensão de sua trajetória histórica.

A análise da imagem evidencia que a experiência migratória não se limitou ao deslocamento populacional, mas envolveu dinâmicas mais amplas de adaptação social e de reorganização das práticas culturais no novo espaço. Nesse contexto, formas de cooperação entre as famílias e estratégias coletivas de trabalho contribuíram para a estruturação das primeiras dinâmicas sociais da região.

Complementando essa perspectiva, a Imagem 3, representada pelas fotografias A e B, apresenta aspectos do cotidiano das famílias polonesas nos primeiros anos da colonização. Já estes registros visuais apresentam os desafios impostos pela densa vegetação, pelo isolamento geográfico e pelas limitações estruturais presentes na ocupação, permitindo compreender as condições materiais e as estratégias de adaptação desenvolvidas pelos imigrantes no estabelecimento do novo espaço de vida.

Imagem 3-Fotografia A: Cotidiano das famílias Polonesas na região Rio das Cobras - Fotografia B: As primeiras casas na região do Rio das Cobras.

Fotografia A



Fotografia B



FONTE: Arquivo Pe. José – década de 1937.

As fotografias A e B retratam aspectos fundamentais do processo de colonização da região do Rio das Cobras, evidenciando tanto o trabalho de abertura das primeiras áreas agrícolas quanto a formação dos núcleos habitacionais que deram sustentação à ocupação do território. Os registros mostram os esforços empreendidos pelos colonos na transformação da paisagem natural em espaço de produção e moradia, por meio da derrubada da vegetação, preparação do solo e construção das primeiras residências em madeira.

As imagens permitem compreender as condições materiais enfrentadas pelos imigrantes nos momentos iniciais da colonização, marcados pela escassez de infraestrutura, pela utilização de ferramentas simples e pela necessidade de adaptação às características ambientais da região. Ao mesmo tempo, revelam a importância da cooperação comunitária na consolidação dos assentamentos, expressa na proximidade entre as moradias, no trabalho compartilhado e na construção de espaços coletivos voltados à organização da vida cotidiana.

Observam-se ainda os impactos da ocupação sobre a paisagem, visíveis nas áreas desmatadas e nas clareiras abertas em meio à floresta. Ao fundo da fotografia B, destaca-se o Casarão da Colonizadora, edificação que desempenhava funções administrativas, comerciais e de acolhimento aos recém-chegados, constituindo um importante ponto de referência para a organização da colônia. Nesse sentido, as fotografias documentam a transformação física do território e os processos de reorganização social e comunitária que marcaram a formação dos primeiros núcleos de povoamento da região.

No contexto de colonização e adaptação cultural, emerge outro elemento de significativa relevância: a atuação da imprensa, que desempenhou papel central na consolidação da identidade dos imigrantes poloneses. Além de funcionar como meio de circulação de informações, os periódicos constituíram importantes instrumentos de preservação linguística, cultural e religiosa, atuando como elo entre a memória da terra de origem e a nova realidade social construída no Brasil. A imprensa contribuiu para fortalecer os vínculos e a manutenção de práticas culturais que marcaram a experiência migratória dos grupos poloneses na região. Publicações em língua polonesa ajudavam a preservar a cultura, fortalecendo os vínculos comunitários e divulgando informações relevantes sobre as colônias em formação.

A Figura 1 ilustra essa dimensão ao apresentar um recorte do jornal *Lud*, voltado à população polonesa, no qual há referência direta à divulgação da Colônia Jagoda. Esse tipo de material impresso informava os leitores sobre os desenvolvimentos locais, conferia

legitimidade e visibilidade ao projeto colonizador, reforçando o sentimento de pertencimento entre os colonos.

Figura 1-Propaganda da região em 1937

**RIO DAS COBRAS
(JAGODA)**

Nova e maior colônia no Paraná
 localizada em uma área de grande potencial futuro, na margem direita do rio Iguaçu, próxima à estrada Guarapuava - Foz do Iguaçu. Nenhum outro lugar apresenta um percentual tão alto de terras de primeira classe, completamente planas, adequadas ao cultivo com arado.



Cena de terra: 100\$000 - a alugar na 4-letnia apatia.
 Informações disponíveis em Curitiba na rua Dr. Ermelino de Lenc, 15 andar 1, ou na colônia Jagoda (Município de Guarapuava), na estrada Laranjeiras.

Prospeto ilustrado - enviaremos na solicitação.
 Endereço para cartas: **CIA. COLONIZADORA E MERCANTIL PARANAENSE, S. A.** Caixa postal 222, Curitiba, Paraná.

Atenção! Evite-se de "fazendeiros", propondo a venda de terrenos. Títulos de propriedade no Paraná são muitas vezes não regulamentados e colônias, adquirindo terras de particulares, são sujeitos a dupla tributação.

O memorial e os documentos a que se refere o Decreto - Lei n. 58 de 10-12-1937, artigo 10, estão depositados no registro imobiliário de Guarapuava.

FONTE: Arquivo disponível na Sala Memorial Sigismundo.

Quadro 1-Tradução da notícia apresentada na Figura: 1

RIO DAS COBRAS (JAGODA)

Nova e maior colônia no Paraná.

Localizada em uma área de grande potencial futuro, na margem direita do rio Iguaçu, próxima à estrada Guarapuava - Foz do Iguaçu. Nenhum outro lugar apresenta um percentual tão alto de terras de primeira classe, completamente planas, adequadas ao cultivo com arado.

Preço da terra: 100\$000 por alqueire em parcelas de 4 anos.

Informações disponíveis em Curitiba, na rua Dr. Ermelino de Leão, 15, primeiro andar, ou na colônia Jagoda (município de Guaraniaçu), próximo ao povoado de Laranjeiras.

Enviamos prospecto ilustrado mediante solicitação.

Endereço para correspondência:

Cia. Colonizadora e Mercantil Paranaense, S.A., Caixa Postal 222, Curitiba, Paraná.

Aviso!

Cuidado com fazendeiros que oferecem vendas fraudulentas de terrenos. Os títulos de terras no Paraná frequentemente não estão regularizados. Evite intermediários e colonizadores que revendem terras de proprietários privados, pois isso pode levar a pagamentos duplicados.

A informação e os documentos aqui referidos dizem respeito ao Decreto - Lei nº 58 de 10-12-1937, artigo 10, referente ao Registro Imobiliário de Guarapuava.

FONTE: Elaborado a partir de documento original, com tradução e adaptação realizadas pela autora.

Figura 2-Recorte do noticiário LUD, 30 de agosto de 1937

KOLONISTO!
Możesz prędko i łatwo zapewnić rodzinie dobrobyt i kulturalne życie wśród swoich, jeśli rychło osiedlisz się na kolonii

JAGODA

JAGODA – Nowa i najwspanialsza polska kolonia w Paraná, położona w urodzajnej dolinie, blisko dróg, w prawym brzoży rzeki Iguazu, blisko traktu Guarapuava – Foz do Iguaçu.

Obejmuje kolonię JAGODA – wynosi 24.000 alkrów. Każda działka ziemi posiada wodę i drogę dojazdową.

Ziemia ta daje znakomite zbiory pszenicy, jęczmienia, żyta, kukurydzy, fitonu, ryżu, batatów, kartofli, trzcinę cukrową, chmiolu, bawełny, ryżu, a także wszelkich warzyw i owoców.

Klimat jest bardzo zdrowy a wody są czyste, amercane i zdrowe. Wysokość nad poziomem morza: 600–400 metrów.

Cena ziemi: 100\$000 za alkrów na 4 lata spłaty.

Dla osadników, którzy jeszcze w bieżącym roku zakupią ziemię na naszej kolonii, czynimy specjalną zniżkę. Przy kupnie na raty zadatek wpłaca 30%; ad cenę ziemi, resztę realizują na równo raty. Przy kupnie za gotówkę – tytuł własności (Escripura) niezwłocznie wydaje się kupującemu na rękę.

Na naszej kolonii są następujące urządzenia:

Tartak	Apteka i małe ambulatorium	Biblioteka
Piekarnia	Hagaryn	Gospodarstwo wiejskie
Informacji udziela się w Kurtybie przy ulicy Dr. Ermelino de Leão, 15, piętro I, lub na kolonii Jagoda (municypium Guarapuava), za osadą Laranjeiras.		Nakole

Prospekt ilustrowany wysyłamy na żądanie. Wystarczy wypełnić czytelnie i dokładnie poniższy kupon i przesłać nam.

Cia Colonizadora e Mercantil Paranaense S. A.

FONTE: Arquivo disponível na Sala Memorial Sigismundo.

Quadro 2-Tradução da notícia apresentada na Figura 2

COLONO!

Você pode, de forma rápida e fácil, garantir à sua família prosperidade e uma vida cultural entre os seus, se você se estabelecer rapidamente na colônia.

JAGODA

Jagoda – A nova e maior colônia polonesa no Paraná, localizada em uma área de grande futuro, na margem direita do rio Iguaçu, próxima à estrada Guarapuava – Foz do Iguaçu.

A área da colônia "JAGODA" é de 24.000 alqueires. Cada lote tem boa água e fácil acesso.

O solo permite excelentes colheitas de trigo, cevada, centeio, milho, feijão, arroz, batata-doce, batata,

lúpulo, cana-de-açúcar, tabaco, e também uma grande variedade de legumes e frutas.

O clima é saudável, com água limpa, saborosa e saudável. Altitude: 600-400 metros acima do nível do mar.

Preço da terra: 100\$000 por alqueire em parcelas de 4 anos.

Aos compradores que adquirirem terras este ano, oferecemos um desconto especial. O pagamento pode ser feito em parcelas, com 30% do valor pago à vista e o restante dividido igualmente em parcelas. Ao adquirir o lote, o comprador recebe imediatamente o título de propriedade (Escritura).

A colônia já possui as seguintes instalações:

- Serraria
- Farmácia e pequeno ambulatório
- Biblioteca
- Igreja de madeira
- Escola Modelo
- Propriedades agrícolas exemplares

Informações podem ser obtidas em Curitiba, na Rua Dr. Ermelino de Leão, 15, 1º andar, ou diretamente na colônia Jagoda (município de Guaraniaçu), próximo à cidade de Laranjeiras.

Prospectos ilustrados enviados mediante solicitação. Basta preencher o cupom abaixo e enviá-lo.

Cia. Colonizadora e Mercantil Paranaense S.A.

FONTE: Elaborado a partir de documento original, com tradução e adaptação realizadas pela autora.

O material publicitário evidencia as estratégias discursiva utilizadas pelas companhias colonizadoras para atrair famílias migrantes, enfatizando a fertilidade das terras, a facilidade de aquisição dos lotes e as perspectivas de prosperidade econômica. Ao mesmo tempo, o discurso da propaganda silenciava dificuldades relacionadas ao isolamento, à infraestrutura precária e aos conflitos fundiários presentes na colonização da região. Essas estratégias de divulgação não tinham apenas finalidade informativa, mas atuavam também como instrumentos de convencimento e mobilização migratória. Ao enfatizar imagens de prosperidade, estabilidade e abundância agrícola, os materiais publicitários contribuíam para construir expectativas positivas em torno da colonização, reforçando projetos de ocupação territorial e atração de mão de obra para regiões ainda em processo de consolidação econômica e estrutural.

A trajetória do *Jornal Lud* insere-se no contexto da chamada imprensa de imigração no Sul do Brasil, um conjunto de periódicos publicados em línguas estrangeiras e criados por e para grupos de imigrantes europeus. Conforme analisam Caban (2009) e o jornal *Gazeta do Povo*, o *Lud* destacou-se entre os mais expressivos veículos da coletividade polonesa no país, desempenhando um papel central na difusão de valores culturais e religiosos, bem como na preservação da identidade étnica dos imigrantes e de seus descendentes.

Com base na consulta e análise de exemplares digitalizados do periódico *Lud*, verificou-se que o mesmo foi fundado em 2 de outubro de 1920, na cidade de Curitiba (Paraná), o periódico nasceu da iniciativa da Congregação dos Padres Vicentinos, que reconhecia na imprensa um instrumento capaz de fortalecer os laços entre os poloneses

radicados no Brasil e sua terra natal. O nome escolhido, *Lud* — termo que, em polonês, significa “povo”, traduzia com clareza o propósito do jornal: ser um espaço de comunicação, união e resistência cultural para a coletividade polonesa dispersa pelo espaço brasileiro.

Editado originalmente em língua polonesa e de circulação quinzenal, o *Lud* apresentava uma diversidade de conteúdo: notícias sobre acontecimentos na Polônia, relatos da vida nas colônias, artigos religiosos e eclesiásticos, além de textos sobre questões sociais e comunitárias. Assim, o periódico consolidava-se como um elo simbólico entre o grupo, aproximando famílias e reforçando um sentimento de pertencimento que atravessava fronteiras.

A influência do jornal extrapolava os limites do Paraná. Sua circulação alcançava colônias polonesas instaladas em outros estados brasileiros e também aos imigrantes na Argentina e nos Estados Unidos. Em seu auge, o *Lud* atingiu uma tiragem aproximada de 25 mil exemplares, número expressivo que evidencia sua relevância como veículo de integração e fortalecimento cultural no seio da diáspora polonesa. Por meio de suas páginas, difundia-se a língua materna, reafirmavam-se as tradições religiosas e preservava-se a memória de um povo que, longe de sua terra, encontrava na palavra impressa um meio de resistência cultural e espiritual. Nesse contexto, a imprensa de imigração desempenhava função que ultrapassava a simples circulação de notícias, atuando como espaço de preservação simbólica, manutenção da língua materna e fortalecimento das referências culturais compartilhadas entre os imigrantes e seus descendentes.

Entretanto, sua trajetória não foi isenta de rupturas e desafios. Durante o governo de Getúlio Vargas, especialmente entre 1940 e 1946, o *Lud* teve sua circulação interrompida em decorrência das políticas nacionalistas que proibiam publicações em línguas estrangeiras. As restrições impostas às publicações em língua estrangeira durante o Estado Novo evidenciam as tensões entre os projetos de nacionalização promovidos pelo governo brasileiro e as iniciativas de preservação cultural desenvolvidas pelas comunidades imigrantes. Nesse cenário, jornais como o *Lud* tornaram-se espaços simbólicos de resistência identitária diante das políticas de assimilação cultural.

Com o fim do regime autoritário, o periódico retomou suas atividades em 1947, passando a circular em formato bilíngue (polonês e português) e com periodicidade semanal. Essa reestruturação editorial pode ser interpretada como resposta às novas condições políticas do período e como estratégia de adequação ao contexto sociocultural das gerações já nascidas no Brasil. A adoção do bilinguismo evidencia uma tentativa de conciliar a preservação de

referências culturais de origem polonesa com a inserção progressiva no espaço público brasileiro, refletindo transformações nas dinâmicas culturais e na integração do grupo ao cenário nacional.

Ainda segundo informações de Caban (2009) e do jornal *Gazeta do Povo*, nas décadas seguintes o periódico acompanhou as transformações sociais e culturais do grupo polono-brasileira. Em 1989, adotou o nome *Nowy Lud* (“Novo Povo”), numa tentativa de atualizar sua identidade frente aos novos tempos. Poucos anos depois, entretanto, retomou o título original, preservando o vínculo com sua história e com os leitores mais antigos, aqueles que ainda viam nas páginas do *Lud* uma ponte entre o passado e o presente.

O avanço das mídias eletrônicas e a redução gradual do número de assinantes acabaram por impor um desfecho inevitável à trajetória do *Lud*. Em 1999, o jornal encerrou definitivamente suas atividades, após quase oito décadas de existência, deixando como legado um vasto patrimônio simbólico para a população polono-brasileira. Seu encerramento marcou o fim de um ciclo histórico da imprensa de imigração no Paraná, mas também reafirmou a importância do *Lud* como instrumento de preservação da memória, de fortalecimento da identidade étnica e de difusão dos valores culturais e religiosos que moldaram a presença polonesa no Brasil.

Desse modo, tanto os registros visuais quanto os materiais impressos analisados permitem compreender diferentes dimensões da colonização da região. Enquanto as imagens revelam aspectos da organização espacial e das condições materiais enfrentadas pelos primeiros colonos, os periódicos da imprensa de imigração evidenciam os mecanismos de comunicação e de preservação cultural que contribuíram para fortalecer os vínculos comunitários e a identidade do grupo polonês no novo território. Sob essa perspectiva, a preservação dessas fontes documentais e visuais aproxima-se dos pressupostos da História Pública, ao possibilitar que a comunidade participe da valorização, interpretação e socialização das experiências históricas locais.

1.4 A história da Colônia Jagoda

A seguir, analisaremos o surgimento da Colônia Jagoda, testemunho de um novo ciclo de povoamento no interior do Paraná. O nome foi escolhido em homenagem à filha do então embaixador polonês Pilsudski, gesto que reforçava os laços simbólicos entre Brasil e Polônia e evidenciava a relevância da presença polonesa na formação da região.

A Colônia Jagoda constituiu-se como importante núcleo de organização comunitária no interior paranaense. Ali, os imigrantes poloneses encontraram um espaço para reconstruir suas vidas, preservar tradições, criar vínculos comunitários e adaptar-se a um lugar ainda desconhecido. As atividades iniciais de construção das moradias e cultivo agrícola evidenciam as estratégias de adaptação e consolidação territorial desenvolvidas pelos colonos. Assim, a Colônia Jagoda consolidou-se como um marco histórico e social, representando a organização do espaço geográfico e a capacidade de transformar desafios e adversidades em oportunidades de crescimento e fortalecimento comunitário.

[...] O nome de colônia “Jagoda,” segundo pesquisa do Padre Jozef Wojnar, foi uma homenagem à segunda filha do polonês e estadista Józef Pilsudski, marechal de campo e líder das Forças Armadas polonesas, primeiro chefe de estado de 1918 - 1922 e também de 1926 - 1935. Ele foi uma das mais proeminentes figuras políticas polonesas de seu tempo e é considerado o maior responsável pelo ressurgimento da Polônia. O mais brilhante dos comandantes do exército polonês no século XX Pilsudski foi patrono de diversas unidades militares e reverenciado como herói polonês. [...]” (Wojnar, 2018, p.7).

A escolha do nome “Jagoda” para a colônia evidencia que a colonização não se restringia à ocupação e à exploração econômica da terra, mas também envolvia a preservação de referências simbólicas e culturais ligadas à identidade dos imigrantes poloneses. Conforme destaca o padre Jozef Wojnar, a denominação constituiu uma homenagem à filha de Józef Pilsudski, importante liderança política associada ao ressurgimento da Polônia no século XX.

Nesse contexto, o nome da colônia pode ser compreendido como uma forma de preservação da memória coletiva e do sentimento de pertencimento nacional entre os imigrantes, especialmente em um cenário de deslocamento e reconstrução da vida em outro país. Mesmo inseridos no interior do Paraná, os colonos buscavam manter vínculos identitários com sua terra de origem por meio da valorização de referências históricas e culturais compartilhadas.

A trajetória da Colônia Jagoda evidencia como os processos migratórios ultrapassam a dimensão econômica da ocupação territorial, envolvendo também mecanismos de preservação cultural, construção identitária e reelaboração da memória coletiva. Nesse sentido, a preservação documental e simbólica dessas experiências torna-se fundamental para compreender as dinâmicas sociais que contribuíram para a formação histórica do município de Quedas do Iguaçu e da presença polonesa na região oeste do Paraná.

De acordo com a obra *Colônia Jagoda: Essa é Nossa História*, de Eradi Dutra e Jozef Wojnar, a fundação da Colônia Jagoda inseria-se em uma prática recorrente entre companhias

colonizadoras, que atribuíam às colônias nomes de personalidades ou símbolos considerados relevantes. Nesse sentido, com apoio do governo polonês, a Companhia Colonizadora e Mercantil homenageou a família Piłsudski ao nomear duas colônias na América do Sul: a Colônia Jagoda, no Paraná e a Colônia Wanda, na província de Misiones, na Argentina.

Jadwiga Jagoda Piłsudska, filha do marechal Józef Piłsudski, nasceu em Varsóvia, em 28 de fevereiro de 1920. Desde a juventude, demonstrou interesse pela aviação, tornando-se piloto em 1937. Com a invasão da Polônia, refugiou-se no Reino Unido, onde concluiu os estudos em arquitetura pela Universidade de Cambridge e atuou como piloto na Air Transport Auxiliary (ATA) durante a Segunda Guerra Mundial. Reconhecida por sua atuação e competência, recebeu importantes condecorações, tornando-se símbolo do protagonismo feminino em um contexto marcado pela guerra e pelo deslocamento forçado. O nome “Jagoda”, que em polonês significa “baga¹⁵”, carrega forte dimensão simbólica ao representar a esperança dos imigrantes de que as sementes lançadas na nova terra produziram frutos abundantes, apesar das dificuldades enfrentadas no processo de colonização. Tal simbolismo relacionava-se diretamente às expectativas de reconstrução da vida e de consolidação de uma comunidade estável no interior do Paraná.

Documentos oficiais¹⁶ indicam que, já na década de 1940, os colonos iniciaram a abertura de clareiras, a construção de abrigos e a implantação das primeiras bases estruturais para o desenvolvimento da colônia. As habitações iniciais, construídas com tábuas de pinheiro e cobertas por telhados de ripas, bem como as estradas rudimentares abertas com ferramentas manuais, evidenciam os esforços empregados na consolidação do novo espaço de moradia e trabalho. O núcleo original da Colônia Jagoda localizava-se na área correspondente à atual Praça Pedro Alzides Giraldi, onde a Companhia Polonesa construiu um casarão central destinado ao funcionamento de serviços essenciais, entre eles farmácia, armazém e espaço para reuniões comunitárias.

Durante muitos anos, a região permaneceu vinculada administrativamente ao município de Laranjeiras do Sul. Contudo, em 15 de dezembro de 1968, Quedas do Iguaçu conquistou sua emancipação política, inaugurando uma nova etapa em seu desenvolvimento econômico, social e urbano.

¹⁵ A baga é definida como um fruto carnoso de sementes múltiplas, (Ex.: Tomate, Uva, Banana, Kiwi, Goiaba)

¹⁶ Análise elaborada com base em relatórios do engenheiro Witold Paul e pareceres técnicos de 1940, atualmente preservados no acervo da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec.

As imagens A, B e C, apresentadas a seguir, oferecem uma perspectiva das transformações ocorridas na praça central ao longo das décadas, documentando mudanças sociais, culturais e econômicas que acompanharam a trajetória histórica da população local.

Imagem 4-Fotografia A: Praça Central na década de 1940 - Fotografia B: Praça Central na década de 1950 - Fotografia C: Praça Central atualmente.



FONTE: Arquivo disponível na Sala Memorial Sigismundo.

As Imagens¹⁷ nos apresentam a praça central na década de 1940, como um espaço simples, com poucas intervenções urbanísticas, servindo principalmente como ponto de encontro e convivência para os moradores.

Era comum que o local fosse utilizado para eventos comunitários, celebrações religiosas e atividades comerciais de pequeno porte, evidenciando sua relevância como o coração da vida social da época. Verifica-se que na atualidade, a praça central aparece como um espaço moderno, adaptado às necessidades contemporâneas, mas que ainda preserva elementos históricos que remetem às suas origens. As áreas verdes, a iluminação e os espaços destinados à cultura e ao lazer evidenciam as transformações ocorridas no local ao longo do tempo, convertendo-o em um espaço de integração entre passado e presente. Tais mudanças passaram a atender não apenas às demandas urbanísticas da cidade, mas também ao fortalecimento dos vínculos locais.

Nesse contexto, a Colônia Jagoda consolidou-se, ao longo dos anos, como um importante núcleo de vida comunitária. Em 1943, foi criada a Escola Isolada Campo Novo, instituição que posteriormente passou a denominar-se Colégio Estadual Padre Sigismundo. Além de desempenhar papel fundamental na continuidade do processo educativo regional, o espaço tornou-se referência na preservação da memória e da presença de Sigismundo Gdaniec

¹⁷ As fotografias encontram-se organizadas em caixas-arquivo na Sala Memorial Sigismundo Gdaniec. Muitas delas já possuem identificação de data e local, enquanto outras ainda estão em processo de catalogação e reconhecimento.

em Quedas do Iguaçu, mantendo vivos os vestígios materiais e simbólicos de sua atuação junto à comunidade local.

A formação histórica de Quedas do Iguaçu, portanto, não pode ser compreendida como resultado linear da ocupação, mas como uma construção histórica marcada por disputas, negociações, deslocamentos populacionais e permanentes ressignificações culturais. Entre projetos empresariais, políticas estatais de colonização, experiências migratórias e práticas comunitárias, consolidou-se um lugar plural, atravessado por múltiplas memórias, identidades e narrativas sociais.

Nesse contexto, a presente pesquisa reafirma seu objetivo geral de analisar e operacionalizar a criação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec como espaço de preservação da memória, valorização do patrimônio cultural e formação cidadã. A proposta do memorial ultrapassa a função de guarda documental, constituindo-se como instrumento de História Pública ao possibilitar que documentos, fotografias, objetos e relatos sejam organizados, reinterpretados e socializados junto à comunidade escolar e local. Dessa forma, o acervo deixa de ser apenas um conjunto de registros preservados para tornar-se experiência educativa e culturalmente acessível, promovendo o diálogo entre passado e presente e fortalecendo os vínculos de pertencimento e memória coletiva. Compreender a complexidade histórica da formação regional torna-se, assim, etapa fundamental para a construção crítica da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, uma vez que a organização e a ativação pedagógica do acervo dependem da interpretação dos processos históricos que constituíram o município. Nessa perspectiva, a História Pública manifesta-se no compromisso de democratizar o acesso às narrativas históricas, aproximando a produção do conhecimento acadêmico da comunidade e valorizando os sujeitos históricos que participaram da constituição de Quedas do Iguaçu.

O percurso histórico e geográfico delineado neste capítulo, não se limita a uma contextualização introdutória, mas configura-se como base interpretativa essencial para o desenvolvimento da pesquisa e para a compreensão do potencial pedagógico, social e cultural da Sala Memorial.

No capítulo seguinte, será apresentada a trajetória histórica do Colégio Estadual Padre Sigismundo, bem como aspectos da vida e da atuação do Padre Sigismundo Gdaniec, elementos fundamentais para a compreensão de seu legado cultural, religioso e educacional no contexto regional.

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: A DENOMINAÇÃO DA SALA MEMORIAL SIGISMUNDO GDANIEC

2.1 Religiosidade, imigração e formação da Colônia Jagoda

Este capítulo mostra que a constituição da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec e a trajetória do Colégio Estadual Padre Sigismundo não podem ser compreendidas como iniciativas isoladas ou meramente locais, mas como expressões de um movimento histórico mais amplo de articulação entre fé, educação e organização social no interior do Paraná. Nessa perspectiva, o diálogo com a obra *Cultura e Educação no Paraná*, de Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andreazza, oferece um referencial importante para situar historicamente tal contexto.

Conforme analisam as autoras, o processo de ocupação e consolidação do território paranaense esteve profundamente vinculado à implantação de instituições educativas e religiosas, responsáveis pela difusão da instrução formal e pela organização simbólica e cultural dos grupos sociais em formação. A escola, nesse cenário, assumiu papel estratégico na construção de identidades coletivas, na salvaguarda de valores e na mediação entre tradições de origem europeia e as novas realidades sociopolíticas do estado.

Ao associar essa perspectiva ao caso de Quedas do Iguaçu, observa-se que a atuação do padre Sigismundo Gdaniec e a consolidação das primeiras estruturas escolares inserem-se precisamente nesse movimento descrito por Trindade e Andreazza: a educação como instrumento de enraizamento territorial, integração social e construção de referências coletivas. A criação da Sala Memorial configura-se, portanto, como desdobramento contemporâneo desse processo histórico, ao transformar a experiência educacional em legado cultural e reafirmar a escola como espaço de salvaguarda, mediação simbólica e produção de significados.

A Sala Memorial configura-se como território de sentidos, onde o passado dialoga com o presente e o aprendizado se efetiva por meio da experiência. Sua criação responde ao propósito de registrar e transmitir experiências coletivas, assumindo-se como instrumento pedagógico capaz de mediar saberes, fortalecer vínculos comunitários e despertar, nas novas gerações, o sentimento de identificação com a comunidade e de ligação com sua trajetória.

O memorial articula documentação histórica, práticas educativas e experiências coletivas, permitindo que diferentes gerações tenham acesso à trajetória da instituição e às transformações sociais do município.

A escolha da denominação “Sala Memorial Sigismundo Gdaniec” acrescenta ao espaço um significado simbólico. Ao atribuir o nome do padre ao memorial, reconhece-se a trajetória de um agente histórico cuja atuação pastoral e educativa ultrapassou o âmbito estritamente religioso, deixando marcas significativas na formação sociocultural da Colônia Jagoda e consolidando sua trajetória como referência coletiva da comunidade.

Essa presença religiosa ganha maior compreensão quando considerada no contexto da imigração polonesa na região. De acordo com Luzitani (2012, p. 43), a maioria dos imigrantes que chegaram à colônia professava a fé católica, o que conferia à religião papel central na vida espiritual e cultural do grupo. A prática religiosa, além de expressão de devoção, atuava como importante marcador cultural, contribuindo para a continuidade das tradições e para o fortalecimento dos vínculos comunitários em um contexto de deslocamento e reorganização social. Estabelecidos em um território novo, frequentemente marcado por adversidades materiais, isolamento geográfico e pela necessidade constante de adaptação, os imigrantes encontravam na fé um elemento de orientação moral e de coesão social, que auxiliava na preservação de costumes, da língua e de outras expressões culturais associadas à terra de origem.

Ao verificar os jornais informativos da Paróquia Sagrado Coração de Maria, durante a década de 1930, percebeu-se que as primeiras famílias polonesas consolidaram suas moradias na Colônia Jagoda e começaram também a organizar celebrações religiosas. Missas eram realizadas em capelas simples ou em espaços improvisados, muitas vezes construídos com o esforço coletivo dos moradores. Esses encontros, embora humildes, revelavam a centralidade da fé no cotidiano das pessoas. Além das celebrações eucarísticas, as rezas comunitárias e as festas litúrgicas, como o Natal, a Páscoa e as comemorações dos santos padroeiros, constituíam momentos de profunda comunhão espiritual e cultural. Nessas ocasiões, o sagrado e o cotidiano se entrelaçaram. As orações eram acompanhadas de cantos em polonês, comidas típicas e gestos de partilha, compondo um ritual que unia devoção e herança cultural.

A análise desse contexto evidencia que a religião exerceu funções que ultrapassavam a esfera da devoção individual, constituindo-se como um importante mecanismo de organização social entre os imigrantes poloneses estabelecidos na Colônia Jagoda. Em uma realidade marcada pela distância dos centros urbanos e pela limitada presença de instituições públicas,

as práticas religiosas contribuíam para a construção de redes de solidariedade, para a preservação de referências culturais e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento coletivo. As celebrações, os encontros comunitários e a atuação das lideranças religiosas possibilitavam a transmissão de valores, costumes e tradições entre gerações, favorecendo a continuidade da identidade cultural do grupo. Nesse cenário, a Igreja assumia papel relevante como instituição religiosa, como espaço de sociabilidade e de articulação comunitária, contribuindo para a consolidação das bases culturais e sociais que sustentaram o desenvolvimento da comunidade ao longo do processo de colonização.

A análise dos relatórios escolares de 1960 evidencia que, após sua transferência para a região de Quedas do Iguaçu, em 1954, o Padre Sigismundo Gdaniec passou a exercer uma atuação que extrapolava as atribuições estritamente religiosas. Em um contexto marcado pelas dificuldades inerentes ao processo de colonização, sua presença esteve associada a diferentes dimensões da vida comunitária, assumindo funções que contribuíam para a organização social e para o fortalecimento dos vínculos entre as famílias colonizadoras.

De acordo com os registros da época, sua atuação não se limitava à celebração dos ritos religiosos e à administração dos sacramentos. O sacerdote participava ativamente de iniciativas voltadas à educação, incentivando a criação e o funcionamento das primeiras escolas da localidade, além de prestar orientação às famílias em questões cotidianas e colaborar em ações de assistência aos moradores. Nesse sentido, sua atuação articulava aspectos religiosos, educacionais e sociais, característica recorrente em áreas de recente ocupação, onde a escassez de serviços públicos frequentemente ampliava o papel desempenhado pelas lideranças religiosas (Colônia Jagoda, 1960).

Os documentos indicam ainda que Sigismundo Gdaniec se tornou uma referência importante para os imigrantes e descendentes de poloneses estabelecidos na região. Sua atuação favorecia a preservação de elementos culturais e religiosos trazidos pelos colonizadores, ao mesmo tempo em que contribuía para sua adaptação às condições sociais e econômicas do interior paranaense. Dessa forma, sua influência alcançava diferentes esferas da vida comunitária, estimulando práticas associativas, fortalecendo relações de solidariedade e colaborando para a consolidação de valores compartilhados pelo grupo.

Nesse contexto, Sigismundo Gdaniec consolidou-se como uma das principais lideranças religiosas e comunitárias da região. Sua trajetória revela a importância desempenhada por agentes religiosos nos processos de formação social das comunidades rurais do Paraná durante o período de colonização. O reconhecimento de sua atuação

ultrapassou os limites locais, sendo homenageado pela Igreja Católica em 1979, por meio de distinção concedida pelo Papa, em reconhecimento aos serviços prestados à evangelização e à promoção humana na América Latina. Tal homenagem relaciona-se ao conjunto de atividades desenvolvidas pelo sacerdote ao longo de sua trajetória missionária na Argentina e no Brasil (Vaticano, 1979).

A trajetória de Sigismundo Gdaniec permite compreender como as lideranças religiosas desempenharam papel fundamental na formação das comunidades rurais do Paraná ao longo do século XX. Em um contexto marcado pela precariedade da infraestrutura pública e pelas dificuldades inerentes aos processos de colonização, padres e demais autoridades religiosas frequentemente extrapolavam suas funções estritamente pastorais, assumindo também atribuições educativas, sociais e comunitárias. Dessa forma, a atuação da Igreja Católica não se restringia ao campo espiritual, mas contribuía para a construção das redes de sociabilidade, a difusão de valores culturais e a consolidação das primeiras instituições locais.

Nesse cenário, a atuação de Sigismundo Gdaniec pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de estruturação social das comunidades colonizadoras, no qual religião, educação e organização comunitária encontravam-se profundamente articuladas. Como observa Gonçalves (2007, p. 211-213), as práticas religiosas e seus agentes exercem papel relevante na produção e reprodução dos laços sociais, atribuindo sentidos coletivos às experiências vividas e legitimando formas de organização simbólica na vida cotidiana.

A religiosidade esteve presente de maneira significativa na constituição da Colônia Jagoda, influenciando práticas culturais, sociais e comunitárias. A construção da igreja local representou um marco importante para a comunidade, funcionando não apenas como espaço destinado às celebrações religiosas, mas também como local de encontro, convivência e fortalecimento dos vínculos coletivos, contribuindo para a organização social dos moradores e para a consolidação histórica do grupo.

Inserido nesse contexto, Sigismundo Gdaniec esteve diretamente associado ao fortalecimento dessas estruturas religiosas e comunitárias. Sua atuação pastoral, aliada ao papel de liderança exercido junto aos colonos, contribuiu para que a igreja se tornasse um dos principais referenciais da vida social local. Com o passar do tempo, a relevância de sua trajetória foi materializada em diferentes elementos do patrimônio religioso da comunidade, especialmente na igreja e no mausoléu onde abriga seus restos mortais.

Essas edificações, juntamente com outros símbolos religiosos presentes na colônia, constituem importantes marcos da memória coletiva local. Desse modo, permitem

compreender como determinados espaços foram progressivamente ressignificados pelos moradores, tornando-se lugares de memória que preservam e reforçam os vínculos entre passado, identidade e pertencimento.

Imagem 5- Inauguração da Igreja Matriz



FONTE: Arquivo disponível na Sala Memorial Sigismundo.

A fotografia registra a inauguração da Igreja Matriz de Quedas do Iguaçu, realizada em 1981, evento que reuniu moradores da área urbana e rural do município. A trajetória das edificações religiosas ao longo de aproximadamente quatro décadas acompanha o processo de formação e consolidação urbana da cidade, evidenciando a relevância da instituição religiosa na organização social e cultural da comunidade.

A primeira capela foi construída por volta de 1940 pelos imigrantes estabelecidos na então Colônia Jagoda, muitos deles descendentes de poloneses. Erguida em madeira e com recursos limitados, a construção resultou do trabalho coletivo dos moradores e constituiu um dos primeiros espaços de prática religiosa local. Além das celebrações litúrgicas, o local também abrigava encontros comunitários e outras atividades sociais.

Com o crescimento populacional e a expansão das atividades agrícolas, tornou-se necessária a construção de uma estrutura mais ampla. Em 1964 foi edificada uma nova igreja matriz, também em madeira, porém com maiores dimensões. Essa construção pode ser observada à esquerda da fotografia, caracterizada por elementos comuns à arquitetura religiosa do interior paranaense da época, como torre, campanário e cruz. Durante aproximadamente duas décadas, o edifício sediou as principais atividades religiosas da

comunidade e esteve presente em importantes transformações do município, entre elas o processo de emancipação política¹⁸ de Quedas do Iguaçu.

No final da década de 1970 iniciou-se a construção de um novo templo, idealizado por Sigismundo Gdaniec. A obra resultou na atual Igreja Matriz, inaugurada em 1981, evento registrado na fotografia.

A imagem evidencia a presença de grande número de participantes reunidos em frente ao novo templo, indicando a importância do acontecimento para a comunidade local. A edificação apresenta características arquitetônicas distintas da construção anterior, com formas geométricas mais acentuadas e uma cruz posicionada na parte superior da estrutura. À esquerda, permanece visível a igreja de 1964, permitindo observar diferenças entre as duas construções.

A coexistência das duas edificações na fotografia permite identificar mudanças ocorridas na paisagem urbana e religiosa do município ao longo do tempo. Além disso, a presença de autoridades religiosas e civis sugere o caráter público da cerimônia de inauguração. Nesse contexto, a Igreja Matriz pode ser compreendida como um elemento associado à trajetória histórica da comunidade e às práticas religiosas que acompanharam o processo de formação de Quedas do Iguaçu. A seguir, a Figura 12 apresenta a Igreja Matriz de Quedas do Iguaçu (PR) em sua configuração atual.

Imagem 6-Igreja Matriz em 2025



FONTE: Arquivo disponível no site da Paróquia Imaculado Coração de Maria.

¹⁸A emancipação do município de Quedas do Iguaçu foi instituída pela Lei Estadual nº 5.668, de 18 de outubro de 1967, sancionada pelo então governador Paulo Cruz Pimentel. A instalação oficial do município ocorreu em 15 de dezembro de 1968, data que marca o início de sua autonomia político-administrativa. Posteriormente, a alteração toponímica para “Quedas do Iguaçu” foi formalizada por meio de legislação municipal em 1970, simbolizando o fortalecimento de sua unidade territorial e institucional, conforme registrado no Plano Diretor do Município (2019).

Embora tenha passado por reformas ao longo dos anos, o edifício mantém características arquitetônicas presentes em sua concepção original, conservando elementos formais associados à sua construção. A fotografia evidencia aspectos da composição arquitetônica da igreja, destacando as linhas verticais e triangulares da fachada, características vinculadas à arquitetura religiosa moderna. Esses elementos convergem para a cruz posicionada na parte superior da estrutura, símbolo central da tradição cristã.

Em primeiro plano, observam-se a escadaria de acesso, o desnível do terreno e a área frontal cercada por grades, elementos que integram a organização espacial do conjunto arquitetônico. À direita da imagem, destaca-se o campanário independente, estrutura que abriga o sino e complementa a composição da igreja. Trata-se de uma construção incorporada posteriormente ao conjunto e utilizada em atividades religiosas da comunidade.

A presença de igrejas, capelas, cruzeiros e outros símbolos religiosos na paisagem local evidencia a importância da religiosidade na organização social e cultural dos imigrantes estabelecidos na região. Nesse contexto, a escola também desempenhou papel relevante, uma vez que as práticas educativas estavam associadas aos valores religiosos compartilhados pela comunidade. Entre essas práticas estavam o ensino do catecismo, os momentos de oração e a participação em celebrações religiosas, elementos que integravam o cotidiano escolar e contribuíam para a transmissão de valores culturais e morais entre as novas gerações.

A análise da trajetória de Sigismundo Gdaniec, da constituição das estruturas religiosas da Colônia Jagoda e da materialização dessas experiências em espaços de memória evidencia que a religiosidade ocupou posição central no processo de formação social e cultural da comunidade. Nesse contexto, a influência da Igreja Católica não se limitou ao âmbito religioso, alcançando também o campo educacional.

2.2 Escolarização e formação social em Campo Novo

A história educacional de Quedas do Iguaçu está profundamente entrelaçada com o próprio processo de formação do município. Desde os primeiros esforços de ocupação, a educação figurou como um dos eixos estruturantes da vida coletiva, orientando a organização do território e a consolidação de valores sociais e culturais.

Nesse contexto, o processo de escolarização ultrapassava a simples oferta de instrução formal, configurando-se como mecanismo fundamental de organização social e cultural da comunidade em formação. A escola assumia funções que envolviam a alfabetização, a

construção de hábitos disciplinares, a transmissão de valores morais e religiosos e a integração das famílias ao projeto de desenvolvimento da colônia. Como discutem Trindade e Andreazza (2001), a expansão escolar no interior do Paraná esteve diretamente vinculada aos projetos de colonização e à necessidade de formação de sujeitos aptos à vida comunitária e ao trabalho em regiões de ocupação recente.

A escolarização, nesse sentido, constituiu-se como experiência social capaz de produzir pertencimento coletivo. Além de ensinar conteúdos, a escola organizava temporalidades, comportamentos e formas de convivência, tornando-se um espaço de mediação entre tradição cultural, religiosidade e modernização social. Em localidades marcadas pela presença de descendentes de imigrantes poloneses, como Campo Novo, o ambiente escolar também colaborava para a preservação de referências culturais e para a adaptação das novas gerações às transformações sociais e institucionais vividas pela região.

Em meio às transformações provocadas pela chegada de novos habitantes e pela criação das primeiras instituições públicas, a escola surgiu como espaço de encontro e aprendizagem. É nesse contexto que se insere a trajetória do Colégio Estadual Padre Sigismundo, instituição que viria a desempenhar papel importante na formação intelectual e moral das gerações.

Sua trajetória remonta ao ano de 1943¹⁹, quando a Companhia Agrícola e Industrial do Iguaçu, responsável pela colonização da região, implantou as primeiras salas de aula com o objetivo de oferecer instrução formal à população recém-estabelecida. Essa iniciativa representou a instalação de um espaço físico para a educação, simbolizando o início da institucionalização do saber em um território em formação e refletindo a intenção de organizar socialmente o espaço por meio da escola.

A escola consolidou-se como um dos principais vetores de integração social e de articulação entre diferentes gerações, funcionando como um verdadeiro lugar de memória, conforme propõe Pierre Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea; é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, redigir atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p. 7).

Ao reunir práticas pedagógicas, experiências afetivas e narrativas compartilhadas, o colégio passou a ancorar simbolicamente a trajetória do povo neste espaço, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos locais e para a constituição do patrimônio cultural. Refletindo

¹⁹ Conforme ficha de inventário existente no acervo da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec.

os estudos de Maurice Halbwachs, “a lembrança é, em grande parte, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores” [...] (Halbwachs, 2006, p. 71). Assim, compreende-se que a memória coletiva se constrói por meio de instituições que oferecem estabilidade simbólica ao grupo social, permitindo que as lembranças sejam preservadas, atualizadas e transmitidas. Nessa perspectiva, o Colégio Estadual Padre Sigismundo não apenas desempenhou a função de instrução, mas consolidou-se como um espaço de enraizamento cultural, cuja história se entrelaça com as transformações vividas pelo município ao longo do tempo.

2.2.1 Cultura escolar e institucionalização do ensino

Compreender a cultura escolar e o processo de institucionalização do ensino é fundamental para analisar a formação e o desenvolvimento das instituições educacionais em diferentes contextos históricos. A cultura escolar abrange o conjunto de práticas, normas, valores, saberes e relações construídos no cotidiano da escola, influenciando tanto a organização do ensino quanto a experiência dos sujeitos que dela participam. Por sua vez, a institucionalização do ensino refere-se ao processo de consolidação da educação por meio de estruturas administrativas, regulamentações e práticas pedagógicas que conferem estabilidade e legitimidade às instituições escolares. Nesse sentido, a análise desses elementos permite compreender como a escola se constituiu como espaço de formação, socialização e transmissão de conhecimentos.

A Figura 14²⁰, apresentada a seguir, ilustra um dos registros institucionais dos primeiros anos de funcionamento do colégio, oferecendo evidências da organização administrativa e pedagógica então vigente. Além de seu valor documental, esse material possibilita observar os mecanismos de estruturação e consolidação da instituição escolar em um contexto marcado pelos desafios da expansão educacional. Ao mesmo tempo, revela o compromisso da escola com a formação das novas gerações e com a preservação de valores culturais que contribuíram para fortalecer a identidade e o sentimento de pertencimento da comunidade local.

²⁰ A Figura 14 representa a ficha de inventário da instituição. O documento registra os bens patrimoniais da Escola Isolada de Campo Novo, detalhando os materiais disponíveis, como livros, mapas, cadernos e outros itens essenciais para o início do ano letivo. A ficha é datada de 9 de janeiro de 1994.

Imagem 7-Ficha de Inventário

Escola Isolada da Colônia de Rio das Lobas
 Resumo dos materiais, que a Escola possui.

Dois livros bem velhos, de Pira Erma. ^{1º} e ^{2º}
 " uma Aritmética Primária de Higienides Zanello
 O Brasil e o Paraná de Sebastião Paraná. (Usado)
 Um 6 livros Ensino Prático. Pira Erma. (Novos)
 " 7 cadernos de caligrafia.
 Canetas, 10 novas, e 2 usadas.
 Tinta meio vidro.
 Géis, mais que meia caixa.
 Dúas de mata berrão, 5.
 Aritmética Elementar. Por G. H. Biichler. (Novos)
 1 Livro História de Duque de Caxias. (Novos)
 9 livros Ler Escrever e Contar. (Novos)
 8 cartilhas meu novo amigo "
 1 livro Biografia Geral Dutra. (Novos)
 1 Livro Problema Solucionadas. "
 14 caixas de lápis de cor. Marca Normal.
 1 livro. No Lar e Na Escola. Usado
 1 " Minha Pátria. "
 1 Programa para as Escolas Isoladas.
 1 tinturo de vidro, grande de Inua. ✓
 1 livro de matrícula. Novo.
 1 " " e Chamada. Terminado.
 1 caderno de chamada. de 1945.
 As provas de exames, de 1945 e 1946.

Professora: Floribela Lthayde Locenza.
 Campo Novo. 3 de Janeiro, de 1948.

Recbi em 9-1-47
 Osório Pontes

Quadro 3-Transcrição da Figura 14 - Ficha de Inventário (Tradução original)

Escola Isolada da Colônia de Rio das Cobras
Resumo dos materiais, que a escola possui: • Tem dois livros bem velhos, de Asa Ema • Tem uma <i>Aritmética Primária</i>, de H.Büechler e Zanella. • <i>O Brasil e o Paraná</i> de Sebastião Paraná. (Usado). • Tem 6 livros Ensino Prático. Asa Ema (Novos). • 7 cadernos de caligrafia. • 12 canetas, (10 novos e 2 usados). • Tinta meio vidro. • Giz, mais que meia caixa. • Disas de mata borrão, 6. • <i>2 Aritmética Elementar</i>, Por. G. A. Büechler (novos). • 1 Livro História de Duque de Caxias (novo). • 9 livros de <i>Escrever e Contar</i> (novos). • 8 Pastilhas meu novo amigo. • 1 livro <i>Biografia Geral</i>, Dutra (novo). • 1 Livro Problema Solucionados. • 14 caixas de lápis de cor, marca Normal. • 1 livro No Lar e na Escola (usado). • 1 livro Minha Pátria. • Programa para as Escolas Isoladas. • 1 tinteiro de vidro grande de mesa. • 1 livro de matrícula (novo). • livro de chamada (completo/terminado). • 1 caderno de chamada de 1945. • As provas de exames dos anos de 1945 e 1946. Professora: Florisbela Athayde Pocenza Campo Novo, 3 de janeiro de 1947. Revisado em 9 de janeiro de 1947.

FONTE: Elaborado a partir de documento original, com tradução e adaptação realizadas pela autora.

A ficha de inventário da Escola Isolada da Colônia de Rio das Cobras, da década de 1940, constitui uma fonte documental valiosa para compreender as condições materiais e pedagógicas que configuravam o ensino primário rural no Paraná. Embora redigida em português, a lista apresenta grafias antigas, referências bibliográficas hoje pouco conhecidas e materiais didáticos característicos daquele período. A partir desse registro, é possível identificar tanto os recursos efetivamente disponíveis quanto os sentidos atribuídos à escolarização em grupos de colonização recente, como aquelas formadas por famílias de origem polonesa.

Entre os itens listados, destacam-se coleções amplamente difundidas nas escolas isoladas paranaenses, como *Aritmética Primária*, *Aritmética Elementar*, *Ensino Prático* e *Escrever e Contar*. Com linguagem simples e fartas ilustrações, tais obras favoreciam simultaneamente a alfabetização inicial e o desenvolvimento das primeiras noções de cálculo,

configurando um repertório didático essencial para turmas multisseriadas conduzidas por um único professor. A recorrência desses materiais demonstra o esforço da época em estabelecer referenciais pedagógicos relativamente estáveis, capazes de orientar práticas de ensino em contextos rurais dispersos.

O inventário também registra a presença de livros como *Minha Pátria*, *História de Duque de Caxias* e *O Brasil e o Paraná*, de Sebastião Paraná, textos que integravam a formação cultural dos estudantes ao apresentar elementos históricos e geográficos fundamentais para a compreensão do país e de sua região. A valorização da caligrafia, evidenciada pelo número significativo de cadernos próprios para essa finalidade, reflete a importância atribuída à escrita como exercício disciplinado e esteticamente cuidadoso. O uso de tinteiros, pena e mata-borrão revela uma cultura material da escrita marcada pela precisão, pela técnica e pela paciência exigida no manejo desses instrumentos.

Materiais destinados à alfabetização inicial, como as pastilhas *Meu Novo Amigo*, também aparecem no inventário, mostrando a circulação de pequenas cartilhas de apoio às práticas de leitura e escrita. A presença de livros de matrícula, chamadas e registros de provas demonstra a preocupação sistemática em organizar e documentar o cotidiano escolar, mesmo em instituições situadas em áreas rurais isoladas. Esses documentos administrativos, aliados aos materiais de ensino, compõem um quadro revelador da rotina educacional e de seus modos de organização.

O estilo dos materiais reunidos no inventário, desde livros didáticos e cadernos de caligrafia até tinteiros, giz e registros escolares, permite visualizar o ambiente formativo da época, no qual simplicidade e funcionalidade se combinavam para sustentar o trabalho pedagógico. Conforme Marc Bloch, [...] “todo documento é, ao mesmo tempo, um vestígio do passado e um testemunho das práticas que lhe deram forma”, (Bloch, 2001, p. 54), uma observação que se aplica a esse inventário, cuja materialidade revela dimensões concretas do cotidiano docente e discente.

A ficha analisada evidencia uma cultura escolar de recursos básicos, para atender às necessidades do ensino primário rural. A centralidade do professor, a coexistência de diferentes faixas etárias na mesma sala e o uso de materiais duráveis e repetidos compõem um panorama que contribuiu para a educação em regiões de colonização agrícola no Paraná na década de 1940.

A documentação escolar analisada evidencia que o processo de escolarização na região estava diretamente associado à constituição de práticas pedagógicas voltadas à organização da

vida coletiva. Os materiais didáticos, os livros de chamada, os registros de frequência e os instrumentos de escrita demonstram que a escola rural funcionava como espaço de normatização de comportamentos e de inserção gradual das crianças em uma cultura letrada. Mesmo em condições estruturais limitadas, observa-se a preocupação com a continuidade das atividades escolares, com a regularidade dos registros e com a formação básica dos estudantes.

Além disso, a existência desses documentos revela a consolidação de uma cultura escolar própria, marcada pela valorização da disciplina, da escrita e da autoridade docente. A escolarização, não pode ser compreendida apenas como acesso ao ensino, mas como um processo histórico de construção de práticas sociais e culturais que contribuíram para estruturar a comunidade local.

Como analisa José Reginaldo Santos Gonçalves (2007, p.45), “a escola, enquanto instituição social”, é também um artefato cultural que expressa e organiza sentidos coletivos sobre o tempo, o espaço e a identidade de um grupo. Nesse sentido, a instalação das estruturas escolares na região correspondeu ao início de um projeto educativo ainda incipiente, mas já profundamente articulado às dinâmicas territoriais, econômicas e culturais que moldaram a vida da colônia.

2.2.2 Expansão educacional e consolidação do Colégio Estadual Padre Sigismundo

Em um território marcado por frentes migratórias vindas, sobretudo, do sul do país e por povoados poloneses profundamente ligados à religiosidade e à tradição, a criação de uma escola representava o acesso à instrução formal e a promessa de estabilidade e de enraizamento no novo espaço.

De acordo com documentos oficiais²¹, as primeiras aulas foram implantadas em 1943 pela Companhia Agrícola e Industrial do Iguaçu, responsável pela colonização da região. As condições eram precárias: salas improvisadas, escassez de materiais didáticos e mobiliário limitado. Ainda assim, já em 1947, a escola atendia cerca de cem alunos distribuídos em turmas multisseriadas, o que evidencia o rápido interesse da população pela instrução. A escola representava um instrumento de integração social e de consolidação da própria comunidade, contribuindo para a constituição e o enraizamento das famílias no novo território.

²¹ Parecer construído a partir da análise minuciosa dos relatórios escolares, produzidos em 1952, sob interpretação da autora.

A década de 1950 marcou o início da consolidação educacional, conforme registra Luzitani (2012, p.100). “Em 1952, as atividades escolares foram transferidas para um novo prédio construído no terreno onde hoje se localiza o pavilhão da Igreja Matriz”. Nascia, assim, a Escola Isolada Campo Novo, primeiro núcleo formal de ensino público no município.

O crescimento demográfico e a valorização crescente da escolarização impulsionaram a ampliação da estrutura educacional. Potulski (2000) traz um fato importante sobre o ensino escolar na região:

Em 1958, novos professores foram nomeados, o saguão do prédio foi fechado para a ampliação das salas e, progressivamente, as turmas passaram a ser organizadas por séries. Em 1960, a instituição recebeu o nome de Grupo Escolar Campo Novo, funcionando em três turnos distintos. Com o passar dos anos, as instalações tornaram-se insuficientes diante da demanda crescente. [...] Em 1971, o grupo escolar foi provisoriamente transferido para o colégio das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, que acolheram as atividades escolares, garantindo a continuidade do ensino, em demonstração de solidariedade institucional e compromisso comunitário com a educação.” [...] (Potulski, 2000, p. 10, trecho de entrevista concedida pelo professor da época, senhor Vítório Potulski./Material disponível no acervo da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec).

O crescimento da estrutura escolar acompanhava as transformações vivenciadas pela própria comunidade. A ampliação das salas, a organização seriada do ensino e o funcionamento em diferentes turnos demonstram que a escolarização passava a ocupar posição central no projeto de desenvolvimento regional. A educação deixava de ser percebida apenas como acesso à instrução básica e assumia papel fundamental na formação de cidadãos aptos a participar da vida econômica, social e cultural da localidade. Tal processo contribuiu para consolidar uma cultura escolar compartilhada, capaz de produzir sentimentos de pertencimento e reconhecimento coletivo.

A consolidação definitiva ocorreu em 1973, quando foi inaugurado o prédio que atualmente abriga o Colégio Estadual Padre Sigismundo. Nesse espaço, passou a funcionar o Grupo Escolar Tiradentes, atendendo o ensino primário diurno. No ano seguinte foi implantado o curso de Contabilidade, ofertado à noite, em extensão à Escola Comercial Otaviano do Amaral, de Laranjeiras do Sul. Em 1976, formou-se a primeira turma de Contabilidade, e, em 1979, após intensa mobilização do coletivo, com abaixo-assinados, viagens à capital e articulações políticas, conquistou-se a autorização oficial²² para o

²²A partir da análise dos pareceres escolares, constatou-se que o processo de legalização do Colégio Estadual Padre Sigismundo não se deu por meio de um ato único, mas decorreu da articulação de diversos instrumentos administrativos e normativos. Dentre esses instrumentos, destaca-se a Lei Municipal nº 12/1997, por meio da qual a Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu autorizou o Poder Executivo a firmar convênio com a Associação de Pais e Mestres (APM) do colégio, assegurando respaldo jurídico e administrativo à instituição. Tal processo reflete a complexidade dos trâmites legais que regem a constituição e o funcionamento das unidades estaduais de ensino, os quais envolvem a cooperação entre diferentes esferas de governo, a emissão de pareceres técnicos e a formalização de registros junto à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em consonância com as diretrizes do Conselho Estadual de Educação (CEE/PR).

funcionamento do ensino médio, com habilitações em Magistério e Contabilidade. (Grupo Escolar Tiradentes, 2011).

Esse processo evidencia que a consolidação da educação pública em regiões interioranas não ocorreu de maneira espontânea ou exclusivamente estatal, mas esteve profundamente vinculada à mobilização comunitária e à atuação de agentes locais. A luta pela implantação do ensino médio revela a compreensão da educação como instrumento de permanência territorial, ascensão social e fortalecimento identitário da população local.

Sob essa perspectiva, a conquista do ensino médio pode ser compreendida como parte de um movimento de democratização das oportunidades educacionais em regiões interioranas. Assim a comunidade reivindicava o direito de construir seu próprio futuro sem depender dos grandes centros urbanos. A mobilização coletiva que viabilizou essa conquista transformou a escola em um símbolo das capacidades organizativas da população local, reforçando seu valor educacional, histórico e patrimonial.

Essa conquista representou um marco histórico, pois até então os jovens que desejavam continuar os estudos precisavam deslocar-se até Laranjeiras do Sul, enfrentando longas distâncias para a época e altos custos. A instalação do ensino médio em Quedas do Iguaçu garantiu acesso à educação, reafirmou o sentido de pertencimento e permanência territorial, uma forma de resistência simbólica que, conforme Maurice Halbwachs (2006, p.131), âncora a memória coletiva em instituições e lugares que conferem estabilidade e continuidade social.

A partir da década de 1980, o Colégio Estadual Padre Sigismundo viveu um período de transformações e amadurecimento institucional que consolidaram seu papel como referência educacional e cultural em Quedas do Iguaçu. O público local, já profundamente ligado à escola, acompanhou com entusiasmo as mudanças que se sucederam. Anos mais tarde foi implantado o curso propedêutico²³, posteriormente denominado ensino médio geral, abrindo novas perspectivas de formação para os jovens da região. Quatro anos depois, em 1991, com a municipalização do ensino de 1ª a 4ª séries, o colégio passou a dedicar-se exclusivamente ao ensino médio e profissionalizante, reafirmando seu compromisso com a formação técnica e cidadã.

O curso de Magistério, marco importante na trajetória da instituição, teve papel fundamental na preparação de gerações de professores que viriam a atuar nas escolas do município. Embora tenha sido desativado em 1997, sua reativação em 2004 simbolizou um

²³Formação de caráter preparatório, introdutório ou fundamental, voltada às etapas iniciais do processo educativo que servem de base para o aprofundamento posterior em determinada área do conhecimento.

retorno às origens, respondendo à crescente demanda por formação docente local e retomando a centralidade da formação docente no contexto educacional local, tão presente na missão do Monsenhor Sigismundo Gdaniec. Ao preparar professores que posteriormente atuariam nas escolas do próprio município, o colégio tornou-se um espaço de reprodução e continuidade de saberes, práticas pedagógicas e valores compartilhados pela comunidade. Dessa forma, a instituição passou a desempenhar papel decisivo na preservação de uma memória educacional local, vinculada à valorização da educação.

Em 2000, o colégio organizou uma grandiosa celebração pelos 500 anos do Brasil, evento que mobilizou alunos, professores e famílias em torno de apresentações culturais, exposições históricas e reflexões sobre a trajetória nacional. A festa, além de um marco cívico, reafirmou o papel da escola como agente da memória e do patrimônio cultural, capaz de articular o passado e o presente em torno de valores compartilhados.

Essas iniciativas evidenciam que a escola não atua apenas como espaço de transmissão de conhecimentos formais, mas como agente de preservação e produção de memórias sociais. Ao promover eventos, exposições e atividades comemorativas, a instituição contribui para selecionar, interpretar e divulgar narrativas sobre o passado, participando ativamente da construção do patrimônio cultural local. Nesse processo, a população reconhece na escola um lugar de memória, conforme a concepção de Pierre Nora, onde experiências coletivas são continuamente ressignificadas pelas novas gerações.

A atuação da escola na preservação da memória coletiva continuou a se manifestar em diferentes momentos simbólicos e culturais ao longo de sua trajetória. Em 2010, a instituição recebeu a visita do governador do Estado, que reconheceu publicamente sua relevância histórica e educacional para o Centro Sul do Paraná. Dois anos depois, o colégio integrou as comemorações do centenário de nascimento do Monsenhor Sigismundo Gdaniec, oportunidade em que o público reviveu com emoção a trajetória do sacerdote que inspirou o nome e o espírito da instituição.

A trajetória do Colégio Estadual Padre Sigismundo evidencia que a institucionalização da educação na região esteve profundamente vinculada aos processos de ocupação territorial, organização comunitária e construção identitária. Ao longo de sua história, a escola ultrapassou a função estritamente pedagógica, tornando-se espaço de sociabilidade, formação cultural e preservação da memória coletiva. Sua permanência no cenário local, bem como o reconhecimento social conquistado ao longo das décadas, revela que a instituição se consolidou como um importante patrimônio cultural da comunidade. Compreender sua

trajetória significa entender os modos pelos quais diferentes gerações construíram sentidos de pertencimento, transmitiram valores e produziram referências comuns que continuam a orientar a memória social de Quedas do Iguaçu.

2.3 Memória escolar e criação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec

Em 2023, a autora deste estudo e a professora Sônia de Aguiar Barreto iniciaram diálogos acerca da criação de uma exposição voltada à valorização da memória institucional e da trajetória de Sigismundo Gdaniec. A proposta surgiu da necessidade de preservar documentos, fotografias e objetos históricos relacionados ao Colégio Estadual Padre Sigismundo, bem como de promover ações educativas capazes de aproximar a comunidade escolar de sua própria história.

A partir dessas primeiras articulações, constituiu-se gradativamente uma equipe comprometida com a organização do acervo, a pesquisa documental e o desenvolvimento das ações educativas da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec. Participaram desse processo a autora desta pesquisa, o orientador Astor Weber, a professora Sônia Barreto, os professores da instituição, estudantes monitores, a equipe pedagógica, a direção escolar e membros da comunidade, que contribuíram de diferentes formas para a construção do projeto. A preservação e a sistematização de fotografias, documentos históricos e objetos vinculados à trajetória da instituição ficaram sob responsabilidade da pesquisadora Janete Rodrigues e da professora Sônia Barreto.

A atuação conjunta possibilitou a transformação da proposta inicial em um projeto permanente de educação patrimonial e valorização da memória escolar. Os estudantes monitores desempenharam papel relevante nas atividades de recepção de visitantes e mediação das exposições, fortalecendo a relação entre juventude, patrimônio cultural e História Pública. Nesse contexto, a participação ativa da comunidade escolar evidencia que a Sala Memorial não se constituiu como uma iniciativa individual, mas como resultado de um processo coletivo de construção, preservação e socialização da memória institucional.

A relação da pesquisadora com o Colégio Estadual Padre Sigismundo teve início em 2008, quando ingressou no curso de Formação de Docentes oferecido pela instituição. Durante esse período, participou de um curso de História e Memórias coordenado pelas professoras Liliane Freitag e Sônia Barreto, experiência que contribuiu significativamente

para o fortalecimento de seu interesse pela pesquisa histórica e pela valorização da memória escolar.

Em 2013, Janete Rodrigues passou a integrar a equipe docente do colégio, permanecendo vinculada à instituição até o presente momento. Essa trajetória profissional e acadêmica constitui elemento relevante para a compreensão do desenvolvimento desta investigação, uma vez que a pesquisadora esteve inserida no cotidiano escolar e participou ativamente das ações de preservação da memória institucional. Tal proximidade possibilitou o acompanhamento direto dos processos de organização do acervo, das práticas educativas desenvolvidas pela equipe e do envolvimento da comunidade escolar com a Sala Memorial Sigismundo Gdaniec.

Essa inserção no espaço investigado permitiu observar não apenas os aspectos materiais relacionados à preservação documental, mas também os significados afetivos, simbólicos e identitários atribuídos ao colégio pela comunidade local. Ao mesmo tempo, exigiu um constante exercício de reflexão crítica acerca do lugar ocupado pela pesquisadora no processo investigativo, especialmente no que se refere às relações entre memória, patrimônio e produção do conhecimento histórico.

Do ponto de vista metodológico, esta investigação aproxima-se dos pressupostos da pesquisa participante e da observação inserida, uma vez que a pesquisadora não atuou apenas como observadora externa, mas também como sujeito envolvido nas atividades de preservação, organização e difusão da memória escolar. Tal condição possibilitou o acompanhamento direto dos processos de construção da Sala Memorial, das relações estabelecidas entre os diferentes atores envolvidos e das formas pelas quais a comunidade atribui significados ao patrimônio educacional. Ao mesmo tempo, exigiu permanente reflexão acerca dos limites e potencialidades dessa posição, buscando conciliar envolvimento institucional e rigor analítico na produção do conhecimento histórico.

Sob a perspectiva da História Pública, essa experiência evidencia a importância da participação ativa dos sujeitos envolvidos na construção das narrativas históricas e na valorização do patrimônio cultural. A pesquisa desenvolveu-se, portanto, em diálogo permanente com a comunidade escolar, fortalecendo o caráter colaborativo, educativo e social da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec.

Nessa perspectiva, a pesquisa dialoga com os princípios da História Pública ao compreender que a produção do conhecimento histórico não ocorre de forma isolada, mas em interação com os sujeitos que vivenciam, preservam e reinterpretam as experiências do

passado. A construção da Sala Memorial constituiu, portanto, um processo colaborativo, no qual pesquisa, educação patrimonial e participação comunitária estiveram continuamente articuladas.

Como observa Ecléa Bosi (2003, p.55-61), a memória não é um repositório fixo de lembranças, mas um processo vivo e partilhado, constantemente atualizado por meio de práticas sociais, festas, homenagens, rituais e ações educativas que dão forma e sentido à continuidade histórica. Nesse sentido, o Colégio Estadual Padre Sigismundo constitui um verdadeiro lugar de memória, na acepção de Pierre Nora (1993, p.7-12), onde o passado é constantemente reinterpretado e transmitido às novas gerações, preservando não apenas fatos, mas significados e afetos.

A seguir temos a Imagem 8, observa-se o Colégio Estadual Padre Sigismundo em 1968, em um cenário que remete a um tempo de simplicidade e esforço coletivo. Diante de um prédio modesto de madeira, coberto por telhas cerâmicas, um grande grupo de adultos e crianças se reúne, exibindo rostos que expressam pertencimento e esperança. Ao centro, destaca-se um cartaz ornamentado por um coração. As crianças, dispostas em filas na parte frontal, contrastam com os adultos posicionados junto à construção, compondo uma cena típica das colônias do interior, nas quais a escola se firmava como símbolo de desenvolvimento, união e futuro compartilhado.

Imagem 8-Colégio em 1968



FONTE: Arquivo disponível na Sala Memorial Sigismundo.

A Imagem 9, registrada em 2025, apresenta uma paisagem profundamente transformada. A antiga estrutura de madeira cedeu lugar a um prédio amplo e moderno, de fachada azul com detalhes em amarelo, identificado por uma placa que anuncia o nome do colégio. O pórtico de entrada, as grades bem cuidadas e o entorno arborizado mostram o zelo com esse espaço, um ambiente de ensino, tornou-se um verdadeiro patrimônio coletivo.

Imagem 9-Colégio em 2025



FONTE: Arquivo pessoal. (Rodrigues, 2025).

Essas duas imagens, separadas pelo tempo, mas unidas pela memória, narram uma história que transcende o aspecto físico. Elas revelam o percurso de uma instituição que cresceu junto com a cidade, acompanhando suas transformações econômicas, sociais e culturais. O colégio, nascido da simplicidade de um prédio de madeira, consolidou-se como um marco da educação e da memória de Quedas do Iguaçu, um espaço onde passado e presente se entrelaça, preservando a tradição e projetando o futuro.

2.4 Monsenhor Sigismundo Gdaniec: trajetória, missão e legado

Para compreender a escolha da denominação do Colégio Estadual Padre Sigismundo e da Sala Memorial, torna-se necessário analisar a trajetória de Sigismundo Gdaniec e sua atuação no contexto histórico e social da comunidade. A trajetória de Sigismundo Gdaniec

tem início em 1912²⁴, conforme informações constantes em seu documento pessoal de identificação, o que situa em uma família numerosa e em um contexto histórico marcado por instabilidades políticas, deslocamentos populacionais e desafios sociais característicos da Europa do início do século XX. (Documento pessoal de identificação de Sigismundo Gdaniec 1912).

Sigismundo Gdaniec iniciou sua formação voltada ao sacerdócio ainda em idade jovem, ingressando em instituições religiosas, percorrendo um caminho de estudos que o levaria a seminários poloneses e austríacos²⁵. Ali, recebeu formação teológica sólida, inserindo-se em uma tradição intelectual católica profundamente marcada pela austeridade, pela disciplina espiritual e por um compromisso inabalável com a ação social. Esse ambiente formativo, herdeiro do rigor e da espiritualidade pós-tridentina, preparou-o para o exercício sacerdotal e para enfrentar realidades adversas, nas quais a fé funcionava como alicerce de resistência moral e da esperança coletiva. (Documento pessoal de identificação de Sigismundo Gdaniec, 1940).

Assim, antes mesmo de cruzar fronteiras e lançar-se ao desafio missionário em terras brasileiras, Sigismundo já carregava consigo um repertório religioso e intelectual que o destinava a desempenhar papel fundamental nos lugares por onde passaria. Sua história não se resume à biografia de um clérigo, mas se insere em processos mais amplos de mobilidade, evangelização e construção comunitária que marcaram o século XX.

2.4.1 Formação religiosa e trajetória missionária

Ele foi ordenado sacerdote em 1941, em meio à Segunda Guerra Mundial, um dos períodos mais sombrios da história contemporânea, quando as fronteiras entre a sobrevivência e a espiritualidade se tornaram tênues. Forçado a integrar o exército alemão, ingressou como padioleiro²⁶, desempenhou tarefas de socorro físico e de assistência espiritual, atuando junto a soldados feridos e, posteriormente, a refugiados poloneses em campos administrados pelos Aliados. Essa vivência de fronteira, entre a guerra e a fé, o sofrimento e o cuidado, marcou

²⁴ Dados extraídos do documento oficial de imigração e da certidão de nascimento, pertencentes ao Senhor Sigismundo Gdaniec, atualmente preservados na Sala Memorial Sigismundo Gdaniec. GDANIEC, Sigismundo. *Certidão de nascimento*. Polônia, 1912. Documento pessoal.

²⁵ O acervo preserva seu histórico escolar, no qual se destacam excelentes resultados acadêmicos. GDANIEC, Sigismundo. *Histórico escolar*. Pelplin, 1940. Documento pessoal.

²⁶ Essa informação pode ser confirmada por meio de carta de convocação e documentos referentes ao serviço obrigatório. O acervo também inclui cartas do Bispo pedindo desculpas pelo fato de Sigismundo ter sido incorporado de forma compulsória. GDANIEC, Sigismundo. *carta oficial*. Chelmo, 1942. Documento pessoal. (Conforme análise da autora.)

profundamente sua trajetória e conferiu à sua prática pastoral um caráter humanitário e social (Documento pessoal de identificação de Sigismundo Gdaniec, 1942).

Após a guerra, Gdaniec atuou junto aos emigrantes na Inglaterra e, posteriormente, na Argentina²⁷, integrando redes missionárias católicas voltadas à assistência de deslocados e expatriados. Sua transferência para o Brasil, mais precisamente para o Paraná, insere-se nesse movimento global da Igreja de reorganizar a presença pastoral nas Américas, articulando-se com as diretrizes missionárias de apoio aos imigrantes europeus (Documento pessoal de identificação de Sigismundo Gdaniec, 1954).

2.4.2 A atuação pastoral e educacional em Quedas do Iguaçu

No Paraná, foi destinado à localidade de Campo Novo (atual Quedas do Iguaçu), então em processo de colonização recente e marcada pela ausência de estruturas sociais básicas e de assistência religiosa permanente. Chegou à região em 1954, enfrentando precariedades de comunicação, infraestrutura e recursos. Mesmo assim, iniciou um intenso trabalho missionário: percorria longas distâncias a cavalo para atender aos fiéis, prestava auxílio a doentes, celebrava missas em capelas improvisadas e incentivava a organização de escolas comunitárias. Tais atividades²⁸ evidenciam a amplitude das funções desempenhadas pelos religiosos em contextos de colonização recente, nos quais frequentemente assumiam atribuições que extrapolavam o campo estritamente religioso. Com sensibilidade às necessidades locais, o sacerdote articulou redes de apoio fundamentadas na fé, na solidariedade e no compromisso com o desenvolvimento humano, contribuindo para a consolidação de uma estrutura sociocultural que marcou profundamente a Colônia Jagoda e seu entorno. Entre as ações associadas à sua atuação pastoral encontra-se a vinda das Irmãs Franciscanas, cuja presença consolidou uma parceria institucional orientada por princípios cristãos de acolhimento e serviço. A presença dessas congregações religiosas integrava uma estratégia amplamente observada no processo de expansão do catolicismo no interior paranaense da época.

A colaboração entre o padre e as religiosas formou um núcleo de atuação que integrou evangelização, educação e assistência social, possibilitando a criação de projetos que

²⁷ O acervo preserva as cartas de convocação e os documentos de designação referentes aos serviços religiosos por ele desempenhados na América do Sul. GDANIEC, Sigismundo. *carta oficial*. Argentina, 1954. Documento pessoal.

²⁸ O acervo também reúne diversos cartões-postais e cartas pessoais que evidenciam o respeito e a admiração que Sigismundo Gdaniec conquistou ao longo de sua trajetória, inclusive por parte de autoridades de outros países.

ampliaram o alcance da Igreja no território e reforçaram sua relevância na formação das novas gerações.

Dentre essas ações, ganha importância o Instituto Projeto Gente²⁹, o qual pode ser entendido como desdobramento histórico também das ações mobilizadas desde a chegada do padre Sigismundo e das Irmãs Franciscanas, que, ao longo do tempo, semearam práticas de cuidado e promoção humana. Dessa maneira, a trajetória do padre Sigismundo revela-se indissociável do processo de constituição de políticas comunitárias voltadas ao bem-estar social.

Essa articulação entre o clero e as ordens religiosas femininas, fenômeno recorrente também em outras regiões do Paraná, como nas missões dos Padres Dehonianos em Palmas ou dos Scalabrinianos em Guarapuava, evidencia a mobilização de recursos simbólicos e institucionais que possibilitaram a ampliação das ações religiosas, educacionais e assistenciais na comunidade.

A nomeação para o título de Monsenhor pelo Papa João Paulo II em 1979³⁰, ampliou sua visibilidade institucional e fortaleceu seu reconhecimento entre diferentes grupos da comunidade local e regional.

Sua recusa em ser sepultado na matriz³¹, preferindo repousar entre os fiéis que acompanhou em vida. Esse episódio passou a ser interpretado por parte da comunidade como expressão de proximidade entre o sacerdote e os fiéis, aspecto frequentemente mencionado nas narrativas locais sobre sua trajetória.

Em 1979³², o Grupo Escolar Tiradentes, inicialmente uma extensão da Escola Comercial Otaviano do Amaral, de Laranjeiras do Sul, foi transformado no Colégio Estadual Padre Sigismundo³³. A atribuição do nome Padre Sigismundo à instituição escolar pode ser compreendida como uma forma de reconhecimento público de sua atuação e de incorporação de sua trajetória às referências memorialísticas locais. Sua liderança, comparável à de outros religiosos que atuaram no processo de interiorização do catolicismo no Paraná, como Padre Paulo Englert e Frei Timóteo de Palmas, evidencia o papel desempenhado pelo clero local

²⁹ Rede social do Instituto Projeto Gente, <https://www.instagram.com/institutoprojetogente/>

³⁰ Identificado por meio de carta do Vaticano, datada de 6 de março de 1979, existente na Sala Memorial Sigismundo. GDANIEC, Sigismundo. *carta oficial*. Vaticano, 1979. Documento pessoal.

³¹ Informação confirmada por meio da carta testamento. Disponível na Sala Memorial Sigismundo Gdaniec. GDANIEC, Sigismundo. *Carta Testamento*. Quedas do Iguaçu, 1994. Documento pessoal.

³² Informação identificada nos pareceres escolares disponíveis no espaço Sigismundo. CEPS, *relatórios institucionais*. Quedas do Iguaçu, 1979.

³³ Conforme documentos da instituição, o processo apresentou complexidade burocrática, pois a nomeação do espaço exigiu solicitação de autorização estrangeira. Como o padre Sigismundo estava vivo e se tratava de um líder religioso de origem europeia, a homenagem pública demandava o cumprimento de normas e protocolos específicos, o que prolongou e dificultou a tramitação do pedido.

como mediador entre tradição e modernidade, religião e cultura, fé e cidadania. Nesse sentido, Sigismundo Gdaniec destacou-se não apenas como sacerdote, mas também como agente social e cultural, cuja influência ultrapassou os limites estritamente religiosos.

Ao longo de sua atuação, exerceu importante função de mediação entre os interesses da Igreja e as estruturas civis representadas pela Companhia Agrícola e Colonizadora, contribuindo para harmonizar expectativas espirituais e projetos voltados ao desenvolvimento material da região. Esse papel articulador possibilitou o diálogo entre o ideal católico de promoção humana e o processo de ocupação territorial então em curso. A chegada das Irmãs Franciscanas, incentivada por sua ação pastoral, ampliou sua influência institucional e favoreceu a expansão de iniciativas educacionais e assistenciais alinhadas aos princípios do catolicismo social do pós-guerra.

Sua atuação pode ser compreendida como um processo de organização social e simbólica no qual religiosidade e territorialização se articulavam de forma indissociável. A mobilização de símbolos, rituais e práticas de sacralização do espaço conferiu à fé um papel estruturante na ordenação do território e na constituição da memória coletiva. Nesse contexto, a construção da igreja matriz, concebida a partir de seus próprios esboços, ultrapassou a dimensão estritamente devocional, tornando-se um marco material e simbólico da presença institucional da Igreja. Mais que sua materialidade, foram os significados atribuídos pela comunidade ao longo do tempo que consolidaram o edifício como referência identitária e espaço de pertencimento coletivo.

Essa dinâmica dialoga com as análises de Etelvina (2001), ao evidenciar que, no processo de ocupação e organização do território paranaense, as práticas religiosas desempenharam papel fundamental na estruturação da vida social, na consolidação de referências coletivas e na formação das identidades locais.

A morte de Gdaniec, em 1994, mobilizou diversas manifestações de homenagem e reconhecimento por parte da comunidade, demonstrando a relevância que sua atuação havia adquirido no imaginário coletivo. Sua trajetória revela um sujeito histórico inserido em redes institucionais e comunitárias que conectavam escalas locais e transnacionais. Sua ação pastoral articulou os universos da fé e da colonização, convertendo práticas religiosas em instrumentos de organização social, legitimação simbólica e construção de sentidos compartilhados.

A história da escola e a de Padre Sigismundo apresentam um profundo entrelaçamento entre educação, religiosidade e comunidade. Ao longo das décadas, a instituição

consolidou-se não só como espaço de ensino formal, mas também como lugar de transmissão de valores e de formação moral e cultural de diferentes gerações. As referências à atuação do sacerdote permanecem presentes nas práticas institucionais, nas narrativas escolares e nas iniciativas de preservação da memória desenvolvida pela comunidade.

O percurso histórico apresentado demonstra que a constituição da escola esteve associada tanto à atuação de diferentes agentes sociais quanto às demandas educacionais e comunitárias de seu tempo. Nesse processo, a figura de Sigismundo Gdaniec tornou-se uma referência recorrente nas narrativas locais, enquanto a instituição escolar se consolidou como espaço de formação, sociabilidade e preservação de memórias compartilhadas.

Ao longo dessa trajetória, observa-se que a escolarização desempenhou papel central na constituição social e cultural de Quedas do Iguaçu. A escola atuou não apenas como espaço de ensino, mas também como instituição responsável pela produção de sociabilidades, pela circulação de valores coletivos e pela preservação de referências identitárias fundamentais para a comunidade local. Nesse contexto, o Colégio Estadual Padre Sigismundo consolidou-se como um verdadeiro lugar de memória, desempenhando papel ativo na formação histórica do município e articulando educação, patrimônio cultural e participação comunitária.

A criação da Sala Memorial insere-se justamente nesse movimento de valorização da memória escolar e de reconhecimento da educação como patrimônio coletivo. Ao preservar documentos, fotografias e narrativas vinculadas à trajetória da instituição, o memorial reafirma o papel da escola como espaço de continuidade histórica, fortalecendo vínculos entre passado, presente e futuras gerações.

Encerrado esse percurso histórico, abre-se o caminho para compreender como a missão da Sala Memorial sendo educativa se concretiza no cotidiano da instituição. No capítulo seguinte, “*A Implementação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec: Práticas, Experiências e Aprendizados*”, serão abordadas as ações pedagógicas, os projetos culturais e as experiências formativas que traduzem, na prática, a criação deste espaço de encontro entre educação e memórias.

CAPÍTULO 3

A IMPLEMENTAÇÃO DA SALA MEMORIAL SIGISMUNDO GDANIEC: PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS

Este capítulo apresenta as ações desenvolvidas no contexto da organização e dinamização da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, compreendidas por atividades práticas, justamente com as experiências fundamentadas nos princípios da História Pública, da educação patrimonial e da preservação do patrimônio cultural. As práticas aqui descritas evidenciam o momento em que as narrativas históricas compartilhadas deixam o campo abstrato e assumem forma concreta, materializando-se como monumento de memória no espaço escolar. Ao envolver estudantes, professores e comunidade, o trabalho desenvolvido demonstra que a construção da memória é plural e realizada por diferentes sujeitos históricos.

Os capítulos anteriores permitiram situar histórica, social e simbolicamente o espaço no qual se insere a Sala Memorial Sigismundo Gdaniec. No primeiro capítulo, ao abordar o processo de colonização polonesa no Centro-Sul do Paraná e a formação histórica de Quedas do Iguaçu, evidenciou-se que o território não se constitui apenas como cenário, mas como resultado de disputas, deslocamentos, experiências coletivas e práticas culturais que moldaram o espaço. A presença das famílias imigrantes, a atuação de companhias colonizadoras, os ciclos econômicos e a relação com os povos originários revelam uma história marcada por tensões, permanências e ressignificações, cujos vestígios permanecem inscritos na memória social da região.

No segundo capítulo, a análise deslocou-se para o campo da educação e da religiosidade, destacando o Colégio Estadual Padre Sigismundo como um espaço central na construção das referências históricas e identitárias do município. A trajetória de Sigismundo Gdaniec: sacerdote, educador, agente social e figura de referência comunitária, foi compreendida também como expressão de um projeto coletivo de formação humana, educacional e espiritual. Nesse horizonte, sobre cultura e escolarização no Paraná, compreendeu-se que o processo de ocidentalização ocorrido em terras paranaenses esteve relacionado à presença de imigrantes europeus, entre eles os poloneses, cuja atuação foi decisiva na reorganização do espaço social.

A colonização polonesa, em especial, promoveu a ocidentalização desta região ao introduzir novas formas de organização política, cultural, econômica e social, valores e práticas vinculados à tradição europeia. Entre os elementos que caracterizam esse

processo destacam-se a consolidação da religião católica, com a edificação da igreja, a difusão de normas morais e a incorporação de referenciais jurídicos e comunitários, a fundação da escola onde atualmente se localiza a Sala Memorial e a expressiva influência social exercida pelo padre para além do âmbito estritamente religioso. Nesse contexto, a denominação da Sala Memorial articula história, educação e pertencimento, reafirmando a escola como instância de preservação de memórias e narrativas locais, ao mesmo tempo em que evidencia os marcos da ocidentalização que estruturaram a formação histórica de Quedas do Iguaçu.

É precisamente a partir desse percurso histórico e institucional que o terceiro capítulo se constrói. Se, nos capítulos anteriores, buscou-se compreender os fundamentos históricos, culturais e simbólicos que deram origem ao espaço memorial, agora o foco desloca-se da contextualização para a materialização da proposta. Assim Sala Memorial Sigismundo Gdaniec deixa de ser apenas objeto de análise histórica e passa a ser examinada em sua dimensão prática e operacional, evidenciando os caminhos percorridos, os desafios enfrentados e os aprendizados construídos ao longo do processo de organização do acervo e consolidação do espaço.

Nesse sentido, o capítulo compreende a prática como dimensão constitutiva da História Pública, na qual reflexão teórica e ação concreta se articulam de forma indissociável. A criação e organização da Sala Memorial ultrapassam o caráter de uma iniciativa institucional, configurando-se como um exercício de preservação da memória pautado pela participação coletiva, pelo compromisso educativo e pelo reconhecimento das narrativas locais. Tal perspectiva reafirma o papel da escola como agente ativo na produção, preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural da comunidade.

Ao longo do capítulo, são apresentadas as etapas que envolveram a estruturação da Sala Memorial, incluindo a organização do Livro Tombo, os procedimentos de catalogação do acervo, as visitas institucionais, os diálogos com órgãos técnicos e as articulações políticas e comunitárias que contribuíram para sua efetivação. A análise dessas ações evidencia que a construção do espaço constituiu um processo formativo marcado pela mobilização social, pela troca de saberes e pelo reconhecimento das experiências coletivas.

Além de registrar o percurso de concepção, organização e implementação do memorial, o capítulo demonstra como esse espaço se consolidou como instrumento pedagógico e social. Desse modo, afirma-se como um espaço vivo de memória,

educação e cidadania, comprometido com patrimônio cultural e com a resistência ao esquecimento.

No percurso dessa construção, o primeiro grande desafio foi a organização do acervo, etapa fundacional que exigiu uma sistematização criteriosa. Tratou-se de identificar, registrar e categorizar objetos, fotografias, livros e documentos históricos, buscando estabelecer conexões significativas com seus contextos de origem. A organização temática e cronológica mostrou-se essencial para estruturar de forma coerente o espaço expositivo e garantir sua funcionalidade para pesquisas, ações educativas e futuras consultas.

Essa atividade envolveu procedimentos técnicos, como a separação, o acondicionamento e a catalogação dos materiais, mas não se limitou a essas etapas. Cada peça demandava também uma análise relacionada aos significados e às experiências compartilhadas pela comunidade. Conforme Maurice Halbwachs (2006, p. 34-36), a memória coletiva constitui-se no interior dos grupos sociais e se mantém por meio das interações, práticas e referências compartilhadas por seus membros. Nesse contexto, arquivar documentos, fotografias e objetos deixou de representar apenas uma atividade documental, tornando-se uma oportunidade de ativar lembranças, ressignificar narrativas e fortalecer os vínculos entre os sujeitos e sua história.

Os materiais foram dispostos conforme suas características: documentos e fotografias organizados em pastas temáticas; livros acondicionados em caixas específicas, acompanhados de fichas descritivas que registravam seus valores histórico, simbólico e cultural. A sistematização atendeu à necessidade de preservação física do acervo, reduzindo riscos de deterioração e trazendo sua longevidade.

O processo de organização do acervo envolveu diferentes etapas de identificação, seleção e tratamento dos materiais. Cada item foi analisado e acondicionado de acordo com procedimentos de preservação, sendo considerado não apenas por suas características físicas, mas também por seu potencial informativo e documental. Em conjunto, os objetos, documentos e registros reunidos constituem um acervo representativo referente a trajetória da instituição escolar e da história local de Sigismundo. Conforme observa Bosi (1994), a memória e o tempo vivido constituem formas de resistência ao esquecimento e afirmam a subjetividade histórica, pois “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (Bosi, 1994, p. 55). Desse modo, o caráter imersivo desta

pesquisa assumiu também uma dimensão formativa, reforçando o compromisso coletivo com a história e a cultura local.

A imagem abaixo, registra um momento expressivo desse percurso, ao apresentar parte do acervo bibliográfico disposto na “Sala Sigismundo”. Observa-se o esmero dedicado à separação, catalogação e preservação dos materiais, trabalho que facilita a consulta e a conservação do conteúdo histórico, a produção de novos conhecimentos e oferece subsídios para pesquisas sobre a trajetória educativa da instituição.

Imagem 10-Trabalho de Gabinete.



FONTE: Arquivo pessoal. (Rodrigues, 2024).

A fase seguinte consistiu na sistematização e acondicionamento dos registros escolares em caixas-arquivo, medida que assegurou tanto a integridade física dos documentos quanto o fácil acesso às informações neles contidas. Ao todo, foram organizados 668 livros, abrangendo o período de 1945 a 2020. Esses documentos reúnem dados valiosos sobre a vida escolar e comunitária, como nomes dos estudantes e seus responsáveis, regiões de origem, ocupações predominantes, pareceres avaliativos, números de matrícula e informações sobre os cursos ofertados ao longo das décadas.

A análise desses volumes permitiu identificar informações relevantes sobre a trajetória da instituição escolar e de seus diferentes sujeitos. As distintas grafias, anotações e registros presentes nos documentos constituem evidências das práticas

administrativas e educacionais desenvolvidas ao longo do tempo. Em conjunto, esses materiais documentais possibilitam compreender aspectos das transformações sociais, educacionais e culturais ocorridas no município ao longo de mais de sete décadas.

É importante destacar que, apesar do esforço de organização, algumas lacunas foram identificadas durante o processo de levantamento e sistematização do acervo. Nem todos os anos estão representados de forma contínua e certos livros e documentos referentes ao período analisado não foram localizados. Ainda assim, a estruturação e preservação dos materiais já disponíveis representa um avanço significativo na consolidação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec. Cada livro, documento, fotografia ou objeto presente no acervo constitui uma peça fundamental do complexo “mosaico” que compõe a história da instituição e sua contribuição para a educação e o desenvolvimento sociocultural da região.

Além dos registros escolares, o acervo da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec reúne fotografias, objetos, livros e documentos que contribuem para a compreensão da história da instituição e da comunidade local. Esses materiais constituem importantes fontes históricas, permitindo analisar práticas sociais, educacionais e culturais desenvolvidas ao longo do tempo.

As fotografias registram eventos, espaços e personagens ligados à comunidade escolar, enquanto os demais documentos e objetos revelam aspectos do cotidiano institucional e das transformações ocorridas em diferentes períodos. Em conjunto, esse acervo amplia as possibilidades de investigação histórica e fortalece a preservação e a valorização do patrimônio cultural local.

Ecléa Bosi (1994, p.33) ressalta que a memória constitui forma de resistência e de afeto, construída por lembranças que não narram o vivido e revelam os valores, os sentidos e os vínculos que estruturam uma coletividade. Nesse sentido, a Sala Memorial transforma-se em espaço de escuta e visibilidade, onde vozes do passado encontram lugar no presente, estabelecendo pontes entre gerações e contribuindo para a formação da consciência histórica.

A pesquisa e organização desse acervo resultou na elaboração do Livro Tombo, incorporado oficialmente à Sala Memorial. Tradicionalmente utilizado por instituições que preservam acervos, esse instrumento registra sistematicamente informações administrativas e patrimoniais. “Da vivência do passado, surge a possibilidade de se constituir uma documentação que, impregnada do presente, perdure e conserve registros para o futuro.” (Meihy, 2005, p. 61). Segundo Bom Meihy (2005), a construção de

registros organizados da memória contribui para garantir a continuidade narrativa das instituições, preservando os significados que habitam o imaginário social. A criação do Livro Tombo representa um esforço de preservação documental e memória institucional. Ao constituir-se como fonte primária estratégica, ele possui potencial para subsidiar pesquisas acadêmicas, ações pedagógicas e projetos de proteção do patrimônio histórico local.

O Livro Tombo, em diálogo com os demais objetos e registros que compõem a Sala Memorial, reforça seu caráter histórico, conferindo densidade informativa e valor simbólico ao espaço. Dessa forma, a memória torna-se elo entre tempos, reafirmando-se como recurso educativo fundamental para a construção da cidadania e da consciência histórica.

3.1 Organização do Acervo e Construção do Livro Tombo

A organização sistemática do acervo da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec resultou na elaboração do Livro Tombo, instrumento essencial para o registro, preservação e difusão da memória institucional. Corresponde a um documento que cataloga, descreve de maneira resumida os objetos, fotografias, documentos e demais materiais que constituem o patrimônio memorial do espaço, permitindo seu controle administrativo e sua interpretação histórica e cultural.

A construção desse Livro³⁴, apresentada no Apêndice 04, baseou-se no conjunto inicial de itens identificados no acervo, reunindo informações que iluminam aspectos diversos da trajetória do colégio e do núcleo. Ao documentar fatos históricos e práticas sociais, esses materiais contribuem para organizar a história, ao destacar elementos cotidianos que revelam sensibilidades, crenças e modos de vida de diferentes épocas. Cada peça, por menor que seja, carrega em si uma narrativa, um fragmento de memória que, quando recuperado e interpretado, enriquece a compreensão do passado e possibilita novas leituras sobre a formação sociocultural do território.

Como destaca Mário Chagas (2003), a musealização da memória não constitui um ato neutro, mas sim um gesto simultaneamente político e poético. Nesse processo, histórias silenciadas ou invisibilizadas ganham visibilidade e voz por meio dos objetos,

³⁴ Observações: O livro original, devidamente registrado em cartório, encontra-se arquivado no Espaço Memorial Sigismundo Gdaniec. Os trechos assinalados com asteriscos (*****), no livro tomo, aqui nesta obra, foram redigidos dessa forma para resguardar a identidade dos doadores do acervo.

abrindo espaço para reflexões críticas acerca das relações entre memória, patrimônio e experiência coletiva.

Além de seu valor simbólico e afetivo, o acervo apresenta um vasto potencial para o desenvolvimento de estudos, projetos de extensão e ações educativas voltadas à região. Ele possibilita que pesquisadores de diferentes áreas compreendam dimensões sociais, religiosas, educacionais e culturais da história local, ampliando as possibilidades de interpretação do patrimônio cultural.

O espaço memorial constitui-se como um importante lugar de preservação do passado e afirma-se como um ambiente vivo, interativo e formativo, capaz de conectar diferentes gerações e promover a construção ativa de saberes e experiências coletivas. Consiste em um projeto que articula passado, presente e futuro, promovendo o reconhecimento do patrimônio cultural e incentivando a comunidade a compreender seu papel na construção e continuidade da história coletiva.

A criação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec vai além da simples reunião de itens históricos em um espaço físico. Trata-se de um ambiente dinâmico e permanentemente conectado à história da colonização de Quedas do Iguaçu, onde memórias são preservadas, reinterpretadas e compartilhadas. Nesse contexto, a sala memorial constitui um importante espaço de preservação e difusão da memória, articulando conhecimentos, experiências e narrativas que contribuem para o fortalecimento das relações comunitárias, da identidade coletiva e das práticas educativas voltadas à compreensão da história local.

A Sala Memorial Sigismundo Gdaniec configura-se como um lugar de memória. É nesse ambiente que a história local adquire materialidade, visibilidade pública e significado pedagógico, aproximando a comunidade escolar de suas referências históricas. Ao promover o diálogo entre passado e presente, a sala fortalece o sentimento de pertencimento, valoriza o patrimônio cultural e reafirma a importância da educação patrimonial na formação cidadã e na preservação das memórias compartilhadas.

3.2 Formação do Projeto e Articulações Institucionais

Ao longo do ano de 2024, desenvolveu-se um percurso formativo marcado pela participação em alguns eventos acadêmicos, culturais e científicos que contribuíram de maneira significativa para o amadurecimento e o fortalecimento desta pesquisa. A

inserção em espaços de debate e socialização do conhecimento possibilitou o desenvolvimento teórico-metodológico do projeto e a ampliação das perspectivas interpretativas sobre a constituição da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec enquanto espaço de preservação e ativação da memória social.

Essas vivências promoveram o contato com pesquisadores, estudantes e profissionais de diferentes áreas, favorecendo o intercâmbio de saberes e o compartilhamento de experiências voltadas à preservação do patrimônio cultural, à museologia social, à História Pública e à educação patrimonial. Ao mesmo tempo, reforçaram o papel da universidade como agente articulador entre produção acadêmica e demandas comunitárias, estimulando a construção de práticas colaborativas e socialmente comprometidas.

A participação em congressos, seminários e encontros acadêmicos proporcionou trocas de experiências e conhecimentos que contribuíram diretamente para o desenvolvimento da investigação, suscitando novos questionamentos e possibilidades de análise. Além disso, tais interações fortaleceram vínculos com agentes institucionais envolvidos na salvaguarda da história local, como gestores escolares, membros da irmandade religiosa e representantes de órgãos públicos e culturais.

Esse percurso formativo não se restringiu ao âmbito teórico. Ele também contribuiu para a construção de estratégias de ação voltadas à história e à cultura local, por meio de diálogos com pesquisadores que estudam a memória coletiva, a musealização, o patrimônio e a educação. Assim, as aprendizagens adquiridas nos diferentes espaços de formação contribuíram para o processo de implementação da Sala Memorial, fortalecendo a compreensão de que o patrimônio não se limita à materialidade de seus objetos, mas se afirma por meio das narrativas, afetos e práticas sociais que o sustentam.

Dentre os momentos mais relevantes, destaca-se a participação no Encontro de Museus em Umuarama, ocasião em que foi possível apresentar o projeto ao então Diretor de Memória e Patrimônio Cultural do Paraná. Esse contato proporcionou um intercâmbio de ideias enriquecedor e apontou caminhos concretos para o avanço da pesquisa. Como observa Ribeiro (2009), os museus e os espaços de memória não são apenas locais de guarda de objetos, mas também plataformas de articulação entre sujeitos, territórios e políticas culturais. Também foi importante a realização de cursos oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que possibilitaram a ampliação da formação acadêmica e o aprofundamento teórico-metodológico sobre

temas como gestão pública, cultura, patrimônio e educação. Nesse percurso formativo, os saberes adquiridos foram sendo constantemente reelaborados a partir da prática e da realidade local, numa dinâmica que, conforme Heller (1996), caracteriza-se pela articulação entre experiência vivida e reflexão crítica.

Outro marco importante foi a participação na Semana de Estudos da Associação Nacional de História (ANPUH), que possibilitou o acesso a debates sobre memória social, história pública e políticas patrimoniais. Os feedbacks recebidos nesse evento foram fundamentais para o aprimoramento do projeto. Do mesmo modo, a Semana de Estudos da Universidade Estadual de Maringá (UEM) ofereceu novas perspectivas e caminhos teóricos, contribuindo decisivamente para a definição de rumos mais sólidos da pesquisa.

No âmbito regional, destaca-se o apoio de docentes e pesquisadores da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), especialmente a mediação realizada pelo professor pesquisador Dr. Márcio José Pereira junto ao responsável técnico pelo Museu do Norte do Paraná. Essa parceria resultou no acesso a informações fundamentais para a delimitação do objeto de estudo e para a estruturação da proposta de organização da Sala Memorial. Além das trocas interinstitucionais, as reuniões com a equipe do Colégio Estadual Padre Sigismundo foram essenciais para o aprofundamento do diálogo sobre o projeto e sua aplicabilidade no contexto educacional. Tais encontros permitiram compreender as especificidades do acervo, os desafios da preservação local e o papel da escola como agente central na guarda e ativação da memória comunitária. Como aponta Cancilini (1993), a produção de sentidos culturais não se dá de forma unilateral, mas por meio de mediações entre instituições, práticas sociais e valores compartilhados.

Destaca-se também o engajamento da população, que se mostrou presente e atuante em diferentes etapas do projeto. A participação da população local, por meio de relatos, indicações de documentos e apoio institucional, foi decisiva para o fortalecimento da proposta. Conforme Le Goff (1990, p. 473), a memória social ganha consistência quando compartilhada, ressignificada e transformada em prática coletiva, capaz de construir sentidos sobre o passado com vistas ao futuro.

Após a organização inicial da proposta, foi retomado o contato com o ex-Diretor de Memória e Patrimônio Cultural do Paraná, que na ocasião já havia assumido nova função na Coordenação de Patrimônio. Então foi recomendado que o projeto fosse encaminhado à Coordenação do Sistema de Museus para que houvesse o suporte necessário. O contato foi realizado e prontamente atendido pela equipe responsável, que

demonstrou interesse na proposta e solicitou uma série de informações para análise da viabilidade do projeto, tais como:

Quadro 4-Questionamentos enviado pela COSEM

Documentação disponível sobre o acervo e sobre o espaço destinado à instalação da sala;
Informações sobre o espaço físico: já há um local definido para sua instalação?
Dados sobre a gestão: há um responsável nomeado para o cuidado com o espaço?
Estado atual do acervo: está catalogado? Há listagem disponível?
Informações sobre apoio: a parceiros públicos ou privados envolvidos?
Contato telefônico para futuros esclarecimentos.

FONTE: Desenvolvido pela autora com base em questionário enviado pela COSEM.

Com base nessas informações, foi agendada uma reunião de apresentação do projeto. Considerando a distância entre Quedas do Iguaçu e Curitiba, o encontro ocorreu de forma remota, por meio da plataforma Meet. Estiveram presentes representantes da Secretaria de Memória e Patrimônio Cultural, a idealizadora do projeto, a professora responsável pela guarda do acervo, dona Sônia Barreto, o diretor do Colégio Estadual Padre Sigismundo, José Carlos e o professor convidado Lucas Hendges. Durante a reunião, foram apresentadas a história do município, as propostas do projeto de memória, os objetivos da pesquisa em andamento e as estratégias de estruturação da Sala Memorial. A equipe técnica demonstrou interesse na iniciativa, destacando sua relevância para a preservação do patrimônio cultural e para o fortalecimento da história local.

Como desdobramento do encontro, ficou agendada uma reunião presencial para 2025, com a proposta de ampliar o diálogo com a população local. Além disso, foram disponibilizados contatos diretos da equipe técnica, com o objetivo de facilitar a comunicação, oferecer orientações especializadas e garantir o acompanhamento contínuo do projeto. As experiências vividas ao longo desse percurso evidenciam que os processos de patrimonialização não se fazem de forma isolada, mas por meio de redes, escutas e articulações. Ao articular diferentes saberes e vozes, a proposta da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec consolida-se como um projeto coletivo, comprometido com a preservação da memória, da cultura e o desenvolvimento regional. Com o passar dos dias, surgiu a necessidade de estabelecer uma comunicação mais eficiente com o público interessado. Para isso, foram criados um e-mail³⁵ e um perfil no Instagram³⁶ para o projeto Sigismundo. O e-mail além da comunicação também permite o

³⁵ E-mail da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec: memorialsigismundo@gmail.com

³⁶ Instagram da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec: <https://www.instagram.com/memorialsigismundo/>

armazenamento e a organização de diversos arquivos produzidos ao longo do desenvolvimento do projeto, facilitando o acesso e a consulta futura. Já o perfil no Instagram foi criado, com o objetivo de divulgar o projeto, compartilhando atualizações, conquistas e informações relevantes de forma acessível e dinâmica.

Figura 3–Página Instagram da Sala Memorial



FONTE: Print registrado pela autora em março de 2025.

3.3 Visitas Técnicas, Familiares e Institucionais

O mês de março de 2025 representou um marco de significativa relevância para o Projeto Sigismundo, especialmente no que diz respeito à consolidação da memória como prática social e afetiva. No dia 7 de março, o projeto foi enriquecido com a visita de familiares de Sigismundo Gdaniec, que, apesar da idade avançada, deslocaram-se diretamente da Polônia com o objetivo de conhecer não apenas o Brasil, mas, sobretudo, a região de Quedas do Iguaçu e as iniciativas voltadas à preservação da memória de seu parente.

A presença dos familiares configurou-se como um momento simbólico de reconexão entre passado e presente, entre o país de origem e o território de acolhimento. Tal encontro reforça o que Maurice Halbwachs (1990, p. 45) conceitua como *memória coletiva*: uma construção social que se perpetua e se atualiza nas relações entre os indivíduos e os grupos aos quais pertencem. O reencontro entre o legado de Sigismundo e seus descendentes poloneses reativou memórias, afetos e identidades transnacionais. A visita foi viabilizada graças à atuação mediadora do Padre André, descendente de poloneses e membro da Sociedade de Cristo, congregação que se estabeleceu em Quedas do Iguaçu após o falecimento do Monsenhor Sigismundo Gdaniec, em 1994.

Nesse sentido, a mediação cultural exerceu um papel estratégico no fortalecimento dos laços simbólicos e emocionais, como analisa Jan Assmann (2011, 37), ao defender que a memória cultural se sustenta em práticas de transmissão intergeracional, em que o passado é reinterpretado à luz das experiências atuais. Esse intercâmbio fortaleceu a relação entre o projeto e a memória da família Gdaniec, além de contribuir para a ampliação do escopo da pesquisa ao possibilitar a troca de informações e o acesso a novas perspectivas históricas e culturais.

Além disso, como destaca Michael Pollak (1989), a memória dos sujeitos em situação de deslocamento, ou, neste caso, de seus descendentes, assume papel fundamental na reconfiguração identitária dos grupos e no fortalecimento de referências simbólicas compartilhadas. A viagem dos familiares de Sigismundo ao Brasil reafirma esse caráter ativo da memória, não como algo estático, mas como um processo em constante elaboração e reconstrução.

Imagem 11-Visita dos familiares de Sigismundo Gdaniec



FONTE: Arquivo pessoal. (Rodrigues, 2025).

A imagem apresentada anteriormente registra a visita dos familiares de Monsenhor Sigismundo Gdaniec à Sala Memorial, provenientes da Polônia, seu país de origem. O encontro constituiu um momento relevante para a trajetória do espaço, ao promover a aproximação entre a comunidade local e os descendentes de uma das principais personalidades relacionadas à história da instituição e da comunidade. A visita possibilitou o compartilhamento de informações, experiências e percepções sobre a trajetória de Monsenhor Sigismundo, contribuindo para o fortalecimento das ações de preservação do patrimônio histórico e cultural vinculadas à Sala Memorial.

Da esquerda para a direita, observa-se o diretor do Colégio e da Sala Memorial, José Carlos, seguido da professora aposentada Leoni Terezinha Luzitani, que gentilmente acolheu os visitantes e participou ativamente do encontro. Ao centro, está a irmã do Padre Sigismundo, posicionada junto à batina do Monsenhor, peça histórica de grande valor simbólico. É importante destacar que essa vestimenta, histórica vinculada à trajetória missionária de Monsenhor Sigismundo Gdaniec. Na sequência, registou-se a presença da sobrinha do Padre Sigismundo, seguida por Dona Amália Sheika, amiga próxima e antiga enfermeira pessoal do Monsenhor. Sua participação trouxe os laços de profundo afeto e dedicação, revelando dimensões sensíveis da trajetória do sacerdote. Falante fluente da língua de origem da família, Dona Amália contribuiu de forma

significativa para o processo, auxiliando na interpretação de documentos, na recuperação de memórias e na contextualização cultural dos relatos compartilhados. Também fazem parte da composição a vereadora Carlise Priscila, o vereador e presidente da Câmara Municipal, senhor Rodolfo Rever e o padre André Woj³⁷. Na segunda fileira, da esquerda para a direita, vê-se a professora Sônia Aguiar Barreto, em seguida a vice-diretora da instituição Leoni Kozak, a autora deste estudo, Janete Rodrigues e a professora e pedagoga Adriana Fernandes, que também contribuíram para a recepção e organização desse momento histórico.

A visita dos familiares de Monsenhor Sigismundo Gdaniec à Sala Memorial representou um momento significativo para as ações de preservação da história local. Durante a atividade, os visitantes conheceram o acervo e a organização do espaço, tendo acesso aos documentos, fotografias e objetos relacionados à trajetória de Monsenhor Sigismundo e da comunidade. A presença dos familiares contribuiu para fortalecer os vínculos entre a instituição, a comunidade local e os descendentes de uma personalidade historicamente relevante para a região. Nesse contexto, a fotografia registra a visita ao memorial, evidenciando o reconhecimento do espaço como instrumento de preservação, divulgação e interpretação do patrimônio histórico e cultural.

A aprovação unânime da proposta na Câmara Municipal garantiu os instrumentos formais indispensáveis à implementação do espaço, reafirmando o compromisso institucional com a memória local. Representando um avanço decisivo no processo de patrimonialização simbólica da trajetória de Sigismundo Gdaniec e de sua importância para a história educacional, religiosa e social de Quedas do Iguaçu.

A promulgação da lei constituiu um ato administrativo que formalizou o reconhecimento público de um esforço coletivo voltado à preservação da história local e ao registro de trajetórias de indivíduos que desempenharam papel relevante no processo de desenvolvimento da região. A participação da sociedade civil, da equipe escolar e dos representantes políticos reforça a noção de que a memória é um bem comum e deve ser tratada como política pública de cultura e cidadania.

A Imagem 12 registra a presença da autora deste estudo, da equipe do colégio e de vereadores do município durante uma atividade vinculada ao processo de implantação da Sala Memorial. O registro evidencia a participação de diferentes segmentos da comunidade e do poder público nas ações desenvolvidas para a estruturação do espaço.

³⁷ Em polonês Andrzej Wojteczek.

A fotografia³⁸ constitui um documento do processo de construção da Sala Memorial, evidenciando a articulação entre a instituição escolar, a comunidade e os representantes públicos na implementação de uma iniciativa voltada à preservação da memória e ao reconhecimento do patrimônio histórico local.

Imagem 12-Aprovação da Lei nº 1589/2025



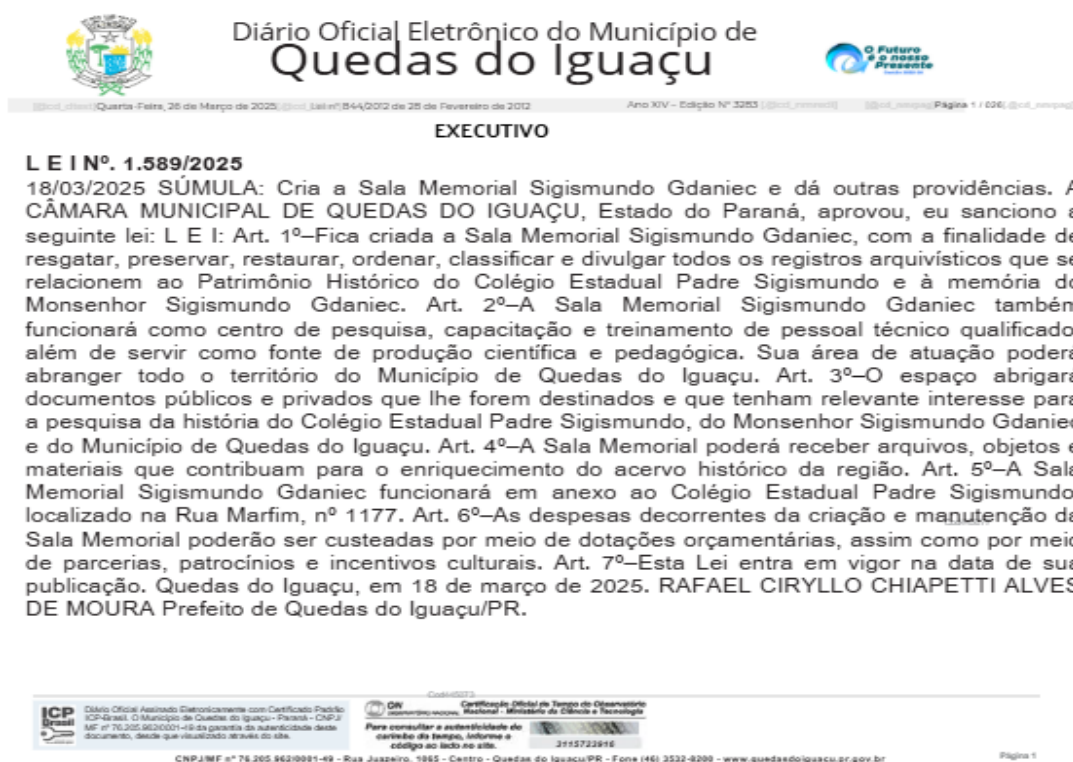
FONTE: Arquivo pessoal. (Rodrigues, 2025).

Agora oficialmente instalada nas dependências do Colégio Estadual Padre Sigismundo, a Sala Memorial Sigismundo Gdaniec abriga um acervo valioso que reúne documentos, objetos e registros vinculados tanto à trajetória do religioso quanto à história da própria instituição escolar. Sob a responsabilidade da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), esse espaço reafirma o papel do Colégio Estadual Padre Sigismundo como referência na preservação da memória local e comunitária.

Cabe destacar que a Lei que institui oficialmente a Sala Memorial foi publicada no Diário Oficial do Município no dia 18 de março de 2025, conferindo legitimidade institucional à iniciativa e consolidando-a como política de preservação do patrimônio cultural local.

³⁸ Da esquerda para a direita, identificam-se na fotografia: a vereadora Sandra Arca, a professora Adriana Fernandes, a autora desta pesquisa (Janete Rodrigues), a professora Sônia Barreto, o vereador e presidente da Câmara Municipal, Rodolfo Revers e os vereadores Edmir Kozak, Henrique Noro, Clauderlei Lima, Leandro da Silva, Pedro Ademir de Souza, Jacir dos Santos e Dirceu da Rosa. Em segundo plano, próximos ao cartaz do evento, encontram-se a vereadora Carlise Priscila e os vereadores Aparecido dos Santos e Reginaldo dos Santos.

Figura 4 - Recorte do Diário Oficial



Outro evento de grande relevância para o projeto foi a visita da equipe da Secretaria de Memória e Patrimônio Cultural de Curitiba (COSEM), que veio oferecer suporte ao seu desenvolvimento. Para essa ocasião, elaboramos um roteiro detalhado de visita, permitindo a organização eficiente do tempo e das atividades, conforme a seguinte estrutura:

Quadro 5-Roteiro de Visita da equipe técnica COSEM

Roteiro de Visita da equipe técnica - COSEM	
1º Dia 26/03/2025	
09:00 horas	Visita ao Projeto Sigismundo;
12:00 horas	Almoço Típico Polonês;
14:00 horas	Reunião na Câmara de vereadores;
16:30 horas	Encontro com representantes poloneses;
2º Dia 27/03/2025	
09:00 horas	Visita ao Projeto Gente (Irmãs Franciscanas);
11:00 horas	Reunião de alinhamento com equipe do Projeto Sigismundo;
12:30 horas	Almoço Típico Gaúcho;
14:00 horas	Visita à Usina do Salto Osório;
17:00 horas	Finalização do encontro e planejamento dos próximos passos.

FONTE: Roteiro produzido para o evento e aprovado pela equipe do COSEM.

Em 26 de março de 2025, o Colégio Estadual Padre Sigismundo promoveu um encontro vinculado ao processo de implantação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec. A atividade teve como objetivo apresentar os avanços da pesquisa e do processo de organização do espaço de memória, além de fortalecer o diálogo entre a instituição escolar, a comunidade e representantes de órgãos ligados à área museológica.

Durante o encontro, foram apresentados os resultados parciais da pesquisa e parte do acervo documental e iconográfico reunido ao longo do projeto, evidenciando a relevância da iniciativa para a preservação da história institucional e do patrimônio cultural local. A participação de Cauê Donato, chefe da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná, possibilitou o debate sobre aspectos relacionados à preservação, gestão e difusão de acervos, contribuindo para o desenvolvimento das ações voltadas à estruturação da Sala Memorial.

A programação também incluiu atividades culturais e momentos de interação entre os participantes, favorecendo a aproximação entre diferentes agentes envolvidos no projeto. Posteriormente, realizou-se uma reunião na Câmara de Vereadores, ocasião em que foram apresentados os integrantes da equipe responsável pela pesquisa e pelas atividades de organização do acervo.

O encontro representou uma oportunidade de ampliar a visibilidade da iniciativa e fortalecer as articulações institucionais necessárias à consolidação da Sala Memorial, evidenciando a importância da cooperação entre escola, comunidade, poder público e órgãos especializados para a preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural. Segundo Cauê Donato:

[...] tais iniciativas são fundamentais para a preservação da história coletiva e para a valorização dos grupos locais, pois permitem que memórias individuais e coletivas encontrem um espaço de reconhecimento e continuidade (Donato, Reunião na Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu – PR, 26 mar. 2025).

Ao longo de sua exposição, Cauê destacou a diferença essencial entre um espaço de memória e um museu tradicional.

[...] Enquanto os museus, têm uma maior reserva técnica e em muitos casos, organizam suas coleções segundo critérios científicos e institucionais, os espaços de memória possuem natureza mais afetiva, comunitária e educativa. São construídos a partir das vivências, narrativas e sentimentos de grupos sociais, transformando-se em lugares que abrigam não apenas objetos, mas também emoções e significados compartilhados (Donato, Reunião na Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu – PR, 26 mar. 2025).

Ao abordar o papel do museólogo, Donato enfatizou que esse profissional é, antes de tudo, um agente de pesquisa, investigação e análise, atuando na confluência entre história, cultura e sociedade. Seu trabalho ultrapassa a conservação física do acervo, envolve compreender o valor simbólico dos objetos, os contextos de produção e uso, as trajetórias de vida e as múltiplas formas de significação que emergem das experiências humanas. Nesse sentido, o museólogo é um mediador entre o passado e o presente, entre o material e o imaterial, entre o que se preserva e o que se transforma.

Em sua fala, Cauê Donato compartilhou ainda aspectos de sua trajetória profissional, destacando a regulamentação da profissão de museólogo e sua transferência de registro regional de São Paulo para o Paraná, que o habilita a atuar no estado. Com sensibilidade, ele afirmou que:

[...]o museu ou salas de memórias não é apenas um prédio físico, mas um organismo vivo, composto por pessoas, histórias, objetos e sentimentos que dialogam entre si e constroem sentidos coletivos”. (Donato, Reunião na Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu – PR, 26 mar. 2025).

Donato recordou também que, a partir da década de 1930, a museologia brasileira ganhou destaque, especialmente no Rio de Janeiro, consolidando-se como campo de estudo e prática profissional. Esse marco histórico abriu caminho para novas concepções sobre o papel dos museus e dos museólogos, que passaram a atuar não apenas em instituições formais, mas também junto a colecionadores, centros comunitários, arquivos e espaços de memória social.

A presença de professores, diretores, autoridades políticas e culturais, somada ao envolvimento espontâneo do público, conferiu ao encontro um caráter participativo e democrático. O momento final, reservado a perguntas e interações, possibilitou o diálogo entre público e pesquisadores, evidenciando o princípio da museologia social, onde se valoriza o protagonismo dos sujeitos na produção e transmissão da memória.

Na sequência, representantes do projeto e o senhor Cauê Donato concederam entrevistas, reafirmando o impacto institucional e comunitário da iniciativa. Posteriormente, o grupo deslocou-se até o Centro Polonês Jagoda, onde foi recepcionado por integrantes da comunidade polonesa local, trajando vestimentas típicas e organizando uma cerimônia de boas-vindas vinculada às tradições culturais do grupo. O encontro no centro destacou-se como uma verdadeira imersão cultural, evidenciando a força da memória imigrante na constituição da identidade local.

Durante a visita, os participantes conheceram o acervo do centro, composto por objetos históricos e documentos que preservam aspectos da trajetória da comunidade. O grupo, reconhecido por seu premiado conjunto de danças folclóricas, compartilhou relatos, memórias e práticas culturais transmitidas entre gerações, evidenciando a relevância da oralidade, dos rituais e das celebrações na preservação do patrimônio cultural imaterial. Também tiveram contato com práticas culturais e gastronômicas associadas às tradições preservadas pela comunidade. Essas atividades possibilitaram a observação de manifestações culturais que integram o patrimônio imaterial do grupo, contribuindo para a compreensão dos processos de transmissão de saberes, costumes e referências identitárias entre as diferentes gerações.

A experiência favoreceu a aproximação entre o projeto e a comunidade local, além de fornecer subsídios relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. A participação dos moradores, das lideranças comunitárias e de representantes institucionais evidenciou a importância das ações voltadas à preservação da memória, à difusão do patrimônio cultural e ao fortalecimento das relações entre escola e comunidade. A seguir temos as fotos³⁹ do evento na Câmara Municipal e no Clube dos Poloneses:

Imagem 13-Reunião na Câmara de Vereadores



FONTE: Arquivo pessoal. (Rodrigues, 2025).

³⁹ Observação: É importante destacar que as imagens 17 e 18 são de arquivo pessoal. Contudo, por se tratarem de eventos públicos, existem diversas imagens semelhantes publicadas em redes sociais e jornais da região. Antes da inclusão das fotos no material, foi solicitada autorização para o uso das imagens e todos os participantes consentiram expressamente com sua divulgação.

A Imagem 13, apresentada da esquerda para a direita: o secretário de Cultura, Sr. Edivaldo Buaro; a vereadora Carlise Priscila; a professora aposentada Dona Leoni Terezinha Luzitane; o chefe da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná, Sr. Cauê Donato; a professora Sônia Aguiar Barreto; a autora deste estudo, Janete Rodrigues; o diretor do colégio, José Carlos; e o vereador e presidente da Câmara Municipal, Sr. Rodolfo Revers.

Imagem 14-Visita ao Clube dos Poloneses



FONTE: Arquivo pessoal. (Rodrigues, 2025).

A imagem 14, da esquerda para a direita: os representantes do Grupo Polonês, senhor Hipólito Siejka⁴⁰ (in memoriam), Dona Danuta Siejka; o chefe da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná, Sr. Cauê Donato; a autora deste estudo, Janete Rodrigues; a professora Sônia Aguiar Barreto; e Dona Clara Siejka.

No dia 27 de março de 2025, as atividades da pesquisa se iniciaram com uma visita ao Instituto Projeto Gente, iniciativa de notável relevância social na localidade. A recepção ficou a cargo da Irmã Eliana, figura de destaque na região pelo incansável trabalho em prol da proteção e da formação integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Durante a visita guiada, a Irmã Eliana apresentou a trajetória do Instituto Projeto Gente.⁴¹ Atualmente, o Instituto Projeto Gente atende aproximadamente 250 crianças

⁴⁰ Hipólito Siejka faleceu no ano de 2026. Registra-se, com respeito e reconhecimento sua colaboração, na ocasião prestou apoio de maneira solícita e comprometida.

⁴¹ Para aprofundamento sobre a trajetória do Instituto Projeto Gente e suas ações sociais, recomenda-se a leitura da obra *Minha Vida Tem Sentido*, de Anita Nogueira de Lima e Olivete Ap. Sales Heimovski.

em contraturno escolar, oferecendo oficinas de arte, esportes, informática, formação em valores e apoio psicossocial. Durante a visita, foram realizadas apresentações culturais que evidenciou o impacto das ações pedagógicas e comunitárias desenvolvidas pela instituição.

A participação da equipe da Sala Memorial Sigismundo reforçou a articulação entre memória e ação social, evidenciando o papel das instituições locais na preservação de histórias, práticas culturais e experiências que compõem o tecido coletivo.

Imagem 15⁴² - Recepção no Projeto Gente⁴³



FONTE: Arquivo pessoal. (Rodrigues, 2025).

Após uma manhã marcada por novos saberes e reflexão, retornamos ao colégio para uma reunião de alinhamento referente ao Projeto Sigismundo, momento

⁴² Observação: É importante ressaltar que a imagem 15 é de arquivo pessoal. Antes de sua inclusão no material, foi solicitada autorização para o uso da imagem e todos os participantes consentiram com sua divulgação.

⁴³ Na Imagem 15, identificam-se, da esquerda para a direita: a professora Sônia Aguiar Barreto; o professor de Artes do Projeto Gente, Alessandro; a Irmã Eliana Diniz, principal representante do Projeto Gente; o chefe da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná, Cauê Donato; e a autora desta pesquisa, Janete Rodrigues.

fundamental para consolidar diretrizes, organizar prioridades e reafirmar o compromisso coletivo com a preservação da memória local.

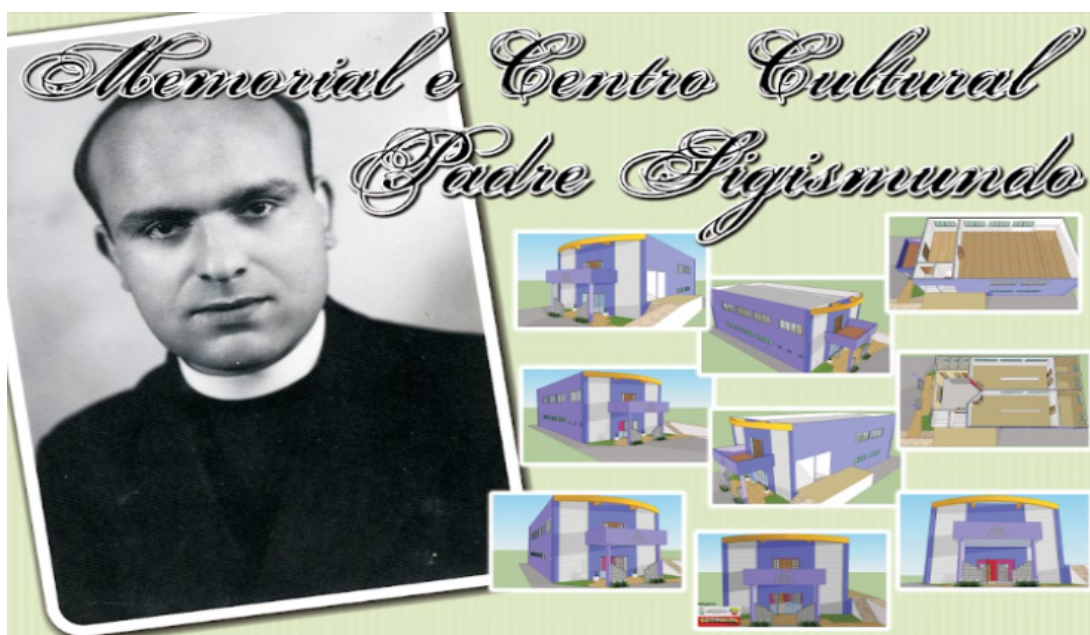
Na sequência, fomos acolhidos com um tradicional almoço gaúcho no CTG do município, ocasião de intervalo e confraternização: tratou-se de um espaço privilegiado de diálogo com autoridades, lideranças comunitárias e parceiros institucionais, fortalecendo laços e ampliando a rede de apoio ao projeto.

No período da tarde, seguimos para uma visita técnica à Usina da Engie. A experiência permitiu conhecer as instalações e compreender o funcionamento operacional da usina, dialogar sobre suas iniciativas socioambientais e o apoio prestado a projetos sociais da região. Encerramos o roteiro externo com uma visita à igreja histórica Salto Osório, espaços que evocam memórias de diferentes gerações e reforçam a importância da preservação patrimonial como instrumento de identidade comunitária.

Ainda que o tempo limitado tenha impossibilitado a visita a alguns pontos históricos e autoridades do município, as atividades desenvolvidas ao longo desses dias revelaram-se profundamente significativas para o avanço do Projeto Sigismundo. O intercâmbio de experiências, o fortalecimento de parcerias e o engajamento da população demonstram o potencial transformador da iniciativa, que articula memória, educação e responsabilidade social.

É relevante destacar que, após a presença do museólogo e chefe da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná, o projeto ganhou ampla visibilidade nos meios de comunicação locais. Essa repercussão despertou maior interesse da população: diversos moradores procuraram a Sala Memorial Sigismundo Gdaniec para conhecer o acervo, visitar os espaços e, em muitos casos, contribuir com novas doações.

Pesquisadores também se aproximaram com questionamentos, comentários e propostas de colaboração, enriquecendo o diálogo acadêmico em torno do patrimônio guardado pela instituição. A mobilização alcançou inclusive profissionais que, ao revisar seus arquivos pessoais, localizaram documentos que a história havia quase silenciado. Foi o caso de um engenheiro do município, que encontrou um antigo projeto arquitetônico elaborados anos antes, o qual previa a criação de um museu para o colégio, documento que havia se perdido no tempo e que, agora recuperado, integra-se ao conjunto de memórias que fundamentam e inspiram o Projeto Sigismundo.

Figura 5-Projeto Espaço Memorial (2013)

FONTE: Arquivo disponível no acervo da Sala Memorial, 2025

As experiências desenvolvidas ao longo desse processo evidenciaram que a preservação da memória e do patrimônio cultural depende da articulação entre diferentes sujeitos, instituições e práticas sociais. As visitas técnicas, os encontros institucionais e os diálogos estabelecidos contribuíram para a ampliação das redes de cooperação voltadas à preservação e difusão das referências históricas locais, fortalecendo a atuação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec como espaço de educação patrimonial e História Pública. Nesse contexto, as ações realizadas demonstraram que a construção e a difusão do conhecimento histórico constituem processos coletivos, sustentados pela participação da comunidade, pela cooperação institucional e pelo reconhecimento da importância social do patrimônio cultural. A experiência analisada reforça, portanto, o potencial dos espaços de memória como instrumentos de preservação, pesquisa e mediação entre a escola, a comunidade e suas referências históricas.

3.4 Ações Educativas e Formação Patrimonial

Com o fortalecimento do projeto, a equipe legislativa assumiu o compromisso de buscar recursos para ampliar o espaço ao lado da sala conforme as regras pertinentes à

museologia, aproveitando a localização privilegiada do município e alguns traços do antigo projeto proposto em 2013.

As atividades desenvolvidas ao longo do mês de março representaram um momento significativo no processo de consolidação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec. Cada encontro, visita e diálogo estabelecido nesse período contribuiu para reafirmar a importância da memória de Padre Sigismundo e para mobilizar a população em torno de um patrimônio que, até então, estava adormecido.

3.4.1 O evento memorial de maio de 2025

Com a chegada do mês de abril de 2025 as atenções se voltaram para a organização de um evento de memória em homenagem ao sacerdote, cuja passagem ocorreu em 13 de maio, data que, há décadas, ressoa profundamente entre os moradores da região. A preparação do evento constituiu-se exercício coletivo de sensibilidade histórica, planejamento e responsabilidade social.

Mesmo em um cenário ainda marcado pela ausência de recursos financeiros externos, o projeto encontrou força na participação ativa dos estudantes dos cursos técnicos em Administração (ADMI) e Formação Docente Inicial (FDI) do Colégio Estadual Padre Sigismundo. Foram eles que ajudaram em parte fundamental da organização e do atendimento ao público, aproximando-se da prática museológica por meio de uma experiência formativa concreta.

A atuação dos alunos conferiu vitalidade ao evento e dialogou diretamente com os princípios da educação patrimonial, tal como defendem Fonseca (2005), ao promover a compreensão crítica dos bens culturais por meio da vivência, da interação e da construção coletiva de significados. O envolvimento estudantil demonstrou que preservar a memória não é apenas um ato institucional, mas um processo educativo capaz de formar sujeitos conscientes de seu papel na sociedade.

Os discentes foram previamente capacitados e organizou-se um espaço de recepção aos visitantes, seguido da apresentação da proposta do memorial. Em seguida, os grupos eram conduzidos à sala expositiva, onde podiam conhecer o acervo e compreender o contexto histórico de cada item. Para potencializar essa visita mediada, foi produzido um vídeo⁴⁴ de curta-metragem, utilizado como recurso de apoio.

⁴⁴ Link do vídeo: <https://youtu.be/aEEWXR26zA>

Inicialmente, a proposta previa uma semana intensiva de atendimento ao público. No entanto, entre os dias 12 e 16 de maio, a procura superou todas as expectativas: foram registrados 1.123 visitantes em livro oficial, com permanência média de 50 minutos por grupo. A alta demanda, especialmente por parte de escolas, instituições e autoridades locais, motivou a criação de um canal de contato para agendamentos ao longo do ano, ampliando o acesso ao memorial.

Ao final da ação, foram recebidos diversos retornos positivos, agendamentos futuros foram confirmados e o projeto ganhou visibilidade na imprensa local. Houve também um notável crescimento nas redes sociais do projeto: entre 16 de abril e 16 de maio de 2025, foram realizadas 14 publicações que alcançaram 11.894 visualizações no Instagram, demonstrando a ampla repercussão da iniciativa e sua inserção no imaginário coletivo. Nesse sentido, o que Nora (1984, p.13) define como “lugares de memória” manifesta-se não apenas na materialidade do espaço, mas também nas práticas sociais que o legitimam como um referencial simbólico.

Apesar do sucesso, permanece o desafio da manutenção do espaço em funcionamento contínuo, uma vez que o projeto ainda não contava com financiamento externo e depende do trabalho voluntário. No mês de junho, foram agendados dois dias de visita à Sala Memorial, que resultaram na participação de 260 visitantes. A ação reforçou o interesse contínuo do público pelo espaço e evidenciou o potencial educativo e cultural do acervo disponível.

3.4.2 Participação em eventos regionais e expansão institucional

O mês de julho marcou um momento decisivo para o fortalecimento institucional da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec: A participação no Encontro Regional de Museus, realizado em Cascavel, proporcionou uma experiência que contribuiu para ampliar a formação museológica da equipe. Ao longo do evento, foi possível compartilhar trajetórias, desafios e práticas de preservação, ampliando a inserção da Sala Memorial no cenário museológico paranaense e estabelecendo vínculos que, posteriormente, podem ser parcerias efetivas.

Paralelamente, a Sala Memorial foi convidada a integrar a feira de exposição do município, oportunidade que contribuiu para a ampliação de sua visibilidade pública e para o reconhecimento da relevância sociocultural do projeto. Nesse mesmo período, iniciaram-se as pesquisas para a produção de um documentário voltado à história

regional, com ênfase na coleta de depoimentos de moradores e lideranças comunitárias. Essa iniciativa, fundamentada na perspectiva da história oral, buscou registrar e valorizar memórias que compõem o tecido sociocultural de Quedas do Iguaçu e de seu entorno, alinhando-se às propostas de preservação da memória coletiva.

3.4.3 Formação de estudantes-monitores e educação patrimonial

No mês de setembro de 2025, avançamos no processo de institucionalização do projeto, foi formado um grupo de estudantes que demonstraram maior engajamento, responsabilidade e afinidade com as ações da Sala Memorial. A seleção foi conduzida com base em critérios previamente definidos, contemplando desempenho acadêmico, comprometimento e interesse por atividades de preservação patrimonial, assegurando transparência e responsabilidade no processo.

Após a seleção, os estudantes iniciaram um percurso estruturado de formação, que envolveu leituras orientadas, oficinas temáticas, aulas teóricas e práticas sobre conservação preventiva, manejo e manipulação de itens históricos, catalogação, registro e organização de acervos. Foram igualmente enfatizadas as normas de segurança, as responsabilidades atribuídas aos monitores e os princípios éticos relacionados ao cuidado e salvaguarda dos objetos históricos. Para otimizar a comunicação, foi criado um grupo de WhatsApp que se consolidou como ferramenta cotidiana de monitoramento, compartilhamento de orientações e resolução de dúvidas.

A atuação dos estudantes tem caráter voluntário, mas é acompanhada por processos formativos contínuos e certificação institucional, valorizando o protagonismo juvenil na preservação da memória local e alinhando-se às diretrizes de educação patrimonial. Essa ação caracteriza uma prática de educação patrimonial, na qual os estudantes deixam de ser apenas observadores do passado e passam a atuar como sujeitos no processo de preservação da memória coletiva. Ao cuidar e organizar os objetos, os alunos estabelecem uma relação concreta com a história local, compreendendo que preservar é também uma forma de produzir conhecimento histórico.

Imagem 16-Grupo de Alunos Monitores da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec.⁴⁵



Fonte: Acervo da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, 2025.

Na imagem acima, é possível visualizar os alunos monitores da Sala Memorial posando para a fotografia⁴⁶, após a confraternização e entrega dos certificados.

Em outubro de 2025, a equipe da Sala Memorial participou da 5ª Expo Quedas, evento de abrangência regional que reúne expositores de diferentes setores econômicos, culturais⁴⁷ e institucionais. A participação no evento possibilitou a divulgação do projeto para um público ampliado, favorecendo o contato com diferentes segmentos da comunidade e ampliando a visibilidade das ações desenvolvidas no âmbito da preservação patrimonial.

Para a exposição, foi disponibilizado um espaço específico destinado à apresentação de parte do acervo da Sala Memorial, com apoio logístico da Secretaria Municipal de Cultura e da Prefeitura Municipal. A estrutura oferecida permitiu a exposição dos materiais históricos em condições adequadas de conservação e acesso ao público.

⁴⁵ Os estudantes identificados na fotografia possuem Termo de Autorização para Uso de Imagem devidamente assinado por seus responsáveis legais, encontrando-se a documentação arquivada junto à documentação institucional.

⁴⁶ Da esquerda para a direita, na primeira fileira, encontram-se: Dynaiara, Pedro, Diovane, Wesley, Nathaly, Emanuel, Larissa, Emanuelli, a autora desta pesquisa, Janete Rodrigues e Érika. Na segunda fileira, da esquerda para a direita, estão: Alécia, Yuri, Maria, Júlia e Kauan.

⁴⁷ Entre as atrações musicais do evento, destacaram-se apresentações de artistas do sertanejo contemporâneo, como Ana Castela, Marcos & Belutti, Jorge & Mateus, Thaeme & Thiago e Grupo Traia Véia, além de músicos e grupos regionais. A expressiva participação do público contribuiu para ampliar a visibilidade do estande da Sala Memorial, possibilitando que visitantes conhecessem o projeto, seu acervo e as ações desenvolvidas em prol da preservação da memória e do patrimônio histórico local.

Durante os cinco dias de programação, realizados entre 15 a 19 de outubro de 2025, o intenso fluxo de visitantes favoreceu a difusão do projeto e estimulou o diálogo com moradores, pesquisadores e representantes de diferentes instituições. Além de ampliar o acesso às referências históricas locais, a participação no evento possibilitou a coleta de novos relatos, informações e indicações de fontes documentais, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa.

A organização do estande contou com a atuação de estudantes-monitores, responsáveis pelo atendimento aos visitantes, pela mediação das informações históricas e pelo acompanhamento do acervo exposto. Essa experiência proporcionou aos participantes contato direto com atividades relacionadas à gestão e à difusão do patrimônio cultural, ampliando sua participação nos processos de educação patrimonial e História Pública.

As atividades foram acompanhadas pela pesquisadora responsável e pela professora Sônia Barreto, que atuaram na organização e supervisão dos trabalhos. A presença das responsáveis contribuiu para a coordenação das atividades e para a observância dos procedimentos relacionados à preservação e à exposição do acervo.

A Figura 20 registra a participação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec na 5ª Expo Quedas. A imagem apresenta o espaço expositivo organizado para o evento, incluindo as mesas destinadas à apresentação dos objetos históricos e os materiais gráficos produzidos para divulgação das atividades. A participação na feira constituiu uma oportunidade de ampliar a interação entre a escola e a comunidade, favorecendo a circulação de informações históricas e o fortalecimento das ações de preservação do patrimônio cultural local.

Imagem 17- Foto com o Prefeito Rafael Moura na 5 Expoquedas



FONTE: Arquivo pessoal. (Rodrigues, 2025).

Da esquerda para a direita, encontram-se a professora Sônia Barreto, o aluno monitor Pedro Henrique, o prefeito Rafael Moura - trajando camiseta e boné personalizados com o nome do município, a aluna monitora Dynaiara Martins e a autora do estudo. Essa participação contribuiu significativamente para o fortalecimento das ações da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, cuja consolidação institucional vem se intensificando nos últimos meses.

3.4.4 A Lei Aldir Blanc e a produção de materiais didáticos

Nesse contexto, é importante destacar que em setembro, foi publicado o edital municipal da Lei Aldir Blanc. Diante dessa oportunidade, a pesquisadora e a professora Sônia Barreto submeteram a proposta da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, com o propósito de ampliar sua estrutura e seu alcance sociocultural. Após a elaboração da proposta, realizamos uma revisão criteriosa, tomando como referência os princípios estudados anteriormente nos cursos da Enap, especialmente no que se refere à fundamentação teórica, à clareza dos objetivos e à justificativa sociocultural.

Entre as ações previstas para serem desenvolvidas com o recurso, destacaram-se: à aquisição de quatro vitrines museológicas (aquários), estruturas em vidro com chave

de segurança, apropriadas para a exposição e a proteção de itens sensíveis. Esses equipamentos passaram a abrigar parte do acervo mais antigo e de maior valor, assegurando condições adequadas de preservação preventiva e aprimorando a visualização dos objetos pelo público visitante. Mais a realização de um evento de exposição pública; pequenos reparos na Sala Memorial; a compra de materiais básicos para a organização do acervo; e a elaboração e divulgação de cinco tipos de materiais⁴⁸ didáticos destinados às escolas municipais. Cabe ressaltar que os jogos foram concebidos com rigor histórico, constituindo produtos inéditos, impressos em gráfica profissional e confeccionados com materiais de qualidade, garantindo durabilidade e adequada aplicação em ambiente escolar.

O projeto evidenciou a relevância histórica, cultural e educativa do espaço memorial e, ao término do processo seletivo, fomos contempladas. Embora a Sala Memorial já estivesse vinculada à APMF da escola, foi necessário abrir uma conta exclusiva no Banco do Brasil para o recebimento e a gestão do recurso. Todo esse procedimento foi viabilizado com maior agilidade graças ao apoio do diretor do Colégio, senhor José Carlos, cuja familiaridade com os trâmites administrativos, burocráticos e de transparência facilitou significativamente o processo.

Com o recurso obtido, foi possível desenvolver alguns materiais educativos especialmente pensados para fortalecer o trabalho pedagógico e ampliar a visibilidade da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec. Entre os produtos elaborados, destaca-se uma caixa personalizada em MDF, criada para acondicionar os materiais de forma organizada. Também foram produzidos jogos da memória e quebra-cabeça em MDF, ambos ilustrados com imagens e informações históricas significativas do município, além do tradicional jogo Stop, adaptado para valorizar conteúdos locais.

Outro material de relevância foi o livrinho didático, cuja capa recebeu uma bela personalização criada pela aluna do Colégio Estadual Padre Sigismundo, Amanda Eloisa, do 3º Ano do curso Técnico em Administração. A publicação reúne informações atualizadas e essenciais sobre a história do município, apresentadas com linguagem acessível, porém sustentadas por rigor informativo. Complementando o conjunto, foi produzido uma apostila com informações históricas institucionais do Colégio Estadual

⁴⁸ O material didático foi composto por cinco jogos pedagógicos, um livro-resumo e um manual contendo as orientações de aplicação e os respectivos gabaritos, elaborados especificamente para subsidiar as atividades desenvolvidas e posteriormente encaminhados às instituições de ensino participantes.

Padre Sigismundo, acompanhada de um manual de jogos e atividades, destinado a orientar professores no trabalho com turmas do 5º ano do Ensino Fundamental I.

O objetivo central dessa produção foi criar e qualificar os materiais didáticos relacionados à história do município, contribuindo para o ensino da memória local e fortalecendo a identidade cultural das crianças. Ao mesmo tempo, os recursos criados servem para divulgar o espaço da Sala Memorial, aproximando o grupo escolar e a população do processo de preservação e valorização do patrimônio histórico de Quedas do Iguaçu.

Imagem 18-O conjunto de materiais enviado para as escolas.



FONTE: Arquivo pessoal. (Rodrigues, 2025).

O investimento representou um avanço importante no desenvolvimento do espaço, reafirmando o compromisso da Sala Memorial com as boas práticas museológicas e com o aprimoramento contínuo de suas ações de preservação e divulgação do acervo.

3.4.5 Exposições públicas e valorização da memória coletiva

No dia 31 de outubro, a Sala Memorial teve a oportunidade de participar de uma nova exposição pública no Centro de Cultura de Quedas do Iguaçu, apresentando novamente parte de seu acervo. Para atender o público ao longo do período de visitação,

manhã, tarde e noite, foi organizada a escala de atuação dos estudantes-monitores, cujo trabalho voluntário consistiu na mediação cultural, na orientação dos visitantes e no suporte à proteção dos objetos expostos.

Durante o evento, a Sala Memorial recebeu uma homenagem especial do Curso de Formação de Docentes do Colégio Estadual Padre Sigismundo, por meio da apresentação teatral intitulada “Uma história em Quedas do Iguaçu”. A peça dramatizou passagens marcantes da trajetória do padre Sigismundo Gdaniec, ressaltando sua contribuição para o desenvolvimento educacional, espiritual e comunitário do município, bem como a importância do trabalho contemporâneo de preservação da memória local.

O ápice da apresentação ocorreu quando a narrativa teatral promoveu um encontro simbólico entre o Padre Sigismundo e os atuais gestores da instituição. Nesse momento, o sacerdote, representado pelo estudante Antony Moreira era informado sobre os acontecimentos posteriores à sua partida, em 1994, incluindo as ações que culminaram na criação da Sala Memorial. A interpretação foi bem recebida pelos participantes, que destacaram a representação de características associadas à trajetória e à personalidade do Monsenhor Sigismundo Gdaniec.

A encenação adotou o formato de telejornal, intercalando reportagens, dramatizações e intervalos comerciais que destacavam comerciantes locais apoiadores do projeto cultural, recurso cênico que aproximou o público das histórias narradas. A direção da peça ficou sob a responsabilidade da professora Myriam Macagnan, coordenadora do Curso de Formação de Docentes, ex-integrante da equipe do Teatro Guaíra, em Curitiba e também do Teatro Municipal Naura Rigon, de Pato Branco. Sua condução artística imprimiu à apresentação um elevado nível de sofisticação técnica e sensibilidade poética, evidenciando a potência da articulação entre educação, arte e memória.

O evento formativo reafirmou a relevância social do projeto da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec como espaço de produção, preservação e difusão de referências históricas compartilhadas pela comunidade.

Conforme defendem José Reginaldo Santos Gonçalves (2007), projetos dessa natureza contribuem para a construção de vínculos sociais, para a preservação da memória e para a formação de sujeitos históricos. As relações estabelecidas, o engajamento da comunidade e o reconhecimento institucional evidenciam que o projeto da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec extrapola o âmbito acadêmico, constituindo-se

como uma iniciativa voltada à preservação do patrimônio cultural, à construção de referências identitárias coletivas, ao reconhecimento da memória social e ao desenvolvimento de práticas de cidadania.

Esse processo evidencia que a memória se constitui de forma plural e socialmente construída, sendo produzida por diferentes sujeitos que mobilizam narrativas, objetos, experiências e referências históricas em sua elaboração. A preservação desse espaço contribui para o reconhecimento da diversidade de experiências que compõem a trajetória da comunidade, ao mesmo tempo em que favorece a participação social e reforça o papel da História Pública na ampliação do acesso ao patrimônio cultural e aos processos de construção da memória.

As ações educativas desenvolvidas demonstram o potencial dos espaços de memória como recursos pedagógicos voltados à formação histórica e patrimonial. Ao participarem das atividades da Sala Memorial, os estudantes passaram a atuar diretamente em processos de pesquisa, organização, preservação e difusão de referências históricas locais, ampliando sua compreensão acerca da importância do patrimônio cultural e de sua preservação.

3.5 Formação Museológica e Perspectivas de Consolidação da Sala Memorial

O encerramento do ano letivo de 2025 coincidiu com um período de intensa mobilização acadêmica e institucional em torno da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec. Entre as demandas internas da escola, a organização do acervo e a finalização das etapas desta pesquisa, emergiram também oportunidades de formação e diálogo profissional que ampliaram significativamente o alcance do trabalho desenvolvido. A participação no Encontro Regional de Museus, realizado em Cascavel, desencadeou uma série de desdobramentos relevantes, entre eles o convite para participar do 9º Encontro de Museus do Paraná, sediado em Curitiba.

O convite chegou em outubro, perto do encerramento do ano letivo, período marcado por prazos, relatórios, fechamento de atividades e intensa dedicação ao acervo. Ainda assim, reconhecendo a importância estratégica da formação continuada e o potencial impacto desse evento na qualificação técnica e institucional da Sala Memorial, organizei agenda e recursos para participar. A decisão se revelou fundamental, pois a experiência proporcionou novos aprendizados, ampliou redes de parceria e fortaleceu a compreensão sobre práticas contemporâneas de gestão, conservação e educação museal.

O evento teve início no dia 17 de novembro, no Auditório Poty Lazzarotto, em Curitiba. Logo pela manhã, o Painel 1 – Gestão de Museus: Desafios Atuais apresentou uma análise profunda sobre as transformações que afetam diretamente as instituições museológicas. Debateram-se temas como sustentabilidade, governança, inovação tecnológica e políticas públicas, dimensões fundamentais para quem atua na gestão de espaços culturais⁴⁹.

No período da tarde, realizou-se a abertura oficial do evento, que contou com a participação de diversas autoridades e representantes de instituições culturais⁵⁰, destacando-se o pronunciamento da secretária de Estado da Cultura do Paraná (SEEC), Luciana Casagrande Pereira Ferreira. Em seguida, fomos conduzidos à conferência “Salvar Memórias, Cuidar do Futuro: Museus, Desastres e Resistência”, ministrada por Doris Rosangela Freitas do Couto. A palestrante compartilhou relatos importantes sobre o enfrentamento das enchentes no Rio Grande do Sul e sobre como a resistência das equipes e da população salvaguardou acervos ameaçados. Mostrou, com profundidade e sensibilidade, que preservar memórias em tempos de crise é também um ato político e ético, capaz de assegurar que os vestígios do passado sobrevivam aos imprevistos do presente.

O segundo dia foi marcado por uma sequência intensa de debates técnicos e teóricos. No Painel 2 - Gestão de Acervos: Práticas de Conservação Preventiva, especialistas da EMBAP, do MON e do Museu de Arte Indígena discutiram ambientes de guarda, documentação, controle de riscos e práticas essenciais para evitar danos ao acervo. O intercâmbio de experiências tornou o debate ainda mais enriquecedor.

Em seguida, o Painel 3 – Profissionalização e Qualificação em Museus abordou as necessidades de valorização dos agentes museais, destacando iniciativas de formação continuada e a importância da institucionalização da educação museal como campo de saber. Participaram representantes da EMBAP, do Claretiano e do COREM/5ª Região.

⁴⁹ Participaram da atividade representantes de importantes instituições museológicas do Paraná: Museu Paranaense (MUPA), representado por Gabriela Ribeiro Bettega; Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS), por Mirele Camargo; Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC), por Juliane Fuganti Casagrande; Museu Casa Alfredo Andersen (MCAA), por Luiz Gustavo Vardanega Vidal Pinto; Museu Oscar Niemeyer (MON), por Juliana Vellozo Almeida Vosniak; e Museu de Imagem e Áudio (MIA), por Carolina Valentim. As discussões promovidas pelos profissionais contribuíram para a compreensão dos desafios, responsabilidades e práticas que caracterizam o campo museológico contemporâneo.

⁵⁰ Participaram da atividade Eliete de Souza Vilela; representantes da Reitoria da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Curitiba; representante do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); Juliana Vosniak, representante do Museu Oscar Niemeyer (MON); André Avelino da Silva, diretor da Diretoria de Memória, Patrimônio Cultural e Museus da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (DMPC/SEEC); e Loa Campos, coordenadora regional do Ministério da Cultura no Paraná (MINC/PR).

O Painel 4 – Rede de Educadores de Museus do Paraná (REM-PR) reforçou a importância do trabalho em rede, evidenciando como a articulação entre educadores, instituições e o público fortalece práticas educativas transformadoras.

Por fim, o Painel 5 – Sistema Estadual de Museus do Paraná: Histórico e Perspectivas recuperaram diferentes gestões do COSEM-PR entre 2003 e 2020, apresentando avanços, tensões e projeções para o futuro da política museal no estado.

O terceiro e último dia foi dedicado às oficinas práticas. Optei pela atividade “Como nasce um museu? Ferramentas e processos de criação do Programa de Extensão Comunitária do Centre Pompidou Paraná”, ministrada por Priscila de Moraes. A oficina apresentou, com profundidade teórica e metodológica, como novos museus podem emergir a partir da escuta ativa, da valorização de identidades locais e da articulação com agentes culturais.

Sob o enfoque da museologia social, discutimos estratégias que vêm sendo desenvolvidas em Foz do Iguaçu, incluindo processos de reconhecimento territorial e participação coletiva na formulação das diretrizes do futuro museu da região. Foi uma experiência formativa que dialogou diretamente com a realidade da Sala Memorial, fortalecendo a compreensão do papel social e cultural que um espaço de memória pode exercer.

Após o retorno ao município, foram retomadas as atividades desenvolvidas na Sala Memorial Sigismundo Gdaniec e no Colégio Estadual Padre Sigismundo. Entre as ações realizadas, destacaram-se a recepção de grupos de visitantes e o acompanhamento de atividades voltadas à aproximação da comunidade com o patrimônio histórico local. Também foram desenvolvidas atividades relacionadas à organização, montagem e distribuição de kits educativos destinados às escolas municipais, iniciativa que reforçou o compromisso da Sala Memorial com a educação patrimonial e com a difusão do conhecimento histórico entre crianças e jovens.

Nesse mesmo período, realizamos o evento de premiação da estudante responsável pela ilustração da capa do livro educativo produzido para o projeto. A cerimônia, além de celebrar o talento e a sensibilidade estética da aluna, evidenciou o protagonismo juvenil na construção de narrativas sobre o patrimônio local. Esse momento, carregado de simbolismo, reafirmou que iniciativas de memória e educação se fortalecem quando incorporam a criatividade e a participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo formativo.

Figura 6-Desenho desenvolvido para o material didático.



FONTE: Acervo da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, 2025.

A figura 7 retrata uma ilustração colorida desenvolvida por uma aluna do Colégio Estadual Padre Sigismundo. Nela, um senhor idoso, vestido com roupas típicas do Rio Grande do Sul, chapéu, lenço vermelho e botas, região de onde vieram parte dos imigrantes poloneses que habitam a localidade, está sentado em uma cadeira de balanço lendo um livro intitulado '*Quedas do Iguaçu*.' À sua frente, uma criança sentada no chão a escuta atentamente, olhando para ele com expressão de interesse e encantamento.

Acima deles, dentro de um grande balão de pensamento, aparecem paisagens naturais, árvores, montes verdes, um rio e uma cachoeira, como se representassem as memórias, as histórias ou os cenários descritos no livro. O título ilustrado na parte

superior diz: “História, memória e interação”, reforçando a ideia de transmissão de conhecimento entre gerações. É uma cena que simboliza o diálogo entre passado e presente, com foco na cultura, na memória e na educação.

Concomitantemente às ações de preservação e difusão do acervo, participei da elaboração dos relatórios técnicos, pareceres e documentos comprobatórios referentes à aplicação dos recursos destinados pela Lei Aldir Blanc. A minha atuação concentrou-se no apoio ao processo documental e técnico, não envolvendo responsabilidades relativas ao recebimento dos recursos e ao pagamento dos fornecedores.

Ainda assim, essa colaboração, desenvolvida com rigor metodológico e respeito às normativas vigentes, contribuiu para fortalecer os procedimentos de transparência da gestão e para assegurar a legitimidade das ações empreendidas. É uma etapa muitas vezes discreta, porém essencial para o fortalecimento das políticas culturais e para a consolidação de iniciativas que, como a Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, integram memória e educação em um mesmo horizonte de sentido.

Imagem 19-Vista geral da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec



FONTE: Arquivo pessoal. (Rodrigues, 2026).

A imagem anterior, é composta por um conjunto de quatro imagens que apresentam diferentes ângulos e setores da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec. À

fotografia A observa-se o corredor de entrada do espaço, onde se encontram expostos quadros pertencentes ao colégio, integrantes da coleção comemorativa dos 500 anos do Brasil, representando marcos significativos da história nacional. Em paralelo, dispõem-se de pinturas produzidas por alunos ao longo dos anos, organizadas em perspectiva de linha do tempo, evidenciando processos de aprendizagem e apropriação da memória histórica.

Na fotografia B, destaca-se parte do acervo bibliográfico incorporado ao espaço no ano de 2025, constituído por obras de relevante valor histórico. Ao fundo, na porção superior direita, visualizam-se as estantes destinadas ao arquivamento e à organização documental do acervo.

Na fotografia C, evidenciam-se os aquários de vidro adquiridos com recursos provenientes da Lei de Incentivo à Cultura, destinados à preservação de objetos históricos, entre eles a escrivanhina e a batina do Monsenhor Sigismundo Gdaniec. Na fotografia D, observa-se a visão de chegada ao espaço expositivo, evidenciando sua organização funcional e estrutura de apoio. A Sala Memorial dispõe de computador e impressora colorida com scanner, equipamentos utilizados nas atividades administrativas, nos processos de catalogação e na organização do acervo. O espaço conta com câmeras de segurança e climatização, elementos essenciais às práticas de conservação preventiva, contribuindo de maneira decisiva para a preservação adequada dos bens históricos ali salvaguardados.

Estas ações demonstram que a consolidação de um espaço de memória exige planejamento técnico, articulação institucional e compromisso com a comunidade. A experiência relatada evidencia que a preservação do patrimônio cultural resulta da combinação entre procedimentos sistemáticos, fundamentação teórica, participação social e iniciativas voltadas à construção de referências históricas e identitárias compartilhadas.

3.6 Considerações finais do capítulo

A análise desenvolvida neste capítulo permitiu compreender que a constituição da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec ultrapassa a criação de um espaço destinado à preservação de objetos e documentos, configurando-se como uma iniciativa que articula memória, educação e patrimônio. O processo de implantação evidenciou que a preservação patrimonial depende da mobilização de diferentes sujeitos, da construção

de parcerias institucionais e da adoção de práticas que possibilitem a participação da comunidade na produção e difusão do conhecimento histórico.

Sob a perspectiva da História Pública e da educação patrimonial, a experiência demonstrou que os espaços de memória podem atuar como instrumentos de mediação entre a escola e a sociedade, favorecendo a circulação de saberes, o reconhecimento de referências históricas locais e a ampliação do acesso ao patrimônio cultural. Nesse sentido, a Sala Memorial consolidou-se como um ambiente voltado não apenas à salvaguarda de acervos, mas também à formação de sujeitos capazes de compreender e problematizar os processos históricos que constituem a realidade local.

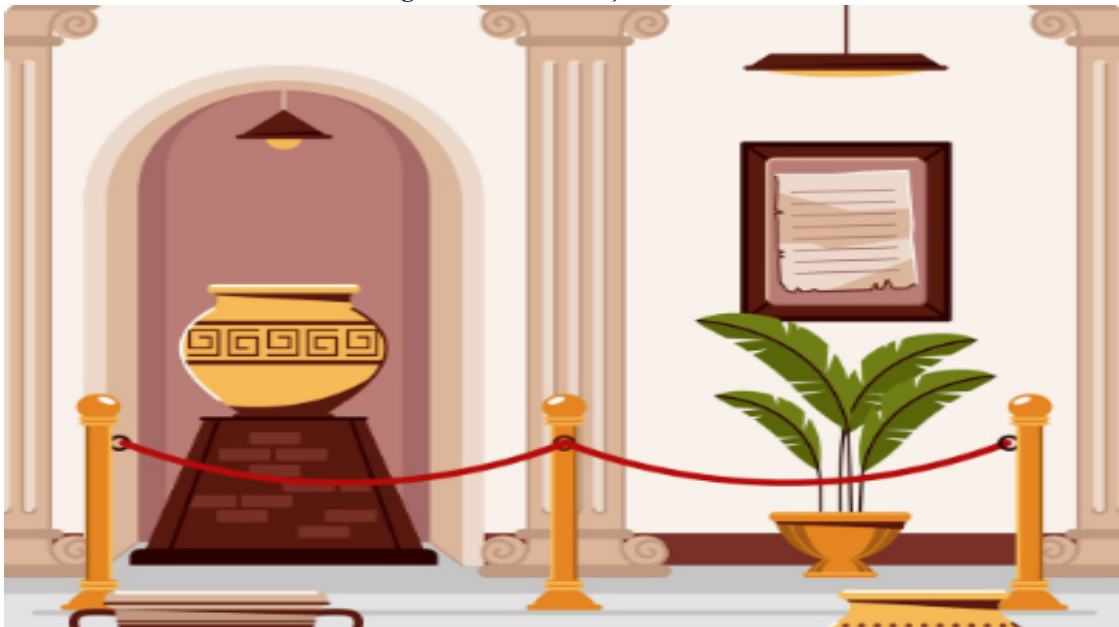
Ao mesmo tempo, os desafios identificados ao longo da implementação reforçam a necessidade de planejamento contínuo, apoio institucional e políticas de preservação que garantam a sustentabilidade dessas iniciativas. A experiência analisada evidencia que a permanência e o fortalecimento de espaços dessa natureza dependem tanto de recursos materiais quanto do envolvimento dos diferentes agentes sociais comprometidos com a preservação do patrimônio cultural.

Dessa forma, o percurso apresentado neste capítulo demonstra que a Sala Memorial Sigismundo Gdaniec se constituiu como um espaço de produção e socialização do conhecimento histórico, contribuindo para aproximar comunidade, escola e patrimônio. As reflexões decorrentes dessa experiência fundamentam a elaboração da cartilha orientadora apresentada a seguir, concebida como um instrumento teórico-metodológico destinado a subsidiar a criação e a organização de salas de memória em diferentes contextos educacionais e comunitários.

CAPÍTULO 4

CARTILHA PRÁTICA

Figura 7-Uma ilustração de Museu



Fonte: Freepik (2024). Adaptação da autora (2026).

Este capítulo apresenta os caminhos que resultaram na Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, compreendendo como o material didático é instrumento de valorização da memória coletiva, além de constituir-se como elemento de mediação entre o grupo escolar e a história local. A proposta está ancorada nos princípios da História Pública e da Museologia Social, perspectivas que entendem o conhecimento histórico como um saber construído em diálogo com a sociedade, voltado à valorização das experiências e das memórias de um grupo.

É importante destacar que a História Pública defende a produção do conhecimento histórico além dos limites acadêmicos, ou seja, que alcance a comunidade, tornando-se acessível, participativa e socialmente significativa. Assim, a História deixa de ser apenas registro do passado e passa a constituir-se como instrumento de reconhecimento, pertencimento e cidadania. Ao analisar o processo de imigração, colonização e escolarização em Quedas do Iguaçu, esta cartilha assume a função de trazer ao público uma memória que, muitas vezes, permanece restrita aos relatos orais e os documentos dispersos.

A cartilha tem como objetivo dialogar com os princípios da Museologia Social, a qual compreende o patrimônio como um conjunto de objetos, práticas, saberes,

narrativas e vivências que constituem os valores da sociedade, exemplo a escola deixa de ser entendida somente como espaço de ensino formal e passa a ser reconhecida como lugar de memória, um patrimônio vivo que guarda as marcas do processo histórico de formação do município.

Este material também busca trazer a informação estimulando a reflexão crítica sobre os processos de construção da memória coletiva e da história local. Ao inserir a comunidade como participante da preservação patrimonial, o material contribui para democratizar o acesso ao conhecimento histórico e fortalecer práticas de educação patrimonial em diferentes contextos.

Neste contexto, a proposta articula a história da imigração e da criação da escola aos objetivos educacionais contemporâneos, possibilitando que os estudantes reconheçam sua própria história. Compreendendo que o espaço escolar foi construído a partir do esforço coletivo, assim os alunos passam a valorizá-lo não apenas como local de aprendizagem, mas como símbolo de luta, organização social e construção da cidadania.

O capítulo também traz uma reflexão sobre os museus no Paraná, contextualizando historicamente os processos de institucionalização da memória, as políticas de preservação e a consolidação das práticas museológicas no estado, compreendendo esses espaços como agentes de educação, participação coletiva e formação cidadã.

A partir dessa perspectiva, o texto assume caráter propositivo e reflexivo ao apresentar um roteiro-síntese construído com base em dois anos de implementação, organização e dinamização do espaço.

Este roteiro propõe-se, a funcionar como instrumento orientador para futuras iniciativas, oferecendo parâmetros que possam subsidiar experiências semelhantes em outros contextos, sempre ancoradas no compromisso com a preservação patrimonial, a educação histórica e a valorização cultural.

4.1 Percursos dos museus no Paraná

O percurso histórico dos museus no Paraná revela um processo marcado por transformações que acompanham mudanças mais amplas ocorridas no campo do patrimônio cultural no Brasil. Inicialmente vinculados a uma concepção erudita e centralizadora da memória, os museus paranaenses, assim como em outras regiões do

país, estavam associados à construção de uma identidade regional alinhada ao projeto nacional, priorizando narrativas oficiais e objetos legitimados por especialistas. Essa perspectiva tradicional contribuiu para consolidar uma memória oficial frequentemente desvinculada das experiências cotidianas das comunidades locais. Em contraposição, as abordagens contemporâneas da museologia social e da História Pública passaram a defender a valorização das memórias comunitárias, reconhecendo que diferentes grupos sociais também produzem referências históricas legítimas e fundamentais para a compreensão do passado.

As primeiras iniciativas museológicas no estado, surgidas entre o final do século XIX e o início do século XX, estavam fortemente relacionadas aos ideais de “progresso”, cientificismo e ordenamento do conhecimento. Nesse período, os museus assumiram predominantemente o papel de instituições voltadas à coleta, classificação e exposição de objetos representativos da história natural, da arqueologia e da memória oficial, mantendo-se, várias vezes, distantes das experiências cotidianas das populações locais. Essa perspectiva relaciona-se com o modelo tradicional de museu descrito por Gonçalves (2003), onde o patrimônio surge como algo a ser preservado por especialistas e apresentado ao público de forma verticalizada. A partir da segunda metade do século XX, especialmente com o avanço das discussões sobre patrimônio cultural e museologia social, podemos observar no Paraná um movimento de ressignificação do papel dos museus. Influenciadas pelas diretrizes da Nova Museologia e por debates internacionais, essas instituições passam a ser compreendidas como espaços de diálogo, participação comunitária e construção coletiva de sentidos. De acordo com Chagas (2009), os museus contemporâneos assumem funções sociais mais amplas, configurando-se como espaços de diálogo, mediação cultural e construção coletiva de sentidos. Nesse contexto, o Paraná apresenta uma diversidade significativa de experiências museológicas distribuídas em diferentes regiões do estado. Museus históricos municipais, museus comunitários, ecomuseus, centros de memória e salas de memória passam a compor o cenário cultural paranaense, refletindo especificidades locais e valorizando trajetórias sociais anteriormente marginalizadas pelas narrativas oficiais.

Conforme Michael Pollak (1989), os processos de construção da memória coletiva são atravessados por disputas e seleções, fazendo com que determinadas experiências sociais permaneçam silenciadas ou marginalizadas pelas narrativas oficiais. Muitas vezes, as memórias relacionadas às populações locais, aos trabalhadores, às mulheres, aos estudantes e às experiências cotidianas foram

secundarizadas em favor de narrativas oficiais associadas às elites políticas, religiosas ou institucionais. A ampliação dos espaços de memória contribui justamente para tensionar esses silenciamentos históricos. Essas iniciativas evidenciam uma ampliação do entendimento acerca do que deve ser preservado e de quem possui legitimidade para narrar a própria história.

A criação de museus vinculados a escolas, associações comunitárias, grupos étnicos e instituições religiosas reforça essa mudança conceitual. No Paraná, experiências relacionadas à imigração europeia, às populações tradicionais e aos movimentos sociais demonstram como o patrimônio cultural pode ser mobilizado como instrumento educativo, político e social. Esses espaços atuam como mediadores entre passado e presente, promovendo práticas de educação patrimonial que estimulam o sentimento de pertencimento e a valorização da história local.

Para Santhiago (2014), tais iniciativas dialogam diretamente com os princípios da História Pública, ao deslocarem a produção do conhecimento histórico para além do espaço acadêmico e ao promoverem a participação ativa da população na construção das narrativas sobre o passado. No contexto paranaense, os museus e centros de memória tornam-se, assim, arenas de negociação simbólica, nas quais diferentes memórias disputam visibilidade e reconhecimento.

Junto a essas transformações conceituais, o Paraná destaca-se por uma trajetória institucional pioneira no campo da preservação do patrimônio cultural. O marco inicial desse processo ocorreu em 31 de agosto de 1935, com a criação do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural, instituído pela Lei Estadual nº 38, que tinha como objetivo a defesa, valorização e promoção do patrimônio cultural paranaense. Com essa iniciativa, o estado tornou-se a primeira unidade federativa brasileira oficialmente responsável pela preservação de seu acervo histórico, artístico e cultural.

Em 1948 foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, que mais tarde evoluiu para a atual Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC). Essa repartição tem desempenhado um papel essencial na identificação, catalogação e preservação dos bens culturais do estado.

Outro marco importante ocorreu em 1953, quando foi instituída a Lei Estadual nº 1.211, conhecida como Lei de Tombamento. Essa legislação estabeleceu diretrizes para o reconhecimento e proteção legal dos bens materiais e imateriais de relevância histórica e cultural paranaense.

Ao longo de mais de 88 anos, a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), vinculada à atual Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), tem desempenhado um papel fundamental na preservação da memória e identidade do Paraná. Por meio de projetos e ações estratégicas, a CPC atua na proteção, valorização e difusão do patrimônio cultural paranaense, assegurando que as gerações futuras possam conhecer e se conectar com a rica história do estado.

Entre suas principais iniciativas, do departamento é o tombamento de edificações, sítios históricos e bens culturais de relevante interesse, a restauração de monumentos e estruturas arquitetônicas, além da realização de pesquisas voltadas ao estudo e reconhecimento do patrimônio material e imaterial. A CPC também investe na educação patrimonial, oportunizando atividades que buscam conscientizar a população sobre a importância da preservação e incentivam a participação ativa da sociedade nesse processo.

É importante ressaltar que, no Estado do Paraná, o tombamento de bens culturais é regulamentado pela Lei Estadual nº 1.211/1953. Essa legislação estabelece critérios e procedimentos para a proteção dos bens que possuem valor histórico, artístico ou paisagístico significativo. Conforme o artigo 3º da referida lei, o registro dos bens tombados é realizado em quatro livros específicos, garantindo a formalização e o reconhecimento oficial dos bens preservados.

- I. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: inclui bens nas categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, bem como os monumentos naturais;
- II. Livro do Tombo Histórico: inclui bens de interesse histórico e obras de arte histórica;
- III. Livro do Tombo das Artes Aplicadas: inclui bens que se incluem na categoria das Artes Aplicadas, nacionais e estrangeiras;
- IV. Livro do Tombo das Belas Artes: inclui inscrições de arte erudita estadual, nacional ou estrangeira. (Patrimônio Cultural. 1ª Edição, Curitiba, 2024.)

A atuação contínua da Coordenação do Patrimônio Cultural tem sido essencial para a manutenção cultural do Paraná, promovendo o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação da história, assegurando que os marcos do passado permaneçam como referência para as futuras gerações.

Desde 1935, a documentação que compõe o Acervo da Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) tem desempenhado um papel fundamental na preservação e no estudo da história, arquitetura, geografia e antropologia-arqueologia do Paraná. Esse acervo reúne registros valiosos que permitem a compreensão da evolução do patrimônio

cultural e natural do estado, servindo como base para pesquisas acadêmicas, ações de preservação e políticas públicas voltadas à memória paranaense.

Atualmente, os processos documentais da CPC abrangem aproximadamente 200 bens culturais e naturais tombados, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 1.211/1953⁵¹. Esses processos incluem uma ampla variedade de materiais que enriquecem o conhecimento sobre os bens protegidos, tais como fotografias históricas e contemporâneas, pareceres técnicos, relatos e depoimentos de especialistas e moradores, registros históricos detalhados, materiais cartográficos, plantas e projetos arquitetônicos, além de outros documentos essenciais à identificação e proteção dos bens de interesse cultural.

A institucionalização das políticas patrimoniais no Paraná demonstra como a preservação cultural deixou de se restringir à proteção de monumentos isolados, passando a incorporar práticas de valorização cultural. Nesse processo, observa-se uma ampliação do próprio conceito de patrimônio cultural, que passa a incluir memórias, saberes, práticas sociais e referências simbólicas construídas coletivamente.

Assim, o percurso dos museus no Paraná evidencia uma transição significativa: da preservação centrada no objeto e na autoridade técnica para a valorização das relações sociais, das narrativas comunitárias e dos usos educativos da memória. Esse processo não ocorre de forma linear ou homogênea, mas se constrói a partir de diversas experiências, marcadas por contextos locais, demandas sociais e iniciativas coletivas.

É nesse cenário que se insere a Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, concebida como um espaço de memória de caráter educativo, comunitário e formativo. Sua criação dialoga com os percursos contemporâneos da museologia no Paraná ao priorizar a valorização da história local, o envolvimento da escola e a articulação entre práticas arquivísticas, ações pedagógicas e participação social. Assim, a Sala Memorial reafirma a escola como um espaço legítimo de produção e difusão do conhecimento histórico, integrando-se às transformações mais amplas da museologia e da preservação do patrimônio cultural no estado.

Essa transformação conceitual dos museus dialoga diretamente com a proposta apresentada aqui, a qual nasce dentro de uma escola e assume função formativa.

⁵¹ Nesta lei foi determinado que os bens tombados não podem ser destruídos, demolidos, mutilados, reparados, pintados ou restaurados, nem ter em sua vizinhança construções que lhes impeçam ou reduzam a visibilidade, sem a prévia autorização da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná (atual CPC). De acordo com essa lei, os bens tombados estão sujeitos à vigilância permanente da CPC, que pode inspecioná-los sempre que julgar conveniente. A CPC também pode promover acordos de cooperação de instituições científicas, históricas e artísticas.

Diferentemente do modelo tradicional, o espaço de memória é utilizado como recurso pedagógico articulado ao currículo escolar e aos objetivos educacionais de formação histórica dos estudantes. Mas é importante lembrarmos que apesar dos avanços observados no campo da preservação patrimonial e da ampliação das práticas museológicas no Paraná, muitos espaços ainda enfrentam dificuldades relacionadas à ausência de políticas permanentes de preservação documental e memória institucional. Em diversas realidades, fotografias, registros escolares, objetos históricos e narrativas comunitárias permanecem dispersos ou sujeitos à perda material, revelando a fragilidade das iniciativas de preservação da memória local. Diante desse cenário, torna-se fundamental a implementação de ações permanentes voltadas à preservação da memória e do patrimônio documental. A criação de Salas de Memória, centros de documentação e acervos digitais, associada ao desenvolvimento de políticas institucionais de conservação, catalogação e acesso aos documentos históricos, sendo uma alternativa viável para enfrentar essas fragilidades. Além disso, o envolvimento da comunidade, das instituições de ensino e do poder público pode contribuir para a valorização e salvaguarda dos bens materiais e imateriais, garantindo que as memórias locais sejam preservadas, difundidas e transmitidas às futuras gerações.

4.2 A Sala Memorial Sigismundo Gdaniec como espaço de memória escolar

A proposta fundamenta-se com base na organização do espaço memorial, articulando princípios da História Pública, da museologia social, da educação patrimonial e da participação comunitária. Esses referenciais destacam a importância da participação social na construção e na preservação das memórias coletivas, bem como na valorização cultural.

A partir das etapas desenvolvidas durante a pesquisa, foi possível organizar um roteiro metodológico que reúne procedimentos básicos de levantamento, organização, preservação e difusão de acervos memoriais. Essa proposta não pretende constituir um modelo rígido ou definitivo, mas oferecer um conjunto de orientações que possa auxiliar iniciativas voltadas à preservação e à valorização de suas histórias locais.

Os passos apresentados aqui carregam uma intencionalidade educativa e formativa, vinculada à transformação da memória local em objeto de aprendizagem histórica. Nesse sentido, a constituição de um espaço de memória no ambiente escolar representa a preservação de objetos e registros, assumindo-se como uma estratégia

pedagógica capaz de aproximar os estudantes de sua própria realidade histórica e cultural.

Ao integrar memória, patrimônio e ensino, a escola passa a reconhecer o território em que está inserida como espaço legítimo de produção de conhecimento. Essa perspectiva contribui para que os alunos compreendam que a História não se restringe aos grandes acontecimentos ou aos personagens consagrados pelos livros didáticos, mas também é construída pelas experiências cotidianas, pelas trajetórias das famílias, pelas lutas sociais e pelos desafios enfrentados pela comunidade local ao longo do tempo.

Quando a valorização da história local fortalece o sentimento de pertencimento, acaba permitindo que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos. O espaço de memória escolar torna-se, então, um ambiente de diálogo entre passado e presente, estimulando a reflexão crítica sobre as transformações sociais, culturais e econômicas vivenciadas pelo grupo. Além disso, favorece a preservação das narrativas muitas vezes silenciadas ou esquecidas pelos processos históricos oficiais. O espaço memorial não atua apenas como local de preservação, mas também como território de negociação simbólica sobre quais histórias serão legitimadas publicamente.

Sob essa perspectiva, o trabalho com a memória local contribui para uma educação histórica mais significativa, pois aproxima o conhecimento escolar da vivência concreta dos estudantes. Ao investigar fotografias, objetos, relatos orais e documentos de um grupo, os alunos desenvolvem habilidades de pesquisa, interpretação e análise histórica, compreendendo que a construção da memória envolve disputas, seleções e diferentes perspectivas sobre o passado.

A criação de espaços de memória significa a preservação cultural e o comprometimento com a democratização do conhecimento histórico, com a valorização das experiências e com a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua participação na construção da história coletiva.

Entretanto, a consolidação destes espaços também envolve desafios de natureza estrutural e institucional, como disponibilidade limitada de recursos financeiros, a insuficiência de espaços adequados para a conservação dos acervos e a escassez ou rotatividade de profissionais capacitados para atuar nessas iniciativas. Tais fatores podem comprometer a continuidade das ações de preservação ou dificultar o desenvolvimento e a sustentabilidade dos projetos voltados à salvaguarda da memória institucional e comunitária.

4.3 A cartilha como instrumento de História Pública e educação patrimonial

Esta produção nasce da necessidade de aproximar o grupo escolar de sua própria história, valorizando experiências, memórias e patrimônios que, muitas vezes, permanecem invisibilizados no cotidiano educacional. Desse modo, produzir significa criar um instrumento acessível de aprendizagem, capaz de dialogar com diferentes públicos e fortalecer o sentimento de pertencimento em relação à história local. A História Pública propõe uma prática voltada ao diálogo com diferentes públicos, ultrapassando os limites da universidade e reconhecendo que a produção do conhecimento histórico também ocorre em espaços sociais diversos.

Assim, este produto reafirma seu compromisso social e formativo ao contribuir para o ensino e a valorização da história local. Além de sistematizar as experiências da implantação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, a cartilha constitui uma ferramenta de educação patrimonial e mediação cultural, destinada a escolas, centros culturais e iniciativas comunitárias. Seu objetivo é incentivar a preservação da memória, fortalecer os vínculos locais e ampliar o acesso ao patrimônio cultural por meio da participação coletiva na construção das narrativas históricas.

4.4 Roteiro metodológico para criação de espaços de memória

O roteiro apresentado a seguir não deve ser compreendido como um modelo rígido de implementação, mas como uma sistematização das experiências desenvolvidas ao longo da pesquisa. Sua finalidade consiste em oferecer parâmetros orientadores capazes de auxiliar outras instituições interessadas na preservação de memórias locais.

Quadro 6-Roteiro de como foi desenvolvida a Sala memorial Sigismundo Gdaniec

Definição conceitual e legitimidade da proposta	Delimitar quem/qual sujeito histórico será tomado como eixo (ex.: neste estudo, o eixo memorial concentra-se na trajetória de Monsenhor Sigismundo Gdaniec); Compreender por quais razões esse sujeito representa um “núcleo de memória” Buscar meios de validar ou desenvolver a proposta com o público; Garantir apoio institucional (escola, secretaria, associação, lei municipal);
---	---

Diagnóstico do acervo existente	Identificação de onde estão os materiais, (caixas, armários, gavetas, casas particulares); Fazer listagem inicial dos tipos: objetos, fotos, documentos, vestimentas, livros; Registro do estado de conservação;
Organização técnica do acervo	Higienização básica (suave e sem químicos); Separação por tipologia (documento / objeto / iconografia / têxtil); Criação de ficha de catalogação por item; Criação de Livro Tombo (registro permanente); Registro fotográfico de cada item;
Curadoria e narrativa expositiva	Definir o eixo narrativo da sala ou espaço: Definir qual narrativa histórica orientará a organização expositiva. Dividir o espaço em núcleos temáticos (por exemplo: infância – formação – missão – legado); Selecionar quais objetos entram em vitrine e quais ficam em reserva técnica;
Espaço físico e infraestrutura	Definir o local de instalação do espaço ou Sala Memorial, considerando que, para ser reconhecido como museu, é necessário dispor de uma ampla reserva técnica destinada ao acervo. Adequação mínima (pintura clara, iluminação indireta, vitrines com chave) Segurança (travas, câmera e controle de acesso); Identificação visual: placas, legendas, painéis;
Educação patrimonial e mediação	Buscar cursos formativos, (ENAP, IPHAN, entre outros); Buscar ajuda para a organização do espaço, recomenda-se a formação de monitores ou mediadores culturais. (Grupo de alunos interessados na causa); Desenvolver roteiro de visita para grupos; Divulgar para o público, (pois é no coletivo que o projeto adquire maior legitimidade social e contribuições históricas valiosas);
Comunicação e vínculo social	Utilizar redes sociais institucionais como ferramentas de divulgação e aproximação com a comunidade; Registrar todas as visitas em Livro de Visitantes; Abrir agenda pública para escolas / entidades; Criar estrutura financeira institucional destinada ao recebimento de recursos e doações;
Gestão e sustentabilidade	Definir quem responde pelo espaço (nomear um responsável); Buscar editais, leis de incentivo, parcerias; Manter prestação de contas pública; Garantir rotina anual de manutenção e atualização do acervo;

Fonte: Tabela elaborada pela autora deste estudo, com base nas experiências vivenciadas durante o processo deste estudo, (2024 - 2026).

Ressalta-se que as etapas apresentadas não devem ser compreendidas como um modelo universal de implementação, uma vez que cada realidade escolar, comunitária ou institucional apresenta especificidades históricas, culturais e estruturais próprias. O roteiro sistematizado nesta pesquisa resulta diretamente das experiências desenvolvidas

durante o processo de implantação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, no Município de Quedas do Iguaçu - Paraná, podendo sofrer adaptações conforme as condições locais, os recursos disponíveis e os objetivos de cada iniciativa.

4.5 Etapas práticas para implementação de espaços memoriais

A implementação de espaços memoriais no ambiente escolar requer planejamento, participação coletiva e definição de objetivos pedagógicos que orientem sua organização e funcionamento. Algumas etapas práticas tornam-se fundamentais para sua construção e desenvolvimento.

Em seguida, realiza-se o levantamento e a coleta de materiais históricos, como fotografias, documentos, jornais, objetos antigos, relatos orais e registros da comunidade. Esse processo pode ocorrer por meio de campanhas de arrecadação, entrevistas com moradores antigos e pesquisas em arquivos públicos e familiares. Além de enriquecer o acervo, essa etapa favorece o envolvimento da comunidade com o projeto, fortalecendo vínculos. Outra etapa importante refere-se à organização e catalogação do acervo. Os materiais coletados precisam ser identificados, registrados e organizados de maneira acessível, considerando critérios de preservação e contextualização histórica. O processo de organização do acervo também envolve critérios de seleção patrimonial, uma vez que nem todos os objetos, documentos e registros podem ser preservados ou expostos integralmente. Tornando-se fundamental refletir sobre os critérios utilizados para definir quais elementos serão incorporados ao espaço memorial, considerando aspectos históricos, simbólicos, educativos e comunitários.

A seleção do patrimônio constitui uma prática interpretativa que influencia diretamente a construção das narrativas históricas apresentadas ao público. Desse modo, torna-se necessário reconhecer que todo processo de organização memorial envolve escolhas e disputas simbólicas. Ao selecionar determinados objetos, fotografias ou narrativas para compor o espaço expositivo, também se definem quais experiências serão socialmente legitimadas como representativas da memória coletiva. Por essa razão, a construção de espaços memoriais demanda sensibilidade histórica e participação comunitária, de modo a evitar a reprodução de silenciamentos e exclusões presentes nas narrativas tradicionais.

Após a organização e seleção do acervo, torna-se necessária a definição do espaço físico destinado às exposições e atividades de preservação. Esse ambiente pode ser estruturado em salas, corredores, bibliotecas, escolas, espaços públicos ou outros locais adequados, desde que favoreça o acesso da população e contribua para a valorização e difusão da memória coletiva. A disposição dos materiais deve priorizar a contextualização histórica, permitindo que fotografias, objetos e relatos dialoguem entre si e estimulem reflexões sobre o passado e o presente narrado na exposição. Também se torna essencial desenvolver ações pedagógicas permanentes vinculadas ao espaço memorial. Oficinas, exposições temáticas, rodas de conversa, produção de relatos, visitas guiadas e projetos interdisciplinares contribuem para transformar o memorial em espaço dinâmico de aprendizagem histórica.

Por fim, destaca-se a necessidade de preservação e continuidade do projeto, compreendendo que os espaços memoriais demandam constante cuidado, atualização e participação coletiva para manter sua função educativa e social. A manutenção do acervo, a conservação adequada dos materiais, a renovação periódica das exposições e o envolvimento contínuo da comunidade escolar são elementos fundamentais para garantir a permanência, a relevância e a dinâmica do espaço memorial ao longo do tempo. Além disso, a atualização constante do espaço possibilita incorporar novas pesquisas, relatos, fotografias e experiências comunitárias, ampliando as formas de interpretação do passado e estimulando reflexões sobre as transformações sociais, culturais e históricas da localidade. Dessa maneira, o espaço memorial consolida-se como ambiente de preservação patrimonial e instrumento pedagógico voltado à valorização da narrativa social e à democratização do conhecimento. A seguir, serão apresentadas algumas etapas importantes para a implementação e organização de espaços memoriais no contexto escolar, considerando seus aspectos educativos, culturais e metodológicos.

Figura 8-ETAPA 1 – Definição da proposta e do foco da memória:



Fonte: Imagem de domínio digital utilizada para fins ilustrativos.

Antes de qualquer ação prática, é fundamental definir:

- Qual história será preservada?
- Quem ou o que será o eixo central da memória (uma pessoa, uma instituição, um grupo, um evento)?
- Por que essa memória é importante para o grupo ou território?

Essa definição ajuda a dar sentido ao projeto e orienta todas as etapas seguintes.

Figura 9-ETAPA 2 – Mobilização e apoio institucional



Fonte: Imagem de domínio digital utilizada para fins ilustrativos.

Uma Sala de Memória deve ser construída de forma coletiva. Para isso:

- Dialogue com o público (moradores, estudantes, professores, lideranças);
- Busque apoio da instituição onde o espaço será instalado;
- Registre reuniões, decisões e parcerias;
- Sempre que possível, busque respaldo legal (portarias, atas, leis municipais).

O apoio institucional garante legitimidade e continuidade ao projeto.

Figura 10-ETAPA 3 – Levantamento e diagnóstico do acervo.



Fonte: Imagem de domínio digital utilizada para fins ilustrativos.

Nesta etapa, identifique tudo o que pode compor o acervo:

- Documentos (atas, livros, registros escolares, cartas);
- Fotografias;
- Objetos (utensílios, vestimentas, instrumentos);
- Livros e publicações;
- Depoimentos e relatos orais.

Avalie o estado de conservação de cada item e registre onde ele foi encontrado.

O levantamento do acervo constitui etapa fundamental para a preservação da memória coletiva, identificando quais narrativas, objetos e experiências foram socialmente preservados ao longo do tempo, compreendendo os processos de seleção e silenciamentos presentes na construção das memórias.

Figura 11-ETAPA 4 – Organização e conservação inicial



Fonte: Imagem de domínio digital utilizada para fins ilustrativos.

Com o acervo identificado, inicie a organização básica:

- Higienização leve (sem produtos químicos);
- Separação por tipo de material (documentos, objetos, fotos);
- Uso de caixas, pastas e envelopes adequados;
- Evitar luz direta, umidade e calor excessivo.

Esses cuidados garantem a preservação física dos materiais.

Figura 12- ETAPA 5 – Catalogação e registro (Livro Tombo)



Fonte: Imagem de domínio digital utilizada para fins ilustrativos.

Todo item deve ser registrado para controle e memória institucional:

- Numere cada peça;
- Crie uma ficha com informações básicas (descrição, origem, data, estado de conservação);
- Registre todos os itens em um Livro Tombo ou planilha permanente;
- Faça registro fotográfico sempre que possível.

Essa etapa é essencial para a organização e segurança do acervo.

Figura 13-ETAPA 6 – Definição do espaço físico

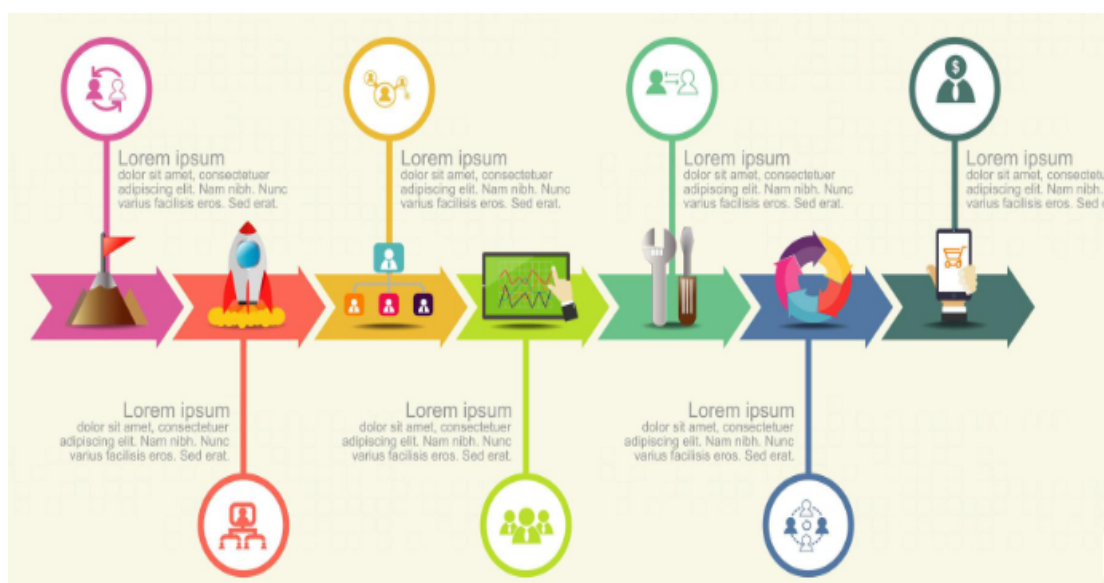


Fonte: Imagem de domínio digital utilizada para fins ilustrativos.

Escolha um local adequado para a Sala de Memória:

- Ambiente limpo, ventilado e seguro;
- Paredes claras e iluminação indireta;
- Vitrines ou expositores com proteção;
- Espaço para circulação de visitantes.

Mesmo espaços pequenos podem se tornar salas memoriais bem estruturadas.

Figura 14-ETAPA 7 – Curadoria e narrativa expositiva

Fonte: Imagem de domínio digital utilizada para fins ilustrativos.

Nesta etapa, torna-se necessário definir quais narrativas históricas orientarão a organização expositiva do espaço.

- Defina um eixo narrativo (linha do tempo, temas, trajetórias);
- Organize os objetos por núcleos temáticos;
- Selecione o que ficará exposto e o que ficará guardado;
- Produza legendas simples e informativas.

A curadoria transforma objetos em narrativas significativas.

Figura 15-ETAPA 8 – Educação patrimonial e mediação.

Fonte: Imagem de domínio digital utilizada para fins ilustrativos.

A Sala de Memória deve ser um espaço educativo:

- Crie roteiros de visita;
- Forme monitores (alunos ou voluntários);
- Promova oficinas, rodas de conversa e atividades pedagógicas;
- Integre a sala ao currículo escolar ou às ações comunitárias.

Educação patrimonial fortalece o vínculo entre memória e cidadania. É neste momento que o espaço memorial se consolida como prática de História Pública, pois a comunidade escolar deixa de ser apenas visitante e passa a atuar como produtora, mediadora e difusora da própria história local. A imigração polonesa, a formação da colônia Jagoda e a trajetória escolar deixam de ocupar posição secundária no processo de ensino e passam a constituir experiências de aprendizagem concreta, conectando passado e presente na formação dos estudantes.

Figura 16-ETAPA 9 – Comunicação e divulgação



Fonte: Imagem de domínio digital utilizada para fins ilustrativos. Edição e adaptação da autora (2026).

Para que a Sala de Memória cumpra sua função social:

- Crie redes sociais ou murais informativos;
- Registre visitas em livro próprio;
- Divulgue eventos, visitas e conquistas;
- Estimule doações e participação da população.

A memória se fortalece quando é compartilhada.

4.6 Estrutura física e recursos básicos para espaços memoriais

Ressalta-se que os equipamentos apresentados a seguir constituem uma estrutura de referência ideal para a preservação e organização de espaços memoriais e

museológicos. Contudo, sua implementação pode ser adaptada conforme as condições financeiras, institucionais e estruturais de cada escola, instituição ou comunidade, sem comprometer os objetivos de preservação, pesquisa e difusão da memória.

Quadro 7-Equipamentos básicos para a montagem de um espaço ou sala memorial

Equipamentos básicos para a montagem de um espaço ou sala memorial
• Expositores: Vitrines (módulos com vidros de diversos tamanhos) praticáveis (módulos de diversas alturas e comprimentos) Painéis (de preferência com pés rotativos) Porta etiquetas em acrílico;
• Iluminação (projeto próprio e adequado com canaletas e luminárias com lâmpadas dicroicas para as salas de exposição);
• Ar condicionado (reserva técnica e outros espaços);
• Sistema de alarme (principalmente na reserva técnica e salas de exposição);
• Bebedouro para o público;
• Balcão de recepção com guarda volume;
• Porta banner;
• Porta folder;
• Aparelho televisor;
• Aparelho de DVD;
• Aparelho de som com microfone;
• Multimídia • Tela para projeção;
• Computador com impressora;
• Aparelhos de telefone;
• Aparelho de fax;
• Cadeiras para auditório (se houver);
• Prateleiras de aço e arquivos para biblioteca e reserva técnica;
• Mesas para pesquisa;
• Mesas de trabalho;
• Armários para trabalho;
• Mesas para reuniões;
• Cadeiras para trabalho;
• Desumidificador;
• Higrômetro;
• Balança de precisão;
• Lupas;
• Trenas;
• Escada de alumínio (reserva técnica e biblioteca);
• Traineis para guarda de obras bidimensionais em moldura (se houver no acervo);
• Extintores para incêndio;
• Ventiladores;

Fonte: Tabela elaborada com base nas orientações técnicas da COSEM, 2025.

Ao longo deste capítulo, buscou-se demonstrar que a criação de espaços de memória constitui um processo educativo, social e cultural capaz de transformar

experiências coletivas em instrumentos de aprendizagem, pertencimento e valorização da história local. Com base nos referenciais da História Pública, da Museologia Social e da Educação Patrimonial, compreende-se que a preservação da memória não deve permanecer restrita às instituições especializadas, mas configurar-se como uma prática acessível, participativa e integrada ao cotidiano da sociedade.

Nesse contexto, a cartilha elaborada como produto educacional desta pesquisa procurou sistematizar as experiências desenvolvidas durante o processo de implantação da Sala Memorial, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para escolas, instituições e comunidades interessadas na preservação de suas memórias. A proposta busca incentivar práticas de valorização cultural, participação coletiva e democratização do acesso ao patrimônio histórico, contribuindo para o fortalecimento da identidade local e para a ampliação das práticas de educação histórica.

A experiência desenvolvida ao longo da pesquisa evidenciou que a preservação da memória escolar pode constituir uma importante estratégia de formação histórica, participação social e valorização cultural no contexto da educação básica. Ao transformar documentos, fotografias, objetos e relatos em fontes de aprendizagem, a escola amplia sua atuação como espaço de produção e difusão do conhecimento histórico, fortalecendo os vínculos entre a comunidade e sua trajetória coletiva.

Entretanto, é importante reconhecer que a preservação da memória não ocorre de maneira neutra ou espontânea. Toda iniciativa memorial envolve escolhas, disputas simbólicas e processos de legitimação que influenciam quais narrativas serão preservadas, divulgadas e reconhecidas socialmente. Nesse sentido, os espaços memoriais escolares assumem especial relevância ao ampliar a visibilidade de experiências e trajetórias frequentemente ausentes das narrativas históricas tradicionais, contribuindo para uma compreensão mais plural e democrática do passado.

Dessa forma, a organização de espaços memoriais escolares representa uma ação significativa de valorização cultural e fortalecimento dos vínculos comunitários. Ao promover o reconhecimento e a socialização dos acervos escolares e comunitários, esses espaços conferem visibilidade pública a histórias que, de outra forma, poderiam permanecer esquecidas. Assim, a cartilha apresentada nesta dissertação deve ser compreendida como uma proposta de História Pública aplicada à educação básica, comprometida com a preservação da memória, a ampliação do acesso ao patrimônio cultural e a construção coletiva do conhecimento histórico.

Em um contexto marcado pela rapidez das transformações sociais e pelo constante risco de perda de documentos, objetos e narrativas, iniciativas dessa natureza tornam-se ainda mais relevantes. Ao preservar e compartilhar memórias locais, contribuem para que diferentes experiências e trajetórias permaneçam socialmente reconhecidas, reafirmando o papel da educação como espaço de preservação da memória, formação crítica e fortalecimento da história coletiva

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi orientada pela seguinte questão norteadora: como a memória da imigração e do processo de escolarização em Quedas do Iguaçu pode ser reconhecida, preservada e transformada em instrumento pedagógico a partir dos princípios da História Pública? Ao longo do trabalho, buscou-se demonstrar que a valorização do patrimônio histórico local, articulada às práticas educativas, possibilita converter a memória coletiva em uma experiência formativa significativa, capaz de aproximar os estudantes de sua própria realidade histórica e cultural. Caracterizada como uma pesquisa aplicada, esta investigação ultrapassou os limites da reflexão teórica ao propor uma intervenção concreta no ambiente escolar por meio da organização, preservação e dinamização da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, concebida como espaço de memória, educação patrimonial e construção do conhecimento histórico.

A pesquisa teve início com a contextualização histórica do território, evidenciando os processos de ocupação, imigração, formação socioeconômica e transformações culturais que contribuíram para a constituição da sociedade quedense. Nesse percurso, destacou-se a presença da imigração polonesa, não apenas por sua relevância na formação cultural do município, mas também pela estreita relação estabelecida entre esse grupo, a atuação religiosa do Padre Sigismundo Gdaniec e a consolidação das primeiras iniciativas educacionais locais.

A investigação permitiu compreender que a formação de Quedas do Iguaçu resultou de uma dinâmica histórica complexa, marcada pela atuação de companhias colonizadoras, pela chegada de migrantes oriundos de diferentes regiões e pela constituição de instituições religiosas e educacionais que desempenharam papel central na organização da vida comunitária. Nesse cenário, a imigração polonesa assumiu importância significativa na configuração cultural do município, deixando marcas que permanecem visíveis nas práticas sociais, nas referências identitárias e na memória coletiva da população.

O Colégio Estadual Padre Sigismundo recebeu atenção particular ao longo da pesquisa, não apenas por homenagear o religioso em sua denominação, mas também por preservar um acervo relacionado à sua trajetória e atuação em Quedas do Iguaçu. A análise desse espaço evidenciou que sua existência ultrapassa a função meramente comemorativa, inserindo-se em um processo mais amplo de construção e preservação da memória social. A colonização polonesa contribuiu para a reorganização cultural e

institucional do território, ainda que esse movimento tenha ocorrido em meio a disputas fundiárias, deslocamentos populacionais e transformações que impactaram grupos indígenas e caboclos. Nesse contexto, a chegada do Padre Sigismundo, a consolidação da Igreja Católica e a criação da escola constituíram marcos simbólicos e institucionais que contribuíram para a estruturação da vida comunitária local. Sua trajetória evidencia como lideranças religiosas, em contextos de fronteira agrícola e colonização recente, frequentemente assumiam funções que extrapolavam o campo espiritual, atuando também na organização social, educacional e cultural das comunidades.

Como observa Stuart Hall (2006), a identidade cultural não corresponde a uma essência fixa e imutável, mas é continuamente construída por meio das experiências, das representações e das narrativas compartilhadas pelos grupos sociais. Sob essa perspectiva, foi possível reconhecer que a memória coletiva de Quedas do Iguaçu encontra-se profundamente vinculada à história de seus habitantes, aos espaços que ocupam e às instituições que ajudaram a construir. Entre esses referenciais, o Colégio Estadual Padre Sigismundo destaca-se como um importante lugar de memória, no qual passado e presente se articulam na produção de sentidos, pertencimentos e identidades coletivas.

A partir desse levantamento histórico, a pesquisa voltou-se à elaboração de um roteiro metodológico e institucional destinado à criação de um espaço de memória alinhado aos princípios da História Pública. O projeto da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec surgiu da necessidade de conferir visibilidade, significado e acessibilidade ao acervo histórico relacionado à trajetória do religioso e à própria história da instituição escolar.

A constituição da Sala Memorial revelou-se uma experiência marcada por aprendizados, desafios e constantes processos de negociação. Ao mesmo tempo em que evidenciou o potencial dos espaços de memória como dispositivos pedagógicos e culturais, também expôs questões inerentes às práticas de preservação, como a seleção dos acervos, a definição das narrativas a serem privilegiadas e a necessidade de ampliar a representatividade de grupos historicamente pouco visibilizados. Conforme assinala Michel Pollak (1989), a memória é um campo de disputas e seleções, sendo continuamente produzida e reinterpretada por diferentes sujeitos sociais. Sob essa perspectiva, o memorial foi concebido não como um espaço de consagração de uma narrativa única, mas como um ambiente aberto ao diálogo, à reflexão crítica e à pluralidade de experiências históricas.

A trajetória do projeto evidenciou, ainda, a relevância dos acervos escolares como fontes históricas legítimas e frequentemente subutilizadas. O conjunto documental preservado pelo colégio, anteriormente disperso e sem sistematização, revelou-se um importante patrimônio histórico e cultural, capaz de iluminar aspectos da vida escolar, das práticas religiosas, das experiências migratórias e das dinâmicas sociais que marcaram a formação do município. Nesse sentido, confirma-se a observação de Sandra Pesavento (2005) de que os vestígios do cotidiano constituem importantes suportes para a compreensão das experiências coletivas e das múltiplas temporalidades que atravessam a vida social.

A História Pública configurou-se não apenas como um procedimento metodológico, mas como uma perspectiva epistemológica capaz de aproximar pesquisa acadêmica, escola e comunidade na construção compartilhada do conhecimento histórico. Ao incorporar diferentes sujeitos ao processo de produção, preservação e interpretação da memória, a pesquisa ampliou as possibilidades de participação social na elaboração das narrativas históricas e reafirmou o compromisso público da produção do conhecimento.

Do ponto de vista historiográfico, o estudo contribui para ampliar as reflexões sobre imigração, escolarização, memória e patrimônio cultural, evidenciando como esses elementos se articulam na constituição das identidades locais. Ao mesmo tempo, demonstra que os espaços de memória inseridos em instituições escolares podem desempenhar papel fundamental na educação patrimonial, transformando o patrimônio histórico em recurso pedagógico e fortalecendo a relação dos estudantes com a história da região em que vivem.

Os impactos da iniciativa ultrapassaram o âmbito acadêmico, alcançando a comunidade escolar e diferentes instituições envolvidas no projeto. Destaca-se, nesse processo, a interlocução estabelecida com a Coordenação do Sistema Estadual de Museus e Patrimônio Cultural do Paraná, cujo reconhecimento conferiu visibilidade e legitimidade à proposta. Tal experiência reforça a compreensão de que a preservação da memória constitui uma responsabilidade coletiva e permanente. Como observa Pierre Nora (1984), os lugares de memória emergem justamente quando as experiências e lembranças coletivas correm o risco de se perder, tornando necessária sua materialização em suportes capazes de assegurar sua continuidade e transmissão entre gerações.

A pesquisa evidenciou desafios relacionados à conservação do acervo, à limitação de recursos materiais e à necessidade de institucionalização de políticas permanentes de preservação. Longe de comprometer a proposta, essas dificuldades reforçam a urgência de políticas públicas voltadas à musealização de pequenos acervos e à promoção de ações formativas em memória e patrimônio no contexto escolar. Como destacam Ana Mae Barbosa (2010) e Mário Chagas (2011), a democratização do acesso à cultura e à história demanda investimentos contínuos em processos educativos, curadorias compartilhadas e no reconhecimento institucional dos saberes produzidos pelas comunidades.

Retomando a questão norteadora desta pesquisa — como a memória da imigração e do processo de escolarização em Quedas do Iguaçu pode ser reconhecida, preservada e transformada em instrumento pedagógico a partir dos princípios da História Pública, conclui-se que esse processo se concretiza por meio da articulação entre pesquisa histórica, preservação patrimonial, participação comunitária e práticas educativas. A experiência da Sala Memorial demonstrou que a memória local, quando organizada, interpretada e socialmente compartilhada, constitui um importante recurso pedagógico, capaz de fortalecer a consciência histórica, o sentimento de pertencimento e a identidade coletiva.

Os objetivos específicos propostos foram alcançados ao longo do percurso investigativo. O primeiro, voltado ao resgate do processo de imigração e da formação histórica do município, foi contemplado por meio do levantamento documental, da análise bibliográfica e dos relatos de pioneiros. O segundo, relacionado à compreensão do processo de escolarização como elemento constitutivo dessa trajetória, evidenciou-se ao demonstrar como a escola emergiu das necessidades da comunidade e se consolidou como espaço fundamental de organização social, cultural e educativa.

O produto educacional desenvolvido representa uma das principais contribuições práticas desta pesquisa. A cartilha elaborada sistematiza procedimentos metodológicos, estratégias de preservação patrimonial e possibilidades pedagógicas para a criação e manutenção de espaços de memória em instituições escolares, permitindo que a experiência realizada possa ser adaptada e replicada em diferentes contextos educacionais.

O terceiro objetivo, referente à organização, preservação e valorização do acervo histórico da escola, concretizou-se por meio da estruturação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, transformando-a em referência de preservação patrimonial e

difusão da memória local. O quarto objetivo, relacionado ao envolvimento dos estudantes nesse processo, materializou-se por meio das ações de educação patrimonial, nas quais os alunos participaram ativamente da organização, interpretação e apresentação do acervo à comunidade. Por fim, a elaboração da cartilha demonstrou como a memória local pode ser sistematizada e convertida em material pedagógico, contribuindo para o fortalecimento da história comunitária e da formação cidadã.

Entre os desdobramentos futuros da pesquisa, destacam-se a implementação de um plano de gestão museológica para a Sala Memorial, a digitalização do acervo com acesso público on-line, a realização de oficinas pedagógicas integradas ao currículo escolar, a articulação com redes de museus escolares e a replicação da proposta em outras instituições. Tais iniciativas possuem potencial para consolidar o projeto como referência na formulação de políticas de memória no campo educacional, ampliando o direito à história e ao patrimônio cultural.

Entre as limitações encontradas durante o desenvolvimento da pesquisa, destacam-se a dispersão de parte da documentação histórica, a escassez de registros sistematizados sobre determinados períodos da formação regional e a necessidade de ampliação do levantamento de fontes orais e documentais. Embora tais limitações não comprometam os resultados alcançados, elas evidenciam a necessidade de ampliação das fontes documentais e orais, bem como de novas investigações que permitam aprofundar aspectos ainda pouco explorados da história local.

Em síntese, esta pesquisa demonstrou que a memória da imigração, da escolarização e da formação histórica de Quedas do Iguaçu constitui um patrimônio cultural de expressivo valor social, educativo e histórico. A partir dos princípios da História Pública, foi possível não apenas preservar esse patrimônio, mas também transformá-lo em instrumento de aprendizagem, participação comunitária e construção da consciência histórica.

A experiência da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec evidenciou que a preservação da memória ultrapassa a proteção de documentos e objetos, envolvendo a valorização das experiências humanas, das trajetórias coletivas e dos significados atribuídos pela comunidade ao seu passado. Nesse sentido, a escola reafirma-se como espaço privilegiado de produção do conhecimento, preservação patrimonial e formação cidadã.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para estimular novas iniciativas voltadas à preservação da memória local e à democratização do conhecimento histórico,

pois salvaguardar documentos, objetos e narrativas, preservar a memória significa garantir às comunidades o direito de conhecer, interpretar e valorizar sua própria trajetória histórica. Trata-se de uma prática social que fortalece identidades, amplia a participação cidadã e reafirma o papel da História como instrumento de compreensão crítica da realidade e de construção democrática do futuro.

FONTES

A presente dissertação utilizou um conjunto diversificado de fontes primárias e secundárias, que contribuíram significativamente para a análise histórica e para a construção das reflexões propostas. A seguir, apresentam-se as principais fontes mobilizadas:

FONTES PRIMÁRIAS

Documentos históricos: atas escolares, fichas de matrícula, históricos escolares, registros administrativos, fotografias antigas e relatórios pedagógicos pertencentes ao acervo do Colégio Estadual Padre Sigismundo.

Documentos oficiais: leis, decretos e portarias relacionados à história fundiária, à educação pública e à constituição institucional do município de Quedas do Iguaçu.

Materiais da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec: itens do acervo do Monsenhor, incluindo correspondências, certificados, objetos pessoais e registros de sua atuação pastoral e social.

FONTES SECUNDÁRIAS

Obras acadêmicas: dissertações, teses e artigos científicos sobre patrimônio cultural, memória coletiva, história local, história pública, museologia social, entre outros.

Bibliografia especializada: autores como Pierre Nora, Sérgio Odilon Nadalin, entre outros, cujas obras embasaram as discussões teóricas e metodológicas.

Publicações locais: livros e textos de autoria de professores e pesquisadores locais.

FONTES AUDIOVISUAIS E DIGITAIS

Fotografias disponibilizadas pelo Colégio Estadual Padre Sigismundo.

Registros de eventos, cursos, apresentações culturais e visitas institucionais realizadas entre 2024 e 2025, no processo de implantação da Sala Memorial.

AIDAR, Gabriela. **Museus e inclusão social**. Ciências & Letras. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 31, p. 53-62, 2002.

ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira. **Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil**. Brasília.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BASÍLIO, Lidiana. **Termos de Compromisso Cultural: Prestação de Contas**. Enap, 2023 - Brasília, DF.

BASÍLIO, Lidiana; e GONÇALVES, Mayra. **Termo de Compromisso Cultural: Execução**. 2023 - Brasília, DF.

BRUNI, Vinicio, VILELA, Elietti Souza. (organizadores) **Patrimônio Cultural**. 1ª Edição, Curitiba, 2024.

CASTRO, Fernanda S. R. (2019). **A construção do campo da educação museal: políticas públicas e prática profissional**. In Revista Docência e Ciber cultural. V. 3, no 2, mai./ago. 2019, Rio de Janeiro/RJ, pp 90-114.

CHUVA, Márcia Regina Romano Souza. **Os múltiplos tempos do patrimônio cultural no Brasil: entre apropriações, negociações e resistências**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Dogmática sobre a Igreja**. 1964.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual**. 1965.

CORSINO, Célia Maria e NETO, Antonio Augusto Arantes. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

CORSINO, Célia; STURZA, Aline. **Preservação e acesso: desafios na gestão de acervos documentais e museológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), 2011.

COSTA, Margareth Menezes da Purificação. **Educação Patrimonial, Diversidade e Meio Ambiente**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Brasília-DF.

ENAP. **Educação e Capacitação**. <https://www.enap.gov.br/>

FERREIRA, Juca. **Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social**. Brasília 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, memória e historiografia: conceitos, disputas e diálogos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 9–25, 2007.

FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos. **Manual de Catalogação: Pintura, Escultura, Desenho e Gravura**. Rio de Janeiro - 1995.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial, inventários participativos: manual de aplicação.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Brasília-DF, 2016.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial, Programa mais Educação.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Brasília-DF, 2026.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: UNESP, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PINSKY, Carla Bassanezi; MORAIS, Renata Senna (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GAZETA DO POVO. **Jornal.** <https://www.gazetadopovo.com.br/>

GDANIEC, Sigismundo. **Carta oficial.** Argentina, 1954.

GDANIEC, Sigismundo. **Carta oficial.** Chelmno, 1942.

GDANIEC, Sigismundo. **Carta oficial.** Vaticano, 1979.

GDANIEC, Sigismundo. **Carta Testamento.** Quedas do Iguaçu, 1994.

GDANIEC, Sigismundo. **Certidão de nascimento.** Polônia, 1912.

GDANIEC, Sigismundo. **Histórico escolar.** Pelplin, 1940.

GOMES, Benedito Rodrigues dos Santos. **A modernização da agricultura e suas implicações sociais no sul do Brasil.** Revista NERA, 2005.

REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABREU, Alcioly Terezinha Gruber de. **Subsídios para a história de Guarapuava**. Unicentro, 2013.
- AGÊNCIA SENADO. **Setor Agropecuário**. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1095160-l>. Acesso em: 2 fev. 2026.
- ALCIOLY, Terezinha. **Subsídios para a história de Guarapuava**. Guarapuava: Prefeitura Municipal, 2013.
- ASSMANN, Jan. **Cultura e memória: as escritas do passado nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação em um Museu de Arte**. 2010
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CABAN, Anna. **Imagem da sociedade brasileira no jornal Lud**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.
- CAMARGO, Ilizeu. **História dos Pioneiros de Espigão Alto do Iguaçu** (2017).
- CAMARGO, João Olivir. Nerje: **Laranjeiras do Sul**. Curitiba: Vicentina, 1999.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1993.
- CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JÚNIOR, José do (organizadores). **Subsídios para a criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009.
- CHAGAS, Mário de Souza. **Museu, memória e poder**. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; GONÇALVES, José Reginaldo Santos (Org.). **Museus e museologia hoje**. São Paulo: Edusp, 2003.
- COLÔNIA JAGODA. **Relatórios de desenvolvimento da região**, 1960.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000. [cultural/arquivos_restritos/files/documento/2022-01/lei1211.pdf](https://cultural.arquivos_restritos/files/documento/2022-01/lei1211.pdf)>. Acesso em setembro de 2024.

FICHA DE INVENTÁRIO. **Colônia Jagoda**, 1947.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Iphan, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

GOVERNO DO PARANÁ. **Lei Estadual 1.211, de 16 de setembro de 1953**. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/sites/patrimon>

GOVERNO MUNICIPAL GUARAPUAVA. **Prefeitura de Guarapuava (PR)**. 2015. Disponível em: <http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/historia/>. Acesso 12/01/2025.

GREGORY, Lucia Teresinha Macena. **Retratos, Instantâneos e Lembranças: a trajetória e o acervo da fotógrafa Írica Kaefer, Marechal Cândido Rondon (1954-1990)**. Niterói, Rio de Janeiro 2010.

GRUPO ESCOLAR TIRADENTES. **Relatório Escolar**. Quedas do Iguaçu PR, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Território, Territorialização e Territorialidade**. São Paulo, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HELLER, Agnes. **O valor da experiência**. São Paulo: Centauro, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Ana de. **Museus em números**. Vol. 1 IBRAM, Brasília 2011.

HORTA. Maria de Lourdes Parreira. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, 2003.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2000.

IAT, **Instituto de Água e Terra**. [https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao-e-organograma#:~:text=Foi%20sancionada%20no%20dia%2018,%C3%81gua%20e%20Terra%20\(IAT\)](https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao-e-organograma#:~:text=Foi%20sancionada%20no%20dia%2018,%C3%81gua%20e%20Terra%20(IAT)). Acessado em janeiro de 2025.

- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. <https://www.ibge.gov.br/>
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Bens Tombados. 2022.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em 14 junho de 2024.
- IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais, Mesorregião Geográfica Centro Sul**. Curitiba, IPARDES - BRDE 2004, p.139.
- IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Parana-em-Numeros>. Acesso em fevereiro de 2025.
- IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília-DF, 2000.
- IPHAN. **Patrimônio Cultural Imaterial**, 2017.
- ITCF. **Atlas do Estado do Paraná**. Governo do Paraná. Curitiba: 1988.
- JAGODA. **Memorial Descritivo da Colônia Jagoda**, 1938.
- JAGODA. **Relatório de Viagem às Terras de Jagoda**, 2006.
- JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, 2001.
- JUNIOR, José do Nascimento; TRAMPE, Allan; SANTOS, Paula Assunção dos. **Mesa Redonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo**. 1ª Edição Brasília 2012.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os poloneses no Paraná: cultura, identidade e religiosidade**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1995.
- KOBELINSKI, M.; PERRY, J.; DONNER, S. C. et al. **Pop Up Museus Brasil: experiências para e com o público**. In: Föetsch, Alcimara Aparecida (Org.). Extensão Universitária na Unespar de União da Vitória: Ações, Registros e Perspectivas. 1. ed. Curitiba: CRV, 2022.
- KRUGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná: História de Bravura, Trabalho e Fé**. Curitiba: Edição do autor, 2004.
- LACHESKI, Edilane. **Guarapuava no Paraná: discurso, memória e identidade (1950–2000)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2009.
- LARANJEIRAS DO SUL (PR). **Prefeitura, 2017**. Disponível em <http://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/origem.php>. Acesso em: dezembro de 2024.

LE, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITÃO, Sérgio Sá. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018.

LEVI, Giovanni. **30 anos depois: repensando a Micro-História**. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Org.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 18-31.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. São Paulo, 1991.

LUD. **Jornal do Povo Polonês no Brasil**, 1937.

LUZITANI, Leoni Terezinha. **Uma História em Quedas do Iguaçu**, 2012.

MALCZEWSKI, Zdzisław. *Ślady polskie w Brazylii = Marcas da presença polonesa no Brasil*. Tradução de Mariano Kawka. Varsóvia: Museu da História do Movimento Camponês Polonês; Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade de Varsóvia, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise da sociedade agrária**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Imprensa e imigração: um estudo de história oral**. São Paulo: EDUC, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MENEZES, Ulisses. **Os poloneses no Paraná: imigração, colonização e identidade**. Curitiba: Ed. UFPR, 2005.

MILLS, Charles Wright. **Do artesanato intelectual**. In: **A imaginação sociológica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 211-243.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MONTEIRO, Antonio. **Quedas do Iguaçu Nossa História Nossa Gente**. Brasília, 2008.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira**. Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2012.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário).

NADALIN, Sérgio Odilon; THOMAZ, Omar. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED-PR, 2008.

NEITZEL, Sönke; WELZER, Harald. **Soldados: sobre lutar, matar e morrer**. Tradução: Frederico Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: identidades, territórios e etnicidade no Brasil**. Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Márcio. **Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914**. Universidade Federal do Paraná e Fundação Getúlio Vargas, 2010.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3 ed. Rio de Janeiro - FGV 19997. p. 228

PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. **Histórias de municípios narradas nos seus sites oficiais: a História Pública e seu potencial para a pesquisa histórica**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 247-266, jan./abr. 2017.

PAIN, Sara. **Subjetividade e violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Paraná**. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=9779&codItemAto=97592>>. Acesso em agosto de 2024.

PARANÁ. **Portaria IPHAN no 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/legislacao?pagina=4>>. Acesso em 15/01/2025.

PARANÁ. **Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral**. Atlas Geográfico do Paraná. Curitiba: SEPL, 1988.

PAUL, Witold. **Relatório da Colônia Jagoda**, 1940.

PAULA, Andressa; WEBER, Astor (org.). **Coletânea História do Paraná**. 1. ed. Curitiba: Casa Editorial, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte, 2005.

PITCH, Tamar. **Identidade e pertencimento**. In: BAUMAN, Zygmunt et al. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTAL IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2014. Disponível-em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em 20/12/2024.

PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sonia Maria dos Santos. **Memórias dos Povos do Campo no Paraná** – Centro Sul. 1ª edição, Curitiba - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, 2004.

POTULSKI, Vitório. **Entrevista de um Pioneiro**. Quedas do Iguaçu PR, 2000.

PRIORI, Ângelo, e BERTONHA, João Fábio. **Imigração e colonização: conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX**. (org.) Guarapuava (PR), Editora da UNICENTRO, 2015, 225 p.

QUEDAS DO IGUAÇU. Lei Municipal nº 374, de 2006. **Institui o Plano Diretor do Município de Quedas do Iguaçu e o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Participativa**. Quedas do Iguaçu, 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIOS ESCOLARES. **Fichas da Escola Isolada Campo Novo**, 1952.

RIBEIRO, Regina Abreu. **Museus, memória e cultura: uma abordagem antropológica**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

RODRIGUES, João Carlos Vicente. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

ROOS, DJONI. **Aprendizado e resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de sem - terra em Quedas do Iguaçu - PR**. Dissertação de Mestrado - Unioeste Francisco Beltrão, 2010.

SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública e Autorreflexividade: da prescrição ao processo**. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, José Carlos dos. **Luzes na Floresta: religiosidade como arte de governar no espaço colonial**. 1. ed. Cascavel: Coluna do Saber, 2010. 112 p.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos. Princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 386 p.

SCHONS, Célia Regina. **Os Kaingang no centro-sul do Paraná: aldeamentos, expulsões e resistências (1853–1945)**. Ponta Grossa: UEPG, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ. **Municípios por Macrorregião do Paraná**. Disponível em: Portal da Cultura do Paraná. Acesso em: 19 maio 2026.

SEEC. **Secretária da Cultura do Estado do Paraná**. <https://www.cultura.pr.gov.br/>

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística: Teoria e prática de uma Ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1998.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Imigração e colonização no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2001.

URBAN, Greg. **A língua e a história dos Kaingang**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 6, n. 15, 1992.

VELHO, Gilberto. **Trajetória individual e campo de possibilidades**. In: _____. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas, 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VIEIRA NETO, João Paulo. **Inventários Participativos do Patrimônio Cultural: participação social e mobilização comunitária nos processos de musealização dos pontos de memória e iniciativas de museologia social no Brasil**. Relatório Final do Curso de Doutorado em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias /FCSEA / Departamento de Museologia. Lisboa, 2015.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1995.

WOJNAR, Jozef; DUTRA, Eradi. **Colônia Jagoda: Essa é nossa História**. Quedas do Iguaçu Pr, 2018.

APÊNDICES

Apêndice 1-Modelo desenvolvida para esta Pesquisa

PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE ESPAÇO DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO HISTÓRICA

À _____ Senhor(a)

_____ Por meio deste documento, apresentamos a presente proposta para a criação de um Espaço de Memória e Preservação Histórica, com a finalidade de preservar, organizar, difundir e valorizar a história, a cultura e o patrimônio da instituição, comunidade ou município de _____.

JUSTIFICATIVA

A preservação da memória constitui um importante instrumento para a valorização da identidade cultural, da história local e da formação cidadã. A criação de um Espaço de Memória permitirá reunir, conservar e divulgar documentos, fotografias, objetos, relatos e demais registros históricos, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos entre as gerações e para a promoção de ações educativas, culturais e científicas. Além disso, o espaço servirá como ambiente de pesquisa, reflexão e aprendizagem, favorecendo o acesso da comunidade ao patrimônio histórico e cultural.

OBJETIVOS

- I – Preservar e valorizar a memória histórica, cultural e social da instituição, comunidade ou município;
- II – Promover ações de educação patrimonial e valorização da identidade local;
- III – Organizar, catalogar e disponibilizar acervos documentais, fotográficos, audiovisuais e museológicos;
- IV – Desenvolver exposições, projetos culturais, eventos, palestras e atividades educativas;
- V – Incentivar pesquisas acadêmicas e produções científicas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural;
- VI – Estabelecer parcerias com instituições públicas, privadas, culturais e educacionais para o fortalecimento das ações do espaço.

ACERVO

O Espaço de Memória poderá reunir:

- Fotografias históricas;
- Documentos oficiais e particulares;
- Objetos e artefatos de valor histórico;
- Livros, jornais e periódicos;
- Relatos orais e depoimentos;
- Materiais audiovisuais;
- Outros itens relacionados à história e à memória da instituição ou comunidade.

LOCALIZAÇÃO E GESTÃO

O Espaço de Memória será instalado em _____,
sob responsabilidade de _____.

A gestão poderá ser realizada por equipe designada pela instituição responsável, podendo contar com a colaboração de voluntários, pesquisadores, estudantes e parceiros institucionais.

AÇÕES PREVISTAS

- Organização e conservação do acervo;
- Exposições permanentes e temporárias;
- Visitas guiadas
- Oficinas e atividades educativas
- Projetos de educação patrimonial;
- Eventos culturais e comemorativos;
- Produção de materiais educativos e informativos;
- Digitalização e disponibilização de acervos.

ORÇAMENTO E VIABILIDADE

As despesas decorrentes da implantação e manutenção do Espaço de Memória poderão ser custeadas por recursos próprios da instituição, convênios, parcerias, patrocínios, editais culturais, doações e demais fontes legalmente permitidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação deste Espaço de Memória representa uma importante iniciativa de preservação do patrimônio histórico e cultural, contribuindo para a valorização da identidade coletiva, para a formação cidadã e para a transmissão dos saberes e experiências às futuras gerações.

Diante do exposto, solicitamos a apreciação desta proposta e o apoio necessário para sua implementação.

Local e Data

Responsável pela Proposta

Instituição

Apêndice 2-Modelo desenvolvida para esta Pesquisa

PROPOSTA E PLANO INSTITUCIONAL DA SALA MEMORIAL SIGISMUNDO GDANIEC

- **APRESENTAÇÃO**

A Sala Memorial Sigismundo Gdaniec constitui um espaço destinado à preservação, organização, pesquisa e difusão do patrimônio histórico relacionado ao Colégio Estadual Padre Sigismundo, à trajetória de Monsenhor Sigismundo Gdaniec e à história da comunidade local. A proposta surge como desdobramento desta pesquisa, buscando assegurar a conservação dos documentos, fotografias, objetos e demais registros históricos reunidos ao longo do processo investigativo.

- **JUSTIFICATIVA**

A preservação dos acervos escolares representa uma importante estratégia de valorização da memória social, da história da educação e do patrimônio cultural. Ao reunir fontes documentais e materiais vinculadas à trajetória institucional e comunitária, a Sala Memorial contribui para a conservação de referências históricas que auxiliam na compreensão dos processos de formação da comunidade local.

Além de sua função preservacionista, o espaço constitui um recurso pedagógico capaz de promover ações de educação patrimonial, fortalecendo os vínculos entre memória, identidade e pertencimento. A proposta também possibilita a realização de pesquisas futuras, ampliando o acesso da população ao conhecimento histórico local.

A iniciativa encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, na Constituição do Estado do Paraná, nas diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e nas políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural e à educação patrimonial.

3. MISSÃO

Preservar, organizar e divulgar o patrimônio histórico e cultural relacionado ao Colégio Estadual Padre Sigismundo e à comunidade local, promovendo ações educativas voltadas à valorização da memória coletiva.

4. VISÃO

Consolidar-se como referência local na preservação da memória, na educação patrimonial e na difusão da história regional.

5. VALORES

- Compromisso com a preservação do patrimônio cultural;
- Responsabilidade social e educativa;
- Acesso democrático à informação e à cultura;
- Transparência institucional;
- Respeito à diversidade cultural;
- Sustentabilidade e valorização da memória coletiva.

6. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Promover a preservação, a organização e a difusão da memória histórica por meio da constituição de um espaço permanente de guarda, pesquisa e socialização do acervo.

Objetivos Específicos

- Preservar documentos, fotografias, objetos e registros históricos relacionados ao colégio e à comunidade;
- Catalogar e organizar tecnicamente o acervo;
- Desenvolver exposições permanentes e temporárias;
- Promover ações de educação patrimonial;
- Incentivar pesquisas sobre a história local;
- Realizar atividades culturais e educativas voltadas à comunidade;
- Estabelecer parcerias com instituições culturais e educacionais.

7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A gestão da Sala Memorial ficará sob responsabilidade do Colégio Estadual Padre Sigismundo, em parceria com a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), cabendo a ambas as instituições colaborar na organização, manutenção e desenvolvimento das atividades do espaço, visando assegurar a preservação, a valorização e a difusão do acervo histórico e cultural.

A estrutura inicial é composta por:

- Direção da instituição;
- Coordenação da Sala Memorial;
- Responsável pela documentação e catalogação do acervo.

Conforme a ampliação das atividades, novas funções poderão ser incorporadas.

8. PRINCIPAIS AÇÕES

Preservação e Conservação

- Catalogação e digitalização do acervo;
- Organização e acondicionamento adequado dos materiais;
- Monitoramento das condições de conservação;
- Implantação de práticas de preservação preventiva.

Educação e Cultura

- Realização de exposições temáticas;
- Promoção de visitas mediadas;
- Desenvolvimento de oficinas, palestras e ações educativas;
- Produção de materiais de apoio para estudantes e visitantes.

Comunicação e Difusão

- Divulgação das atividades em meios digitais e impressos;
- Registro contínuo das ações desenvolvidas;
- Fortalecimento da relação entre escola e comunidade.

9. RECURSOS E PARCERIAS

A manutenção e o desenvolvimento da Sala Memorial poderão ocorrer por meio de recursos institucionais, editais públicos, parcerias com órgãos culturais, instituições de ensino, entidades privadas e doações da comunidade.

10. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

As atividades da Sala Memorial serão avaliadas periodicamente por meio de indicadores relacionados à participação do público, às ações educativas realizadas, à ampliação do acervo e às condições de conservação dos materiais preservados.

A Sala Memorial Sigismundo Gdaniec constitui um instrumento de preservação do patrimônio histórico e de valorização da memória coletiva. Sua implantação fortalece o papel social da escola como espaço de produção e difusão do conhecimento, contribuindo para a formação cidadã, para a educação patrimonial e para a preservação

das referências históricas da comunidade local. Dessa forma, o memorial torna-se um espaço de guarda documental e ambiente educativo capaz de promover reflexões sobre identidade, pertencimento e patrimônio cultural.

Apêndice 4
LIVRO TOMBO

Nº de entrada	Data de Entrada	Objeto	Procedência	Tipo de aquisição	Origem	Dimensões	Estado de conservação	Observação
001	07/03/1979	Documento Oficial	*****	Patrimônio exclusivo	Início da Instituição		Está conservado	Documento de regularização do ensino na Instituição
002	Diversas datas	Documentos diversos	*****	Patrimônio exclusivo	Início da Instituição	56 unidades	Está conservado	Documento de regularização do ensino na Instituição
003	1991	Almanaque	*****	Patrimônio exclusivo	Paróquia de Quedas do Iguaçu	21cm x 15 cm	Possui desgaste do tempo	Percurso da Paróquia na época
004	N.I.	Teclado Marca SPKE	*****	Patrimônio exclusivo	Estados Unidos	40 cm x 23cm	Apresenta marcas do tempo e de uso	Pertenceu a Instituição de ensino nos anos iniciais de seu funcionamento (Série de 1889)
005	N.I.	Aquecedor	*****	Aquisição	N.I.	80cm x 50 cm	Está conservado	Pertenceu a Instituição
006	N.I.	Aquecedor	*****	Aquisição	N.I.	80cm x 50 cm	Está conservado	Pertenceu a Instituição
007	Diversas datas	Lembranças religiosas	*****	Doação	N.I.	10 unidades	Está conservado	Pertenceu aos primeiros colonizadores da região
008	N.I.	Máquina de escrever - Olivetti Tropical	*****	Patrimônio exclusivo	Itália	30 cm x 30 cm	Apresenta marcas do tempo e de uso	Pertenceu a Instituição de ensino nos anos iniciais de seu funcionamento (Modelo de 1920 - 1990)
009	N.I.	Máquina de escrever - Olivetti Linea 88	*****	Patrimônio exclusivo	Itália	45 cm x 35 cm, cilindro de 1 metro de comprimento	Apresenta marcas do tempo e de uso	Pertenceu a Instituição de ensino nos anos iniciais de seu funcionamento (Modelo de 1960)
010	N.I.	Máquina de escrever - Olivetti Linea 98	*****	Patrimônio exclusivo	Itália	45 cm x 35 cm, cilindro de 40 cm de comprimento	Apresenta marcas do tempo e de uso	Pertenceu a Instituição de ensino nos anos iniciais de seu funcionamento (Modelo de 1970)
011	N.I.	Miniatura de	*****	Doação	Brasília	15 cm de	Está conservado	Possui pinturas de flores azul

		filtro de água				altura, em miniatura com abertura		
012	N.I.	Retroprojektor	*****	Patrimônio exclusivo	Estados Unidos	Parte da tela de 30 Kg. Parte de projetar as transparência 20Kg.	Está em bom estado, foi convenio da SEED e APM	Pertenceu a Instituição de ensino nos anos iniciais de seu funcionamento (Possui 2 peças)
013	N.I.	Telefone Ericsson	*****	Patrimônio exclusivo	Marca Sueca no Brasil	Telefone de cor branca com dígitos de giro, marca ericsson	Está amarelado pelo tempo	Pertenceu a Instituição de ensino nos anos iniciais de seu funcionamento (Modelo de 1970)
014	Épocas diversas	Conjunto de Fotos	*****	Patrimônio exclusivo	Brasil e Exterior	Aprox. 1.400	Está conservado	Representações da Instituição CEPS, e o povo Quedense e do Monsenhor Sigismundo ao decorrer de sua trajetória
015	Diversas datas	Documentos diversos	*****	Patrimônio exclusivo	Início da Instituição	56 unidades	Está conservado	Pertenceu a Instituição
016	N.I.	Escovão	*****	Patrimônio exclusivo	Início da Instituição	20cm x 10 cm	Apresenta marcas do tempo/ ferrugem	Pertenceu a Instituição
017	Diversas datas	Livros Registro Escolar	*****	Patrimônio exclusivo	Decorrer da Instituição	636 unidades	Apresentam marcas do tempo	Material diverso, sem catalogar. (Está organizado em caixas organizado por ano)
018	Diversas datas	Livros Atas e Matrículas	*****	Patrimônio exclusivo	Decorrer da Instituição	32 unidades	Apresentam marcas do tempo	Material diverso, sem catalogar. (Está organizado em caixas organizado por ano)
019	N.I.	Mimeógrafo	*****	Patrimônio exclusivo	Início da Instituição	50 cm x 40 cm	Está em bom estado	Foi adquirido através de convênio da SEED e APMF
020	Diversas datas	Papéis/ Documentos diversos	*****	Patrimônio exclusivo	Decorrer da Instituição	62 unidades	Apresentam marcas do tempo	Material diverso, sem catalogar. (Está organizado em caixas organizado)

021	Diversas datas	Papéis diversos	*****	Patrimônio exclusivo	Decorrer da Instituição	78 unidades	Apresentam marcas do tempo	Referente ao funcionamento da Instituição
022	Diversas datas	Quadros	*****	Patrimônio exclusivo	Decorrer da Instituição	34 unidades	Está em bom estado	Quadro de turmas formadas nos Cursos Técnicos
023	1997	Quadro/ diploma	*****	Patrimônio exclusivo	Reconhecimento vindo da Fundepar	30 cm x 20 cm	Está em bom estado	Quadro de reconhecimento ao zelo e conservação do patrimônio escolar
024	Diversas datas	Troféu	*****	Patrimônio exclusivo	Reconhecimento em eventos	12 unidades	Está em bom estado	Final em eventos públicos
025	Diversas datas	Troféu	*****	Patrimônio exclusivo	Decorrer da Instituição	9 unidades	Está em bom estado	Reconhecimento pelos trabalhos prestados a população
026	Diversas datas	Troféu	*****	Patrimônio exclusivo	Decorrer da Instituição	13 unidades	Está em bom estado	Colegiais - eventos regionais
027	Sem a data	Troféu	*****	Patrimônio exclusivo	Fera - feira estudantil	1 unidade	Está em bom estado	Troféu da secretaria de Educação do Paraná
028	Diversas datas	Troféu	*****	Patrimônio exclusivo	Decorrer da Instituição	7 unidade	Em bom estado	Colegiais - eventos regionais
029	1996	Troféus	*****	Patrimônio exclusivo	Reconhecimento em eventos	18 unidades	Em bom estado	Colégio
030	Diversas datas	Troféu	*****	Patrimônio exclusivo	Troféu expoente	3 unidades	Em bom estado	Instituição destaque
031	Diversas datas	Troféu	*****	Pertence a Instituição	Concurso da Engie	3 unidades	Bom estado	Instituição destaque - Usina Salto Osório
032	Sem data	Quadros	*****	Patrimônio exclusivo	Decorrer da Instituição	5 unidades	Bom estado	Quadros referente a História do Brasil
033	Sem data	Quadro da Igreja	*****	Patrimônio exclusivo	Quadro em grafite	60 cm X 47 cm	Apresenta marcas do tempo: Bolorado	É uma representação da Igreja matriz do município, I – Matriz 1954
034	Sem data	Quadro da Igreja	*****	Patrimônio exclusivo	Quadro em grafite 60	60cm X 47cm	Apresenta marcas do tempo: Bolorado	É uma representação da Igreja matriz do município, II– Matriz

					cm X 47 cm			1964
035	Sem data	Quadro da Igreja	*****	Patrimônio exclusivo	Quadro em grafite	60 cm X 47 cm	Apresenta marcas do tempo: Bolorado	É uma representação da igreja matriz do município, III – Matriz 1981
036	Datas diversas	Certificados	*****	Patrimônio exclusivo		15 unidades	Estão Conservados	Boletins em papel cartão dos alunos
037	Diversas datas	Atestados diversos	*****	Patrimônio exclusivo	Início da instituição	17 unidades	Estão Conservados	Alunos e professores
038	Diversas datas	Cartões	*****	Doação	Decorrer do tempo	40 unidades	Está conservada	Pertenceu ao Sigismundo Gdaniec (alguns enviados por autoridades)
039	Diversas datas	Certidões diversas	*****	Doação	Diversas pessoas	19 unidades	Está conservado	Pertenceu aos primeiros colonizadores da região
040	2000	Escovão Marumby	*****	Doação	Paraná	26 cm x 15 cm	Apresenta marcas do tempo/ ferrugem	Modelo 1960
041	2000	Ferro	*****	Doação	Brasil	19 cm x 9 cm	Apresenta marcas do tempo/ ferrugem	Ferro de passar roupas, com dispenser de colocar brasas, marca tamoio
042	Março de 2004	Caixa de madeira de relógio	*****	Doação	Cracóvia	12 cm x 6 cm	Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
043	Março de 2004	Relógio de pulso	*****	Doação	Suíça	8 cm x 3 cm	Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (Possivelmente fabricado em 1980)
044	Agosto de 2004	Livro Breviarium Romanun	*****	Doação	Roma	300 páginas	Desgaste severo de uso e do tempo	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (1943)
045	12/08/2004	Quadro do Monsenhor	*****	Patrimônio exclusivo	Quadro grafite	60 cm X 1 metro	Com moldura	Representação do monsenhor Sigismundo
046	26/10/2004	Aparelho de barbear	*****	Doação	São Paulo	18 cm x 15 cm	Bom estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (Modelo de 1971)

047	26/10/2004	Boton -Símbolo do Nazismo	*****	Doação	Alemanha	3 cm x 4 cm	Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
048	26/10/2004	Batina	*****	Doação	Alemanha	1.50 m x 70 cm	Está conservada	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
049	26/10/2004	Blusa de inverno	*****	Doação	Quedas do Iguaçu	1.00 m x 50 cm	Marcas amareladas do tempo e do uso	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
050	26/10/2004	Blusa de lã	*****	Doação	Alemanha	1.10 m x 80 cm	Apresenta desgaste de uso	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
051	26/10/2004	Batina	*****	Doação	Alemanha		Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo, desde quando residia na Europa (Foi comunicado que nesta data a Batina já tinha mais de 60 anos)
052	26/10/2004	Caneta Azul	*****	Doação	Alemanha	14 cm x 1 cm	Bem conservada	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
053	26/10/2004	Caneta marca 700 Latgostynia	*****	Doção	Alemanha	14 cm x 1 cm	Bem conservada	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
054	26/10/2004	Canetinha	*****	Doação	Alemanha	3 unidades	Estão conservadas, porém um delas falta a tampa	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
055	26/10/2004	Canivete	*****	Doação	N.I.	9 cm x 2 cm	Está conservado	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo
056	26/10/2004	Calça comprida	*****	Doação	N.I.	1.00 m x 50 cm	Marcas amareladas do tempo e do uso	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo
057	26/10/2004	Camiseta de manga curta	*****	Doação	N.I.	60 cm x 53 cm	Apresenta marcas de uso	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo
058	26/10/2004	Estojo de grafites	*****	Doação	República Tcheca	4 unidades no estojo	O estojo está conservado, os grafites estão desmembrados,	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
059	26/10/2004	Estojo de couro	*****	Doação	República Tcheca	30 cm x 10 cm	Bem conservado, porém o zíper está	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo

							emperrado.	
060	26/10/2004	Lapiseira	*****	Doação	República Tcheca	10 cm x 1 cm	Está bem conservada	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
061	26/10/2004	Lápis de escrever	*****	Doação	Estados Unidos	13 cm	Esta conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
062	26/10/2004	Luminária com lâmpada	*****	Doação	Minas Gerais	20 cm x 10 cm	Apresenta um derretido em uma parte.	Foi doada gentilmente por Amália Siejka.
063	26/10/2004	lápis de escrever	*****	Doação	Checoslováquia	18 cm	Bem conservado, ainda sem apontar.	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
064	26/10/2004	Telefone Ericsson	*****	Doação	Marca Sueca no Brasil	Telefone de discagem a giro, de cor cinza claro, a luz	Está conservado, seu número era 532-13-20	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo, primeiro telefone da colônia, ficava na casa do Monsenhor, atendia toda a população (Modelo de 1960)
065	26/10/2004	Livro Roman Wachowicz, Polskie Korzenie	*****	Doação	Polônia	335 páginas, medidas 20 cm X 14 cm	Possui desgaste do tempo e as folhas estão soltando	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
066	26/10/2004	Óculos e estojo	*****	Doação	Áustria	Kit possui 2 partes (peças).	O óculos apresenta alguns desgaste do uso, o estojo está bem conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo.
067	26/10/2004	Livro La cultura em Polônia,	*****	Doação	Varsóvia	Possui 101 páginas, 21 cm X 14 cm,	Está em boas condições, páginas amareladas pelo tempo.	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
068	26/10/2004	Atestado de óbito Monsenhor	*****	Doação	Quedas do Iguaçu	31 cm x 21 cm	Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (16/05/1994 - foi lavrado 3 dias após sua morte)
069	26/10/2004	Livro Wypisy Dla Klasy V	*****	Doação	Polônia	Possui 22 cm X 15 cm, com 259 páginas	Apresenta marcas severa do tempo	Livro de historinhas curtas (data 1959)
070	26/10/2004	Rádio	*****	Doação	Alemanha	18 cm x 26	Apresenta desgaste de	Pertenceu ao Monsenhor

						cm	uso	Sigismundo Gdaniec
071	26/10/2004	Relógio despertador	*****	Doação	Alemanha	7 cm x 12 cm	Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo Gdaniec
072	26/10/2004	Relógio Despertador	*****	Doação	Suíça	6 cm x 7 cm	Está conservado	Ficava na cabeceira da cama do Monsenhor Sigismundo
073	26/10/2004	Máquina fotográfica	*****	Doação	Argentina,	Kit possui 2 partes (peças)	Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo.
074	26/10/2004	Medalha	*****	Doação	Alemanha	Formato de cruz com 2 espadas atravessadas	Está conservado o metal de cor escuro, e as fitas estão sujas.	Foi recebida pelas atividades como soldado incorporado ao Exército Nazista – década de 1940
075	26/10/2004	Medalha	*****	Doação	Alemanha	Formato de cruz está gravado 1939 e no verso 1813	Está conservado o metal de cor escuro, e as fitas estão sujas.	Foi recebida pelas atividades como soldado incorporado ao Exército Nazista – década de 1940
076	01/11/2004	Boné	*****	Doação	N.I	30 cm x 23 cm	Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
077	01/11/2004	Copo de vidro liso	*****	Doação	N.I	6 cm x 13 cm	Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
078	01/11/2004	Crucifixo	*****	Doação	N.I	Crucifixo de metal, detalhe em madeira, Possui 8 cm.	Está bem conservada	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (Possui a transcrição gravada no metal: “conto com você”)
079	01/11/2004	Prato fundo cor branco	*****	Doação	Itaqui Paraná	24 cm	Possui um cantinho quebrado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
080	01/11/2004	Terço em Metal	*****	Doação	Vaticano		Está bem conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (Possivelmente do ano de 1962 a 1965
081	01/11/2004	Galheta	*****	Doação		Suporte em metal, em 2 vidros com tampas em	Muito bem conservado, sem desgaste de tempo e uso	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo, utilizado para por água e vinho na celebração Eucarística.

						metal		
082	01/11/2004	Faca marca: inossidabile	*****	Doação	Itália	22 cm	Apresenta desgaste de uso	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
083	01/11/2004	Garfo	*****	Doação	Itália	20 cm	Apresenta desgaste de uso	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (Modelo de 1930)
084	01/11/2004	Funil em plástico	*****	Doação	*****	12 cm	Está bem conservada	Utilizado para colocar a água e o vinho na Galleta
085	2004	2 Livro de presença funeral	*****	Doação	N.I	23 cm x 18 cm	Está conservado	Funeral do Zygmunt Gadaniec
086	2004	Cartão Montepio do Brasil	*****	Doação	Brasil		Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (cartão de benefícios devido serviços prestados)
087	2004	Carteira em couro preto	*****	Doação	N.I	Possui 24 cm X 14 cm.	Está conservada	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
088	2004	Carteira em couro marrom	*****	Doação	N.I	Possui 8 cm X 16 cm. com zíper	Está conservada	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
089	2004	Carteira nacional de habilitação	*****	Doação	N.I	10 cm x 7 cm	Está conservada	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
090	2004	Carteira Credencial Eclesiástica	*****	Doação	Buenos Aires	7 cm x 4 cm	Está conservada	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo - 1952
091	2004	Papel diversos/documentos	*****	Doação	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo	70 unidades, Brasil e Exterior	Está conservado	Datas diversas, carteiras de licença saúde, licença para transitar nos países, documento de função religiosa, entre outros
092	2004	Carteira de licença/Religioso	*****	Doação	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo	5 cm x 6 cm	Está conservado	Carteira de Licença do Monsenhor Sigismundo para exercer a função religiosa. Datada em março de 1949
093	2004	Termômetro	*****	Doação	Rio Grande	24 cm X 8 cm	Apresenta uma linha de	Pertenceu ao Monsenhor

					do Sul		marcação danificada	Sigismundo
094	2004	Livro História de parte do colégio	*****	Patrimônio exclusivo	Quedas do Iguaçu	2 unidades	Está conservado	Pertence a Instituição
095		Livro	*****	Doação	Polônia	54 páginas, medidas 19 cm X 13 cm	Apresenta marcas do tempo	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
096	2004	Cinto de cor preto	*****	Doação	N.I.	1.15 cm x 4 cm espessura	Apresenta desgaste de uso e do tempo	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo
097	2004	Relógio de temperatura	*****	Doação	N.I.	10 cm x 13 cm	Está conservado	Pertenceu a Irmã do monsenhor Sigismundo
098	2004	Relógio/temp eratura	*****	Doação	Polônia	15 cm x 13 cm	Apresenta desgaste do tempo	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo
099	2004	Kit tempero	*****	Doação	N.I.	Kit possui 13 partes (peças)	Está bem conservado	Modelo de 1960
100	2004	Kit tempero	*****	Doação	N.I.	Kit possui 8 parte (peças)	Está bem conservado	Modelo de 1970
101	2004	Kit tempero	*****	Doação	N.I.	Kit possui 3 parte (peças)	Está bem conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
102	2004	Chaleira de ferro	*****	Doação	N.I.	19 cm de diâmetro	Apresenta marcas do tempo	
103	2004	Kit tempero	*****	Doação	N.I.	Kit possui 4 parte (peças)	Está bem conservado	2 vidros pequenos com tampa em plástico um de cor vermelha e outro de cor branca, no vidro possui detalhes quadriculados.
104	2004	Lanterna em alumínio	*****	Doação	N.I.	18 cm x 4 cm	Apresenta desgaste de uso	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
105	2004	Jornal LUD 14 de abril de 1976	*****	Doação	Curitiba	47 cm X 33 cm.	Estão conservado	Kit possui 2 parte (folhas)
106	2004	Quadro em madeira de	*****	Doação	Grécia	15 cm X 11 cm.	Possui um desgaste do tempo na parte superior	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (Atrás da obra está

		nossa senhora					da imagem	escrito: Ikana Madonna Bizamiypba século XII)
107		Quadro	*****	Patrimônio exclusivo	25 anos de ministério.	29 cm X 39	Está em bom estado	Imagem do monsenhor em uma pregação
108	2004	Relógio de Parede cuco	*****		Alemanha	30 cm X 25 cm	Bom estado	Modelo de 1930
109	2004	Pesos do relógio cuco	*****		Alemanha	1 Kg cada - 2 peças	Ótimo estado	Modelo de 1930 - material em ferro
110	2004	Relógio de parede	*****	Doação	N.I.	16 cm x 13 cm	Bom estado	
111	2004	Shorts curto	*****	Doação	Brasil	Shorts tecido leve de cor azul escuro	Apresenta desgaste de uso	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo (modelo de 1970 e marca Francesa)
112	2004	Shorts curto	*****	Doação	N.I.	Shorts azul	Apresenta desgaste de uso	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo (modelo de 1980)
113	2004	Suporte para guardanapos	*****	Doação	N.I.	Suporte em metal para guardanapos	Apresenta desgaste do tempo	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
114	2004	Suporte com tigela em vidro	*****	Doação	Possivelmente da Suécia	suporte para especiarias	Está bem conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
115	2004	Suspensório	*****	Doação	Marca Europeia	1.16 m x 3 cm espessura	Apresenta desgaste de uso	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo (Modelo de 1970)
116	2004	Suspensório	*****	Doação	Marca Europeia	1.19 m x 4 cm espessura	Apresenta desgaste de uso	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo (Modelo de 1970)
117	2004	Livro capa dura	*****	Doação	Polônia	445 páginas, medidas: 14 cm X 21 cm	Apresenta desgaste de uso	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (origem da obra 1647)
118	2004	Livro: A Bíblia do Povo	*****	Doação	Livraria São Paulo de Curitiba	Possui 384 páginas, tem medida de 22 cm X 14 cm	Apresenta desgaste de uso	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo

119	2004	Livro Maria Szypowska	*****	Doação	Polônia	Possui 445 páginas, medidas: 14 cm X 21 cm	Está em bom estado, apresenta pág. amarelado pelo tempo	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo, possui uma dedicatória em Polonês
120	2004	Livro Intimidade Divina	*****	Doação	Portugal	1287 páginas, 18 cm X 12 cm	Bem conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (1986)
121	2004	Vaso de Turim	*****	Doação	Itália	26 cm de altura por 9 cm de diâ.	Apresenta peq. desgaste do tempo.	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (Modelo de 1950)
122	2004	Tigela em porcelana	*****	Doação	N.I.	18 cm de altura x 16 cm de diâ.	Apresenta marcas do tempo.	Tigela em porcelana de cor branca com alças e tampa, apresenta detalhes arabesco
123	N.I.	Documento	*****	Doação	Argentina	14 unidade	Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (31/01/1948)
124	N.I.	Documento	*****	Doação	Laranjeiras do Sul.	3 unidade	Está conservado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (01/10/1954)
125	2005	Jornal Quedense	*****	Doação	Quedas do Iguaçu	2 livros de 28 cm X 38 cm	Ótimo estado	Datas diversas (Coletânea de Jornais do ano de 1996 até 1998)
126	12/10/2006	Quadro	*****	Patrimônio exclusivo	Quadro da igreja Romana	1 unidade	Está em bom estado	Colégio
127	2007	Jornal Expoente do Iguaçu	*****	Doação	Quedas do Iguaçu	3 livros de 28 cm X 38 cm	Ótimo estado	Datas diversas (Notícias, marcas e eventos do município, apresenta uma coletânea de Jornais do ano de 2001 até 2006)
128	2009	Quadro - diploma	*****	Patrimônio exclusivo	Impactos Pesquisas	1 unidade	Está em bom estado	Quadro de reconhecimento a qualidade na atuação profissional
129	2009	Quadro - diploma	*****	Patrimônio exclusivo	PDE	1 uniade	Está em bom estado	Certificado de participação na III Conferência Nacional Infantojuvenil pelo meio Ambiente

130	N.I.	Toalha de mesa	*****	Doação	Brasil	2m X 2m.	Apresenta marcas do tempo.	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo (Modelo de 1970)
131	2010	Panela de ferro	*****	Doação	N.I.	22 cm de diâmetro	Em boas condições	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo
132	2010	Pano de louça	*****	Doação	N.I.	Possui 1 m por 40 cm.	Apresenta desgaste de uso.	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo
133	2010	Pano de louça	*****	Doação	N.I.	1 metro por 90 cm.	Apresenta desgaste de uso.	Pertenceu ao monsenhor Sigismundo
134	2012	2ª ed. do Livro Hist.	*****	História de parte do colégio	Quedas do Iguaçu	2 unidades	Esta conservado	Pertence a Instituição
135	20/02/2025	Livro Colônia Jagoda	*****	Doação	Quedas do Iguaçu	1 unidade	Novo	
136	20/02/2025	Canetas Exclusiva	*****	Doação	Alemanha	1 dourada e 1 Prateada	Ótimo estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo (Modelo de 1930)
137	24/03/2025	Sousplat	*****	Doação	N.I	1 unidade	Bom Estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
138	24/03/2025	Copo de vidro	*****	Doação	N.I	1 unidade	Bom estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
139	24/03/2025	Máquina Fotográfica	*****	Doação	N.I	1 unidade	Bom estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
140	24/03/2025	Batedeira manual	*****	Doação	Modelo 1930	Cabo em madeira e metal	Bom estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
141	24/03/2025	Relógio Seiko	*****	Doação	Modelo 1963	Metálico dourado	Bom estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
142	24/03/2025	Terço católico	*****	Doação	N.I	Modelo 1940	Bom estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
143	24/03/2025	Livro Polonês	*****	Doação	Polônia	Zamek Królewski	Bom estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
144	24/03/2025	Livro Fraszki	*****	Doação	Buenos Aires	1953	Bom estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo

145	24/03/2025	Dicionário Polônês	*****	Doação	Polônia	1 unidade	Bom estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
146	24/03/2025	Fotômetro /exposímetro analógico	*****	Doação	Europa	CANDER-38 Modelo 1940	Bom estado (Peça de edição limitada)	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
147	24/03/2025	Caixa com 12 Agulhas Médicas	*****	Doação	Brasil	Modelo 1945	Agulhas Inox Aço inoxidável	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
148	24/03/2025	Seringa	*****	Doação	N.I	Seringa vidro com caixa de metal	Bom estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
149	24/03/2025	Pinça	*****	Doação	N.I	Pinça cirúrgica	Apresenta danos do tempo	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
150	24/03/2025	Tesoura	*****	Doação	N.I	Tesoura cirurgica	Ótimo estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
151	24/03/2025	2 Escovas	*****	Doação	N.I	Escovas de sapato	Bom estado	Pertenceu ao Monsenhor Sigismundo
152	25/03/2025	Livros de Poesias	*****	Doação	Diversos autores	200 unidades	Bom estado	Alunos da instituição anos 2000
153	26/03/2025	Livro Barsa	*****	Doação	Diversos	80 unidades	Ótimo estado	Colégio
154	22/07/2025	Conjunto de obras	*****	Doação	Livros diversos	767 unidades	Ótimo estado	Materiais diversos, História Geral

FONTE: Desenvolvido pela autora deste estudo.

ANEXOS

Anexo 1

TERMO DE DOAÇÃO

Eu _____,
portador (a) do RG: _____, por meio do presente documento, estou
doando à Sala Memorial _____, os seguintes
exemplares:

1. *(O parecer de obras doadas)*

Com o objetivo de ampliar o acervo desta instituição e fomentar uma importante fonte de pesquisa e divulgação cultural acessível ao público, declaro que estou ciente e de acordo com a política adotada pela instituição para o recebimento de doações de acervo. Também estou informado de que a (nome da instituição) será responsável pela guarda das obras em um espaço dedicado dentro da Instituição (nome da instituição).

A instituição poderá realizar empréstimos das obras, observando todos os cuidados necessários, para outros museus localizados dentro do município (nome do município). Ressalto que não será permitida a saída das obras para fora dos limites do município.

Estou ciente, ainda, de que as obras doadas não serão devolvidas, comprometendo-se o espaço a protegê-las e preservá-las seguindo todos os cuidados museológicos adequados.

(Nome do município). _____ de _____ de _____.

Assinatura de responsável pela doação.

Obs.: Não preencher. Campo destinado ao Setor de Pesquisa e Documentação.

FICHA DE CONTROLE INTERNO

Recebido por: _____.

Data: ____/____/____.

SETOR DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Incorporado ao acervo: () Sim () Não

Destino: _____

Responsável: _____